

JORGE LUIZ DE ARAÚJO.

**SEGURANÇA PÚBLICA OSTENSIVA PERNAMBUCANA
CONECTADA POR *M-LEARNING***

Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão em educação à distância, em nível de Mestrado da UFRPE/2012.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz dos Santos.

**Recife-PE
2014**

Ficha catalográfica

A663s Araujo, Jorge Luiz de
Segurança pública ostensiva pernambucana conectada
porm-learning / Jorge Luiz de Araujo. – Recife, 2014.
183 f. : il.

Orientador: Francisco Luiz dos Santos.
Dissertação (Mestradoem Tecnologia e Gestão em
Educação a Distância) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Unidade Acadêmica de Educação a Distância
e Tecnologia, Recife, 2014.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Ensino 2. Linguagem 3. Tecnologia 4. Dialogismo
5. Rede I. Santos, Francisco Luiz dos, orientador II. Título

CDD 371.394422

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

Segurança Pública ostensiva Pernambucana conectada por m-learning

Jorge Luiz de Araújo

Dissertação julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, defendida e aprovada por unanimidade em 26/02/2014 pela Banca Examinadora.

Orientador:

Prof. Dr. Francisco Luiz dos Santos
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância - UFRPE

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Nonamor Pereira Mariano de Souza
Membro Interno – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância - UFRPE

Prof. Dr. Domingos Sávio Pereira Salazar
Membro Interno – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância - UFRPE

Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento
Membro Externo – Departamento de História - Universidade Federal de Campina Grande

Dedico esse trabalho de dissertação a todos os cidadãos do Brasil, os quais desejam um mundo melhor, principalmente, quando houver a intervenção por parte da Polícia. Esse órgão, e seus agentes, em especial os da Polícia Ostensiva, são responsáveis pela prevenção terciária, atuando de forma pró ativa, evitando assim a incidência de ações tipificadas como delituosas; a sua atuação é respaldada exclusivamente na Lei, e sua observância é irrestrita, atuando com moderação, logo, a preparação profissional dos seus quadros é crucial para a manutenção do Estado Democrático de Direito, instalado nesse país que viveu 24 (vinte e quatro) anos sob o regime militar. A sociedade, nos tempos de hoje é dinâmica, logo tão mais dinâmica deve ser a Polícia, compreendendo os fenômenos sociais e atuando nos limites por ela admitidos, garantindo assim, uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

“O processo de ensino-aprendizagem, através da contextualização, faz com que o indivíduo venha a se tornar cidadão e posteriormente um sujeito transformador da sociedade.”

PAULO FREIRE, 1963.

RESUMO

A presente dissertação tem por cenário as atuações dos Agentes Públicos de Segurança, que em alguns casos de suas intervenções, resultam em ocorrências de repercussão negativa, por inobservância de normas legais ou doutrina, ocasião em que esses erros tem por desfecho a morte de pessoas inocentes. Não se pode também descartar os desvios de conduta, um e outro são reprovados pela sociedade, mas o último é indesejado, afinal, existe o fator vontade em querer praticar o ato. Ambos os casos, indiferente do fator volitivo possuem o ponto comum, o despreparo profissional. Nos dois a intervenção do estado para aplicar sanções é indubitável, mas a atividade proativa de ofertar qualificação aos policiais, em especial aos Militares (sejam eles da PM ou BM), será uma oportunidade para qualificarem-se e pelo preparo técnico, utilizar a proporcionalidade da força para prevenir ou enfrentar a violência e dessa forma, elevar o conceito das corporações perante o povo. Sendo essa a preocupação, retirar um grande contingente das ruas, torna-se inviável, mesmo para uma causa tão nobre, tendo as autoridades que adotar outros mecanismos para conseguir tal mister e, nos últimos anos, a grande aliada dos Gestores das Polícias tem sido a modalidade de Educação a distância, haja vista estarmos numa sociedade tecnológica. Recursos financeiros e vontade de fazê-lo já se iniciou com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ) e aproveitando essa Política, através do Pacto Pela Vida, que prevê o repletamento das Polícias, em especial da PM e BM, além da repressão qualificada, muito mais que elevar os efetivos, está a qualidade do atendimento e dessa forma, esse tipo de modalidade bem se adequa aos anseios de redução da criminalidade. Ao exposto, o autor observando o contexto e a velocidade como as pessoas utilizam os aparelhos de comunicação móvel para se comunicarem, seja utilizando aplicativos ou ainda em redes sociais, se predispôs a estudar como realizar a conexão dos Servidores da PM e BM em Pernambuco, para que utilizando essas ferramentas, possam se qualificar e as corporações fazer a Gestão. Ensaios foram realizados e ferramentas foram propostas, para tal, quatro campos do conhecimento foram utilizados: A tecnologia, a linguagem, a mudança de comportamento e a formação da rede. A rede protegida leva a segurança das informações, e juntos, proporcionam uma intervenção pelos PMs e BMs almejada pela sociedade. Didaticamente, a Dissertação foi estruturada em 04(quatro) capítulos, o primeiro destinado a introdução; no segundo, a um estudo da evolução das instituições e seu processo de ensino em Pernambuco, no terceiro os estudos de caso que possibilitaram o *m-learning* e no quarto as considerações finais sobre o tema e o produto, demonstrando a sua viabilidade, face ao comportamento estudado naquele momento. Caracteriza-se esse trabalho pelo seu caráter inovador, pois se trata de uma pesquisa qualitativa, exploratória-argumentativa, que utiliza pesquisas de campo, bibliográfica, entrevistas semi-estruturas, questionários e análise de dados, que ao final, proporcionaram o meio para comprovação da hipótese, tendo por Produto, um curso ministrado utilizando o *m-learning* (aprendizado móvel) para capacitação do efetivo das corporações ostensivas. Um modo ágil, inovador, econômico que está ao alcance de todos, que possibilitam de forma segura, promover essa modalidade de ensino, levando-se em consideração a proposta e considerações apresentadas.

Palavras-chave: Ensino. Linguagem. Tecnologia. Dialogismo. Rede

ABSTRACT

This dissertation is setting the actions of the Public Security Agents, which in some cases their activities result in occurrences of negative repercussions for non-compliance with legal rules or doctrine, at which these errors outcome is the death of innocent people. One can not dismiss the misconduct, either are disapproved by society, but the latter is unwanted, after all, there is the ease factor in wanting to perform the act. Both cases , regardless of the volitional factor have the common point, the professional unpreparedness. In both the intervention of the state to apply sanctions is undoubted, but the qualifying offer proactive activity to police, especially the military (they are the PMs or BMs), will be an opportunity for, and become qualified by technical training, using the proportionality of force to prevent or cope with violence and thereby elevate the concept of corporations before the people . As this concern, removing a large contingent of the streets, it is not feasible, even for such a noble cause, the authorities have to adopt other mechanisms to achieve such a task, and in recent years, the great ally of Managers of Police has been the modality of distance education, considering we are in a technological society. Financial resources and willingness to do so has already begun with the National Secretariat of Public Security of the Ministry of Justice (SENASP / MJ) and taking advantage of this policy , through the Pact for Life, which provides for the replenishment of Police, in particular the PM and BM, besides qualified repression, much more than raise effective, is the quality of care and thus, this type of mode is well suited to the desires of reducing crime. The above, the author noting the context and speed as people use mobile communication devices to communicate using either applications or in social networks, was willing to study how to realize the connection of the PM and BM servers in Pernambuco, for that using these tools, can qualify and corporations make the management. Assays were performed and tools have been proposed to this end, four fields of knowledge were used: technology, language, behavior change and training the network . The protected network takes the security of information, and together, provide an intervention by the PMs and BMs intended by society. Didactically , the dissertation has been structured in four (04) chapters, the first for the introduction; the second, a study of the evolution of institutions and the process of education in Pernambuco, in the third case studies that enabled the *m-learning* and in the fourth final thoughts on the subject and the product, demonstrating its feasibility , given the behavior studied at that time . This work is characterized by its innovative character, since this is an exploratory and argumentative qualitative research that uses field surveys, literature , semi -structure interviews, questionnaires and analysis of data, which in the end, provided the means to prove hypothesis, with the product , a course taught using *m-learning* (mobile learning) for the effective training of overt corporations . An innovative , economical way that is responsive to everyone, that allow to safely promote this type of education, taking into account the proposal and considerations presented .

Keywords : Education.Language.Technology.Dialogism.Network

ABREVIATURAS

ACIDES – Academia Integrada de Defesa Social.

AIS – Área Integrada de Segurança.

AOS – Agente Operativo de Segurança

APMP – Academia de Polícia Militar do Paudalho.

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem.

BLOG – Jornal Eletrônico

BM (s) – Bombeiro (s) Militar (es).

BRIOSIA – Nome ficto e carinhoso adotado pelos integrantes da PMPE à sua Corporação.

BY– Por, tradução livre do autor.

CBMPE – Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

Cel – Coronel.

CER- Centro de Ensino do Recife.

CEMET I – Centro de Ensino Metropolitano I.

CEMET II- Centro de Ensino Metropolitano II.

CEMATA – Centro de Ensino da Zona da Mata.

CESA – Centro de Ensino do Agreste.

CESS – Centro de Ensino do Sertão.

CIAL – Centro Integrado de Ações Locais.

CIOP– Centro Integrado de Operações Policiais.

DEIP/PMPE– Departamento de Ensino, Instrução e Pesquisa/Polícia Militar de Pernambuco

EAD – Educação a Distância.

ECE – Emenda Constitucional Estadual.

FFAA – Forças Armadas.

FIFA –Associação Federal Internacional de Futebol, tradução livre do Autor.

FNS – Força Nacional de Segurança.

GICAP – Gerência Institucional de Capacitação e Prevenção.

IDH/M – Índice de Desenvolvimento Humano e alta Mortalidade.

IPM – Inquérito Policial Militar.

MERCOSUL – Mercado Aberto dos Países Sul-americanos. Bloco Econômico.

M-LEARNING – Aprendizado móvel, tradução livre do autor.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

ONU – OrganizationNacion Union, Organização das Nações Unidas.

OK – Tudo certo.

PM (s) – Policial (is) Militar (es).

P.R – Príncipe Regente.

PSS –Pretorian Security Sistem,

QOPM – Quadro de Oficial Policial Militar.

QTC – Mensagem (Código de comunicação militar, conhecido como Código “Q”)

RRPM – Reserva Remunerada da Polícia Militar.

SDS– Secretaria de Defesa Social.

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SIE/DGO – Serviço de Inteligência e Estatística/Diretoria Geral de Operações.

SMS – Service Mensage script, Serviço de Mensagem Escrita (Tradução livre do Autor).

SRHE – Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos.

TenCel – Tenente Coronel

TICs – Tecnologia de Informática e Computação.

UAB – Universidade Aberta do Brasil.

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

1 Gráficos

Gráfico 01 – Quantidade de discentes capacitados presencialmente	51
Gráfico 02 – Demonstrativo dos efetivos disponibilizados para pesquisa	60
Gráfico 03 – Demonstrativo de satisfação sobre o recebimento de mensagens durante o serviço	62
Gráfico 04 – Grau de satisfação por recebimento de mensagens para instrução	63
Gráfico 05 – Análise da amostra de confiança em relação às câmeras de vigilância	71
Gráfico 06 – Análise da amostra de confiança em relação ao uso dos <i>aparelhos de comunicação móvel</i>	72
Gráfico 07 – Análise das amostras da pesquisa de confiança em relação ao emprego das câmeras e o uso dos <i>aparelhos de comunicação móvel</i> para interação e orientação síncrona do Policiamento	72
Gráfico 08 – Gráfico comparativo dos programas do Governo Estadual Professor Conectado, Aluno Conectado e a proposição “ <i>Policial Conectado</i> ”	85
Gráfico 09 – Custo do Programa “ <i>Policial Conectado</i> ”	86
Gráfico 10 – Programa “ <i>Policial Conectado</i> ”, em relação aos demais programas, custo/benefício	87

2 Figuras

Figura 01 – Douglas Santos e Slogan da Campanha	16
Figura 02 – Câmera de Monitoramento: Flagra de consumo de droga em plataformas da PM em Olinda	16
Figura 03 – Imagens do salvamento da turista Bruna Gobbi	17
Figura 04 Entrevistados: da direita pra esquerda, junto ao autor, o Historiador Cel RRPM Carlos B. Cavalcanti e o Gerente da GICAP/SDS, TenCel QOPM Geová S. Barros	23
Figura 05 – Proposta do Referencial Teórico para realização do <i>m-learning</i>	24
Figura 06 – Malha da Foz dos rios Pernambucanos	28
Figura 07 – Atuação sobre a Malha Falha	30
Figura 08 – Estrutura da PMPE	36
Figura 09 – Estrutura da Segurança Pública	36
Figura 10 – Armamento e munição- apreendida no Morro do Alemão pela FNS	38
Figura 11 – Invasão do Morro do Alemão	39

Figura 12 – Estrutura da Segurança Pública em Pernambuco, após a ECE N° 15/1999.	45
Figura 13 – Criação da ACIDES/GICAP	48
Figura 14 - Criação da GICAP e Desdobramento do campus ACIDES/SDS	48
Figura 15 – Visão Interna do CIAL	65
Figura 16 – A rede de interação	66
Figura 17 – Diálogo entre o CIAL e o CIOP	67
Figura 18 – Diálogo entre o CIAL e o CIOP	68
Figura 19 – 1) Sala de Vídeo Monitoramento; 2) Vídeo chamada com o CIAL; 3) Patrulhas lançadas no terreno; 4) Interação receptor-emissor, em decorrência da figura 5 (uma linguagem não verbal; 5) Disposição das patrulhas no Pátio do Forró; 6) CIAL	69
Figura 20 – Visualização da PSS no <i>Smartphones</i>	75
Figura 21 – Visualização da 2ª tela do PSS no <i>Smartphones</i>	76
Figura 22 – Aplicativos disponíveis em qualquer nível no PSS	76-77
Figura 23 – Escalonamento de acesso ao PSS	79
Figura 24 – Níveis de emprego da pesquisa 5,6, e 7 da figura 21	80
Figura 25 – Visualização do trânsito por imagem de satélite. Trechos	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Premissas Básicas	13
1.2 Referencial Teórico	23
2 SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	26
2.1 Preâmbulo	26
2.2 A Família Real no Brasil: Transformações Urbanas	30
2.3 Segurança Pública: A criação das Polícia e Bombeiro Militar de Pernambuco	32
2.3.1 A criação da Polícia Militar de Pernambuco	32
2.3.2 O primeiro serviço de extinção de incêndios nas Américas – Berço do atual Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco	35
2.4 A Participação do Brasil no cenário global: enfoques realistas e idealistas nas relações internacionais da conjuntura regional e global na atualidade e sua contextualização com a Segurança Pública	37
2.4.1 Segurança Pública: Governo Militar X Democracia em Consolidação	37
2.4.2 Segurança Pública: a forma admitida pela Constituição cidadã de 1988	40
2.4.3 Segurança Pública em Pernambuco pós Constituição de 1988	43
2.4.3.1 A criação da Secretaria de Defesa Social em Pernambuco	43
2.4.3.2 A criação da Academia Integrada de Defesa Social em Pernambuco (ACIDES/SDS)	47
2.5 Pacto pela vida e a educação a distância	49
2.5.1 Elevação da qualidade profissional	49
3 SEGURANÇA PÚBLICA OSTENSIVA PERNAMBUCANA CONECTADA BY M-LEARNING	52
3.1 Considerações iniciais	52
3.2 Estudos de casos	54
3.2.1. Uso de mensagens telefônicas para instrução Síncrona do contingente da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para instrução do efetivo empregado na praia de Boa Viagem, exemplificando a forma de realizar o <i>m-learning</i> , através de SMS	55
3.2.1.1 Intróito	55
3.2.1.2 Viabilidade do “ <i>m-learning</i> ” na educação continuada do Policial Ostensivo via SMS	57

3.2.1.3 O <i>m-learning</i> dos Agentes Ostensivos de Segurança via SMS	58
3.2.1.4 O cenário decampo da pesquisa	59
3.2.1.5 Considerações finais da pesquisa de campo	63
3.2.2. Construção de uma rede síncrona de <i>m-learning</i>	64
3.2.2.1 O cenário do Estudo de caso	64
3.2.2.2 Considerações importantes sobre o experimento	70
3.2.3 A Ferramenta Protetiva: Pretorian Security System	73
3.2.4 O produto do trabalho dissertativo	80
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
5. REFERENCIAL TEÓRICO	89
APÊNDICE	93
Apêndice A – Ementa do curso	94
Apêndice B – Plano de Ensino	101
Apêndice C – Apostila do produto	109
Apêndice D - PPT Unidade I – Módulo I	140
Apêndice E - PPT Unidade I – Módulo II	147
Apêndice F - PPT Unidade II – Módulo I	155
Apêndice G – Questionário e dados compilados	162

APÊNDICE

APÊNDICE A – Ementa do Produto

APÊNDICE B – Plano de ensino

APÊNDICE C – Apostila do Produto

APÊNDICE D – PPT Módulo I – Unidade I

APÊNDICE E - PPT Módulo II – Unidade I

APÊNDICE F - PPT Módulo I – Unidade II

APÊNDICE G – Questionário dados compilados

Apêndice A – Ementa do Produto



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)**

JORGE LUIZ DE ARAÚJO

**SEGURANÇA PÚBLICA OSTENSIVA PERNAMBUCANA
CONECTADA *BY M-LEARNING***

Recife-PE

2014



JORGE LUIZ DE ARAÚJO.

**SEGURANÇA PÚBLICA OSTENSIVA PERNAMBUCANA
CONECTADA *BY M-LEARNING***

A Ementa a seguir, consiste no produto da Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão em educação a distância, em nível de Mestrado da UFRPE/2012.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz dos Santos.

**Recife-PE
2014**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO
EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)**

MESTRADO

Ementa do Curso: Premissas básicas sobre a Administração Policial Militar

JORGE LUIZ DE ARAÚJO.

**Recife-PE
2014**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO
EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

Ementa do Curso: Premissas básicas sobre a Administração Policial Militar

Objetivo Geral: Conectar os Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Pernambuco para realização do m-learning, associando tecnologia e linguagem.

Objetivos Específicos:

- 1) Conhecer as premissas básicas que norteiam a Administração Pública.
- 2) Identificar os Princípios que direcionam, a Administração Pública
- 3) Modificar comportamentos em decorrência dos ensinamentos adquiridos no Curso.

Conteúdos: Módulo I - Unidade I: 1 Fórum de Apresentação. 2. Introdução. 3. Visão sistêmica do que vem a ser planejamento orçamentário-financeiro; 4. Blocos Econômicos da Europa e América do Sul. 5. Princípios da Administração Pública. e Ética na Administração Pública. 6. Fórum sobre Avaliação do conhecimento. **Unidade II:** 1. Administração Pública no Brasil. 2. Formação do Estado Brasileiro; 3. Administração e Direito Administrativo. 4. Fontes. 5. Finalidade e aplicabilidade do Direito Administrativo à administração Pública. 6. Considerações a serem observadas na Administração Pública. 7 Fórum sobre Avaliação do conhecimento. **Módulo II**
Unidade I : 1.Considerações preliminares. 2. PPA, LDO e LOA; 3. Ciclo Orçamentário. 4.

Princípios orçamentários. 5. Macro-administração. 6. Execução Financeira e Orçamentária: Obrigação de prestar contas e Gestão de Materiais. *7 Fórum sobre Avaliação do conhecimento*. **TOTAL:** 20 (vinte) horas-aula. Preenchimento do Formulário de avaliação do curso

REFERÊNCIAS:

- 1) ARAÚJO, Edimir Netto de. **Direito Administrativo Brasileiro**. 3. ed. São Paulo. Saraiva, 2007.
- 2) CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e teoria das constituições**. 4. ed. Coimbra. Medina, 2002.
- 3) CARVALHO, Kildare Gonçalves Carvalho. **Direito Constitucional**. 10. ed. Belo Horizonte. Del Rey, 2004.
- 4) MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24. ed. Malheiros, 1999.
- 5) MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 27ª. ed. São Paulo. Atlas, 2011.
- 6) ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Record. 2005.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1) BAKHTIN, Mikail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do Francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo. Martins Fontes, 1997.
- 2) BRAIT, B(org.) Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: _____, **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, Editora da Unicamp, 1997. (Impresso).
- 3) BRAGA, Pedro. **Ética, Direito e Administração Pública**. 2ª Edição revista e atualizada. Brasília. Senado Federal: Subsecretaria de edições técnicas, 2006.
- 4) ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha Py. A formação do sentido e da identidade na visão Bakhtiniana. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade. Rio de Janeiro. N° 34, p. 181-206. 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo12.pdf> Acesso em: 30 dezembro 2013.
- 5) FARACO, C. Criação ideológica e dialogismo. In: **Linguagem e diálogo: as ideias do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009. (impresso)
- 6) FERNANDES, Júlio Flávio de Figueiredo; CARVALHO, Mauro Giffoni; CAMPOS, Edson Nascimento. **Vigotski e Bakhtin: a ação educacional como projeto dialógico de produção de sentido**. Revista Bakhtiniana, São Paulo, 7 (2): 95-108, Jul./Dez. 2012.

Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/10259/9329>>

acesso em: 30 dezembro 2013.

- 7) FREDERIC, Michael Litto e FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs). Educação a distância: o estado da arte. 3ª reimpressão-julho/2010. São Paulo. Pearson Education do Brasil Ltda. HARASIM, Linda (et. al.). **Redes de Aprendizagem: Um guia para ensino e aprendizagem on-line**. Tradução de Ibraíma Dafonte Tavares. São Paulo: Editora. SENAC, 2005. 9) MOURA, A. **Geração Móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a Geração Polegar**. In P. Dias, A. J. Osório (Org.) Actas da VI Conferência Internacional de TIC na Educação Challenges 2009 / Desafios 2009. Braga: Universidade do Minho, 2009, p. 50-78. Disponível em: <<http://adelinamouravita.com.sapo.pt/gpolegar.pdf>> acesso em: 05 março 2013. 10) REIS, Friede. **Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro. Forense, 2006. 11) TOTTI, Aline Rodrigues et al. **M-learning: Possibilidades para a Educação a distância**. Varginha. 2011. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/181.pdf>> Acesso em: 05 março 2013. 12) VIGOSTKY, I.s. **A formação Social da Mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 13) XAVIER, A. C. **Interação, texto e hipertexto**. In Xavier, A. C. A era do hipertexto: linguagem e tecnologia. Recife: Editora da UFPE, 2009.

Apêndice B – Plano de ensino



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

JORGE LUIZ DE ARAÚJO.

SEGURANÇA PÚBLICA OSTENSIVA PERNAMBUCANA
CONECTADA *BY M-LEARNING*

Recife-PE

2014



JORGE LUIZ DE ARAÚJO.

**SEGURANÇA PÚBLICA OSTENSIVA PERNAMBUCANA
CONECTADA *BY M-LEARNING***

A Ementa a seguir, consiste no produto da Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão em educação a distância, em nível de Mestrado da UFRPE/2012.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz dos Santos.

Recife-PE

2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO
EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

MESTRADO

Plano de Ensino do Curso: Premissas básicas sobre a Administração
Policia Militar

JORGE LUIZ DE ARAÚJO.

Recife-PE

2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO
EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

Plano de ensino do Curso: Premissas básicas sobre a Administração Policial Militar

Objetivo Geral: Conectar os Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Pernambuco para realização do m-learning, associando tecnologia e linguagem.

Objetivos Específicos:

- 4) Conhecer as premissas básicas que norteiam a Administração Pública.
- 5) Identificar os Princípios que direcionam, a Administração Pública
- 6) Modificar comportamentos em decorrência dos ensinamentos adquiridos no Curso.

MÓDULO/ UNIDADE	ASSUNTO	OBJETIVO	RECURSOS AUDIO- VISUAIS	H/A	AVALIAÇÃO
FÓRUM DE APRESENTAÇÃO. Assistir ao vídeo e fazer uma postagem com informações básicas do discente e uma foto					
I - I	Visão	Conhecer a	1. Mobiles	06	Postagem de

	Sistêmica da Administração Pública, Princípios constitucionais e ética.	estrutura dos blocos econômicos, os Princípios constitucionais e valores éticos na Adm. Pública. Identificar as consequências do impacto econômico-financeiro nos países com status de <i>semi-democracias</i> . Agir em conformidade com as orientações constitucionais e infra-constitucionais na Administração Pública.	; <ol style="list-style-type: none"> 2. Apostila texto. 3. Vídeos e PPTs postados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 		Avaliação no Fórum de aprendizagem.
I - II	Administração Pública no Brasil e suas relações com o Direito Constitucional e Administrativo: Pressupostos, Princípios, Fontes, Poderes,	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar a importância da Administração Pública com o Direito Administrativo; 2. Distinguir a importância dos Pressupostos, das fontes, Poderes na manifestação dos atos administrativos; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobiles; 2. Apostila texto. 3. Vídeos e PPTs postados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 	07	Postagem de Avaliação no Fórum de aprendizagem.

	atos, finalidade e aplicabilidade.	3. Interpretar a finalidade dos atos e sua importância quanto a aplicabilidade, observando-se a administração e os ramos do direito.			
II -	Macro administração e prestação de contas financeiras e controle de materiais.	Conhecer o Macro ciclo da Administração Pública; Identificar a necessidade de prestar contas como um Poder-dever de agir do Administrador. Modificar o seu comportamento perante a administração pública, otimizando a sua gestão.	Mobiles; Apostila texto. 3. Vídeos e PPTs postados no Ambiente Virtual de Aprendizagem 4. Facebook 5. Skype;	07	Postagem de Avaliação no Fórum de aprendizagem.
Vídeo de agradecimento do Tutor Virtual, solicitando o preenchimento e envio do questionário de avaliação.					
RESPONDER O QUESTIONÁRIO AVALIANDO O DESENVOLVIMENTO DO CURSO				20	
<p>OBS: Para poder frequentar o curso, o discente se compromete a utilizar todo e qualquer dispositivo móvel, sendo vedado o uso de PCs para realização dessas atividades. Compromete-se ainda a responder o questionário imediatamente após a última postagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem e encaminhá-la para o e-mail do Tutor Virtual do Curso: jorgemestradosstemobile@gmail.com; Compromete-se o discente em abrir uma conta no gmail,</p>					

em conformidade com o seu grupo, de modo que venhamos a obter um maior número de informações para ser prestada a BANCA EXAMINADORA; exemplificando: Grupo de Petrolina: Petrolinacristianetestemobile@gmail.com; Grupo do CBMPE: cbmpefautotestemobile@gmail.com ; Grupo do Corpo de Bombeiros: noronhashirleytestemobile@gmail.com . Através desses e-mails criados, teremos uma página específica no Facebook para troca de conhecimentos.

OBS: O CURSO TERÁ 20 HORAS DE DURAÇÃO E TERÁ INÍCIO NO SÁBADO 1º DE FEVEREIRO E TÉRMINO NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2014.

Apêndice C – Apostila do Produto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

JORGE LUIZ DE ARAÚJO.

SEGURANÇA PÚBLICA OSTENSIVA PERNAMBUCANA
CONECTADA *BY M-LEARNING*

Recife-PE

2014



JORGE LUIZ DE ARAÚJO.

**SEGURANÇA PÚBLICA OSTENSIVA PERNAMBUCANA
CONECTADA *BY M-LEARNING***

O curso a seguir consiste no produto da Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão em educação à distância, em nível de Mestrado da UFRPE/2012.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz dos Santos.

Recife-PE

2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO
EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

MESTRADO

Curso: Premissas básicas sobre a Administração Policial Militar

JORGE LUIZ DE ARAÚJO.

DATA DA DEFESA ____ / ____ / 2014.

BANCA EXAMINADORA

Presidente _____

1º Examinador _____

2º Examinador _____

Nota:

PARECER

Dedico esse trabalho de dissertação a todos os cidadãos do Brasil, os quais desejam um mundo melhor, principalmente, quando houver a intervenção por parte da Polícia. Esse órgão, e seus agentes, em especial os da Polícia Ostensiva, são responsáveis pela prevenção terciária, atuando de forma pró ativa, evitando assim a incidência de ações tipificadas como delituosas; a sua atuação é respaldada exclusivamente na Lei, e sua observância é irrestrita, atuando com moderação, logo, a preparação profissional dos seus quadros é crucial para manutenção do Estado Democrático de Direito, instalado nesse país que viveu 24 (vinte e quatro) anos sob o regime militar. A sociedade, nos tempos de hoje é dinâmica, logo tão mais dinâmica deve ser a Polícia, compreendendo os fenômenos sociais e atuando nos limites por ela admitidos, garantindo assim, uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

“O processo de ensino-aprendizagem, através da contextualização, faz com que o indivíduo venha a se tornar cidadão e posteriormente um sujeito transformador da sociedade.”

PAULO FREIRE, 1963.

RESUMO

A presente tem por cenário diversos erros cometidos por policiais e bombeiros militares em ocorrências das mais diversas, tendo por foco os integrantes das Corporações do Estado de Pernambuco, visando assim, minimizar essas atuações negativas, através da promoção do conhecimento, utilizando a Educação a distância, por dispositivo móvel, *m-learning*, numa grande rede e, otimizar o emprego operacional. Para buscar um entendimento sobre esses fatos que desgastam as Corporações Ostensivas de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, foi necessário compreender o processo histórico, político e sociológico dessas instituições e assim identificar, por exemplo, possíveis indutores que levaram Recife/PE, a ser considerada em 2006, conforme divulgação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), como a capital mais violenta do País. A metodologia empregada para construir esse trabalho, que é a otimização do sistema ostensivo de Segurança Pública em Pernambuco, entenda-se Policiais e Bombeiros Militares, através do *m-learning*, sendo necessário realizar pesquisa bibliográfica, de campo, análise qualitativa dos dados, questionários, entrevistas semi-estruturadas, buscando um trabalho qualitativo, e demonstrar a viabilidade da criação de uma rede de ensino-aprendizagem que venha a ser segura através da conexão em diferentes níveis de acesso, por dispositivos móveis. Os estudos realizados, demonstram o esforço do estado democrático vigente, que através de dispositivos legais, demonstrados no Capítulo 2 dessa dissertação, as diversas modificações estruturais no Sistema de Segurança Pública Estadual, que se acentua aos fins do século XX e início do Século XXI, com a criação da Academia Integrada de Defesa Social (ACIDES), a qual possui uma Gerência, denominada de Gerência Integrada de Capacitação e Prevenção (GICAP), a qual tem como atribuição, definir a política de ensino na Secretaria de Defesa Social (SDS), a qual coordena todos os órgãos da Segurança Pública em Pernambuco. Com a criação do Pacto Pela Vida, (PPV), veio a incentivar a capacitação dos PMs e BMs, e melhorar o nível de conhecimento dos integrantes da SDS, tendo como ferramenta nesse processo, a Educação a distância, inclusive, através de convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), um incentivo pecuniário, denominado de Bolsa Formação, valor em bonificação aos que concluíssem com aproveitamento os cursos ofertados. Apesar do uso da tecnologia, existe na tropa, certo grau de desconfiança quanto ao uso desta, inclusive, evidenciado nas pesquisas, sido considerada por parte da tropa, como mais um elemento para fiscalizar suas ações, a exemplo das câmeras de monitoramento espalhadas pela Região Metropolitana do Recife. Assim, visando otimizar esse processo de ensino-aprendizagem e buscar modificar o comportamento, o Autor buscou através de uma pesquisa exploratória-argumentativa, o conhecimento que fosse necessário para conectar uma rede segura de aprendizagem móvel em Pernambuco, associando a tecnologia disponível nos *smartphones* e linguagem adequada, sugerindo a criação de uma ferramenta protetiva, que foi denominada de *Pretorian Security System*, a qual sendo desenvolvida, otimizará a atuação dos PMs e BMs pela qualificação, criando o Programa Segurança Pública Ostensiva Pernambucana Conectada *by m-learning*.

Palavras-chave: Ensino. Linguagem. Tecnologia. Dialogismo. Rede

ABREVIATURAS

CASIS – Centro de Apoio ao Sistema de Saúde.

EAD – Educação a Distância.

ECE – Emenda Constitucional Estadual.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA – Lei Orçamentária Anual.

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

M-LEARNING – Aprendizado móvel, tradução livre do autor.

PM (s) – Policial (is) Militar (es).

PPA – Plano Plurianual.

SDS – Secretaria de Defesa Social.

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SIE/DGO – Serviço de Inteligência e Estatística/Diretoria Geral de Operações.

SMS – Service Message script, Serviço de Mensagem Escrita (Tradução livre do Autor).

Ten Cel – Tenente Coronel

TICs – Tecnologia de Informática e Computação.

UAB – Universidade Aberta do Brasil.

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco.

LISTA DE FIGURAS

1 Figuras

Figura 01 – Visão Geral do Macro Sistema da Administração Pública	18
Figura 02 – Macro sistema da Execução Orçamentária-Financeira do Estado, ênfase na PMPE	22

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	10
MÓDULO I – MACRO ADMINISTRAÇÃO	11
1 Introdução	11
2 Premissas Básicas Constitucionais e Normas Infraconstitucionais da Macro administração	14
MÓDULO II – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA PELO GESTOR	21
1 Obrigação de prestar contas dos recursos aplicados	22
2 Gestão de Recursos Materiais na PMPE	23
REFERÊNCIAS	27

APRESENTAÇÃO

Prezados Cursistas!

O presente curso, denominado de *Premissas Básicas da Administração Militar Estadual*, tem por objetivo demonstrar a viabilidade de apreendermos conhecimento através do *m-learning*, uma prática já conhecida, conforme cita Formiga, 2009, em países como Estados Unidos, Hungria, Finlândia e outros países Nórdicos, entretanto não tão difundida no Brasil.

É importante esclarecer que os assuntos aqui ofertados não esgota o conhecimento sobre a matéria, que visando otimizar o emprego dos recursos públicos, está sempre buscando uma fórmula célere de adquirir produtos, serviços e obras no mais curto espaço de tempo, de modo que o erário atenda aos princípios da Administração Pública, bem enumerados no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, tendo especial atenção aos Princípios da Legalidade, Moralidade (MEIRELLES, 1999), mas também, ao Princípio da Eficiência, inserido em nossa Magna Carta, por força da EC 19/98.

É assim, o produto do nosso Mestrado Profissional; conectar os discentes, no caso os PMs e BMs, utilizando a tecnologia e uma linguagem adequada, estabelecendo um dialogismo em um envolvimento *biopsicossocial*.

Esse trabalho, em conteúdo, não esgota o que se tem para considerar na disciplina de Gestão Policial Militar, muito pelo contrário, ela apenas orienta, aponta um norte ao discente do ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS DE SAÚDE sobre o que vem a ser gestão na administração pública policial, em outras palavras, constitui premissas básicas.

No primeiro Módulo, apresentamos a estrutura de como se constrói os instrumentos para vir a resolver os problemas da Sociedade, ou seja, a Macro Administração, no Segundo e último Módulo, apresentaremos os procedimentos necessários a Execução orçamentária-financeira pelo Gestor, de modo que possa prestar não apenas contas contábeis, mas à sociedade, no âmbito da Polícia Militar.

JORGE Luiz de Araújo – Maj QOPM

(Instrutor do Curso de Premissas Básicas sobre a Administração Policial Militar)

MÓDULO I – MACRO ADMINISTRAÇÃO

1 Introdução

Para podermos discutir sobre Gestão Policial Militar é oportuno retornar a um passado recente em que a nossa nação se firma como um Estado Democrático de Direito, ou seja, quando da promulgação de nossa Constituição Federal, em 03 de outubro de 1988.

Esse constitui o momento em que se deixa para trás o período do governo militar. - Muitos autores dão ênfase ao período ditatorial, mas por estarmos desenvolvendo atividades acadêmicas, isentas, ficamos com aquela denominação, haja vista que boa parte dos atos do governo tinha por objetivo salvaguardar aos interesses de uma classe dirigente, os Militares (ZAVERRUCHA, 2005) e, com a entrada em vigor desse novo diploma legal, eis que surge uma Constituição do povo e para o povo (MORAES, 2011)

É até benéfico dizer, enquanto admirador constitucionalista, que temos satisfação em escrever sobre esse tema, pois com a nova carta constitucional, nasceu um novo Estado, esse que irá conforme às cláusulas pétreas (artigos que não podem em hipótese alguma sofrer emendas, exceto quando autorizado pela Assembléia Nacional constituinte, por exemplo, decidimos no passado, sobre a forma de governo (Monarquia ou República) e o sistema de governo (Presidencialismo ou Parlamentarismo), através de um Plebiscito (consulta prévia ao povo), para mudar ou não o que foi inicialmente promulgado.

Mas para Administração Pública, o mais importante, o que primeiro se inicia, é a existência da combinação da parte final do artigo 1º da CF/88, a qual diz que a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL TEM OS SEGUINTE **FUNDAMENTOS**: II – CIDADANIA e III – DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. (CARVALHO, 2004)

Esse mesmo artigo traz em seu bojo, outros 05 (cinco) incisos, mas para disciplina em que estamos percorrendo, os 02(dois) acima são os que devemos especial destaque... para tal, convidamos os discentes a assistir o filme que se encontra postado em nossa plataforma e refletir sobre esses incisos fundamentais do Estado Democrático de Direito, a qual busca atendimento médico.

1º Fórum – Analise o filme abaixo e com fucro nos ensinamentos constante nesse módulo, faça reflexões sobre a Administração Pública e o contexto social nas grandes cidades. Considere o texto abaixo para formulação de suas respostas:



mujeron RESPONSABILIDADE SOCIAL.wmv

Clique no ícone para ver o filme.

Conforme presenciamos e disponibilizamos aos discentes, as condições de acessibilidade na residência e no sistema de transporte, a insensibilidade da população e motoristas, isso tudo corresponde a uma realidade que fere os FUNDAMENTOS de nossa Constituição. – Constituição é a positivação das idéias (constitucionalismo), CANOTILHO, 2000, que o Estado, no caso o brasileiro, tende a tentar resolver e, nesse sentido, podemos afirmar que a nossa Constituição é DIRIGENTE, ela conduz ao administrador atingir metas, eis que é uma gestão por resultados.

Quando dissertamos sobre o filme sobre a realidade da Cidade do México, temos em mente fazer uma analogia por força de compreensão que aquele contexto vem a ser semelhante ao nosso... não necessitamos ir longe para nos depararmos com situações idênticas, uma realidade vivenciada por esses discentes.

A questão da violência, *vis física*, quando posta a nossa vista e ela vem a ser um PROBLEMA a ser RESOLVIDO, constatamos que ela é muito menor do que a violência que afeta ao exercício pleno da cidadania e dignidade da pessoa humana... basta ver o que nos deparamos no dia-a-dia nas diversas reportagens televisivas, caso não tenhamos tempo para nos deslocar aos hospitais e constatar a carência de leitos, escolas sem condições de funcionamento, merenda escolar estragada, coletivos sem acessibilidade, semáforos sem alerta sonoro, habitação sobre palafitas, dentre outros problemas cotidianos. Não colocamos nessa conta, o abuso dos bancos, telefonias, prestadoras de energia elétrica dentre outros, os quais encontram falhas na administração pública para cometerem seus abusos e violar a norma vigente em especial aos preceitos constitucionais.

Lendo o texto, assistindo ao filme e com arrimo na experiência de cada um, reflita e ponha no fórum a sua postagem.

Dando continuidade ao objetivo de nosso Curso, conhecendo de forma preliminar a Administração Militar, ela se torna bastante complexa, pois o cenário que permeia o descrito nas páginas anteriores, pela carência de controle social e ineficácia das Políticas Públicas de prevenção, caso estivessem em harmonia, iriam aquelas, otimizar a Gestão Policial Militar em todos os campos, FINANCEIRO, LOGÍSTICA e PESSOAL, propiciando à prevenção terciária, através da prevenção, irá descambar em muitas vezes na violência interna corporis e, essa relação, como num passado recente (inexistência de coletes balísticos, armamento sem compatibilidade para enfrentamento ao crime organizado, munição com prazo de validade vencido, viaturas velhas com elevado consumo de combustível e manutenção deficitária, aliado a baixos salários dos servidores militares de um modo geral, aliado a gestores mal capacitados, tudo isso redundando em atitudes extremas, como por exemplo, os 02(dois) movimentos paredistas de 1997 e 2000 da Polícia Militar de Pernambuco e igual situação ocorre no estado do Rio de Janeiro, desta feita com os Bombeiros Militares (2011) e as cenas chocantes do sério embate travado entre quem possui armas.

O que fazer então? Ficar com a velha forma de administrar, tapando os buracos que surgem, ou buscar uma verdadeira solução para o caso?

Caso venhamos a optar pela primeira condição, estaremos contribuindo mais uma vez para o mal emprego dos recursos públicos e por conseqüência, contribuir para o incremento da violência, seja ela a *vis corporalis*, ou ainda a violência que ataca o exercício da cidadania e da dignidade da pessoa humana; optando pela segunda, estaremos sim, dando uma nova guinada, aprumando o nosso barco para o porto seguro e para conseguir esse feito, devemos observar os ditames constitucionais em vigor no nosso país, mas para tal, precisamos:

- a) Conhecer quais são as premissas básicas da Administração Pública em nosso texto constitucional e normas infra-constitucionais;
- b) Realizar um plano grandioso, diagnosticando os problemas, estipulando metas imediatas, mediatas, instituindo programas para equalização desses problemas (PLANO PLURIANUAL);
- c) Após o subitem acima, faz-se necessário que o Gestor institua as prioridades (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LOA), classificando os programas que em ordem de solução de problemas, venha a propiciar a otimização dos recursos;

- d) Instituir a disponibilização dos Recursos (Lei Orçamentária Anual – LOA), de modo que se possa iniciar a aplicação dos recursos alocados nos Projetos e Atividades dos Programas Orçamentários;
- e) Definir o Planejamento Estratégico da Instituição;
- f) Realizar a liberação dos Recursos através da Programação Financeira, através dos seus órgãos de planejamento, execução e controle;
- g) Realizar a capacitação dos servidores para uma Gestão por resultados; Prestar contas e através da Gestão por Resultados, realizar o monitoramento e controle e redirecionar os indicadores das metas, quando for necessário.
- h) Alcançar os resultados esperados

Conclusa essa fase, donde passamos as considerações preliminares (mínimas), passemos então a conhecer cada uma dessas etapas.

2 Premissas Básicas Constitucionais e Normas Infraconstitucionais da Macro administração.

Para se falar de normas, ordenamento jurídico para médicos, em curto espaço de tempo, não podemos deixar de afirmar que é um tanto quanto complicado, pois em sua vida acadêmica, poucos, raros ou até mesmo nenhum tiveram oportunidade de ter esses créditos em sua grade curricular de formação; acredito que se tiveram, possivelmente em Deontologia (estudo da ética), por ocasião da leitura de seu respectivo código de ética, não mais que isso e caso tenha ocorrido, foi um caso esporádico, haja vista que todos são provenientes do Centro das Ciências da Saúde (CCS).

Então, teremos que ser um tanto quanto cristalinos, mas sem perder a linguagem peculiar ao direito, pois se agirmos em sentido contrário, poderemos até a causar transtornos na aplicação da norma.

O ordenamento jurídico brasileiro, tem na Constituição Federal toda a sua base para existência; o que ficar fora ou acima da Constituição vai ao seu encontro, desmorona por terra e passível de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Para regular a Administração Pública, antes mesmo de enumerar a obediência as normas que norteiam a administração pública em geral e, em particular a Administração Policial, nesse caso específico, convém lembrar que toda norma possui uma teleologia e axiologia, ou seja, ela tem uma finalidade e valor.

Como enunciamos na introdução, a norma existe para regular a conduta dos administrados (a população em geral), apontando-lhes o caminho correto a seguir, e essa trilha, perpassa sempre pelos fundamentos da existência do Estado Brasileiro, em espécie, mesmo parecendo redundante, **ao pleno exercício da cidadania e dignidade da pessoa humana** (previstos nos incisos II e III do art. 1º da CF/88).

Todas as normas que vierem a entrar em vigor terão essa premissa; elas surgem para resolver problema, regular ações e na administração pública não é diferente, pois nós administrados só podemos fazer aquilo que a lei nos faculta, é a observância estrita a norma, conforme iremos ver mais tarde, como sendo o PRINCÍPIO DA LEGALIDADE e, dele deriva o Princípio da LEGITIMIDADE (ao qual oportuniza ao administrador agir dentro dos parâmetros admitidos por lei).

Tendo a Constituição Federal por norte a seguir, todo administrador ao exercer suas funções deverá além de ter em mente que os seus atos sempre estarão sobre a vigilância dos órgãos de controle, para tal, deverá observar o contido no art. 5º e o caput do art. 37, § 6º da CF/88, ao qual transcrevemos abaixo:

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - Cidadania;(Grifos nossos)

III – A dignidade da pessoa humana;(Grifos nossos)

“Art. 5º

II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de Lei; (Grifos nossos)

*Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:*

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Observe que existe uma preocupação, desde os direitos e garantias individuais de que a todos deve existir uma rigorosa observância à lei e para alcançar os fundamentos traçados pela MAGNA CARTA, não se admite qualquer desvio dos ditames legais, mesmo que seja para se buscar o justo.

Portanto, chegamos ao ponto de que o Gestor ou o futuro Gestor deva mesmo antes de passar a fazer parte do serviço público, tem e deve a necessidade de assimilação desse conhecimento básico e ao ingressar já possua essa orientação de que na vida como pessoa comum do povo ele já devia essa obediência legal, na qualidade de administrador, deve essa observância ser o seu livro de cabeceira, compreender e agir sempre em conformidade com os PRINCÍPIOS que regem a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, os quais passo a enumerar:

a) LEGALIDADE – Todos os atos do Administrador e Administrado devem se pautar na orientação da lei.

b) IMPESSOALIDADE – Além da impessoalidade, seus atos devem ter por escopo atingir o todo, ou seja, *erga omnes*; não se admite na administração pública uma gestão “*intuito personae*”.

c) PUBLICIDADE – Todos os atos da administração pública devem ser publicados em local de fácil acesso do público; nas grandes administrações, os atos administrativos são publicados no respectivo Diário Oficial, mas em casos como divulgação de rotina de trabalho, escalas de serviço, publicações em Boletins Internos, fazemos isso de maneira simples, apenas afixando no respectivo QUADRO DE AVISO, donde todos possam acessar e ter conhecimento até mesmo para fiscalizar.

d) **MORALIDADE** – Os atos administrativos não bastam apenas estar revestidos de Legalidade, mas principalmente do elemento MORAL; constituindo-se esse princípio como a característica da Administração Pública; o justo aqui a ser aplicado não é para um, mas para todos.

e) **EFICIÊNCIA** – Após o advento da Constituição Federal, isto em 1988 e a normatização dos Processos de aquisição e contratação de bens, serviços e obras (Lei das Licitações, Lei federal 8.666/93 e suas alterações posteriores), a modernização para se atender ao princípio da ISONOMIA, tratar todos igualmente dentro de suas desigualdades, teve um grande avanço com o acolhimento desse Princípio ao texto constitucional original, pois na reforma administrativa de 1998, através da Emenda Constitucional 19, o Brasil passou a ter esse princípio como seu grande aliado na administração para resolver suas lides, não se admitindo mais as grandes demoras para resolver as questões para viabilizar o andamento dos projetos e direitos dos administrados. Esse avanço constitucional, quando não observado pela Administração Pública, é passível de objeto de MANDADO DE SEGURANÇA.

Para complementar as normas que asseguram o cumprimento de uma Gestão por resultados, antes da formatação de um PLANO PLURIANUAL, o legislador brasileiro inovou quando no ano de 2000, aprovou e foi sancionada a Lei Complementar 101, denominada **Lei de Responsabilidade Fiscal**.

Essa Lei Complementar cuja relatoria coube ao então Deputado Federal Joaquim Francisco, então PFL/PE, veio a orientar como se deve realizar uma gestão financeira em conformidade com ensinamentos mundiais e que viabilizassem a confiança de investidores internacionais, pois inúmeras são as sanções impostas aos maus gestores, acabando de vez com aqueles gestores iniciavam obras sem licitação e sem observar o impacto financeiro, ficando suas entidades estatais repletas de obras fantasmas.

O novo rumo na administração Pública, por ser a Lei Complementar 101 (LEI DAS RESPONSABILIDADES FISCAIS), uma Lei NACIONAL, obriga às 03(três) entidades estatais (UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS, o DISTRITO FEDERAL e ao MUNICÍPIO), bem como aos seus 03 (três) Poderes, previstos constitucionalmente no art. 2º da CF/88, a real observância do nela contido, pois implicará pesadas multas e outras obrigações a serem impostas ao administrador que comprometer os seus percentuais com gasto de pessoal, por exemplo, **O EAOS (Estágio de Adaptação de Oficiais de Saúde)**, só foi autorizado iniciar

após o estado de Pernambuco conferir o comportamento de sua receita, quando avaliado no quadrimestre e poder realizar a contratação dos novos Oficiais de Saúde, sem que com essa atitude do Poder Executivo Estadual viesse a comprometer os limites prudenciais com os gastos com pessoal, por esse motivo, antes de se definir a data de ingresso dos atuais discentes do serviço de saúde, verificou-se ainda no período pré-edital, quais seriam as nossas reais necessidades, as quais hoje pode ser até diferentes do estipulado no passado, mas que infelizmente, por força de lei e, atendendo ao Princípio da Legalidade, estamos apenas fazendo à previsão de ingresso no Serviço Público de apenas 56 (cinquenta e seis) profissionais de saúde, apenas médicos e não dentistas, farmacêuticos, fisioterapeutas ou enfermeiros, porque então?

A resposta é simples, não esqueçamos que os programas estão para resolver problemas, mas que esses problemas carecem de ser apreciados em prioridades, nesse momento, a Administração Pública só dispõe de recursos financeiros (principal limitador, imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal) apenas para contratar Médicos, quando observado o cenário, pois podemos carecer até de Veterinários, mas não mais o que médicos, no que se leve em consideração a existência de um número muito mais elevado desses profissionais no serviço ativo do que os 03 (três) Veterinários existentes.

Isso não quer dizer que não tenhamos problemas na área de Odontologia, Farmacêutica, Veterinária, ou em outros campos. A questão prioritária em PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO está na carência de médicos e que precisa ser suprida imediatamente.

Outra pergunta que poderia surgir era o fracionamento de profissionais da saúde, ao invés de contratar os 56 (cinquenta e seis) discentes provenientes da medicina, contratarmos igualmente 14 (quatorze) médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários?

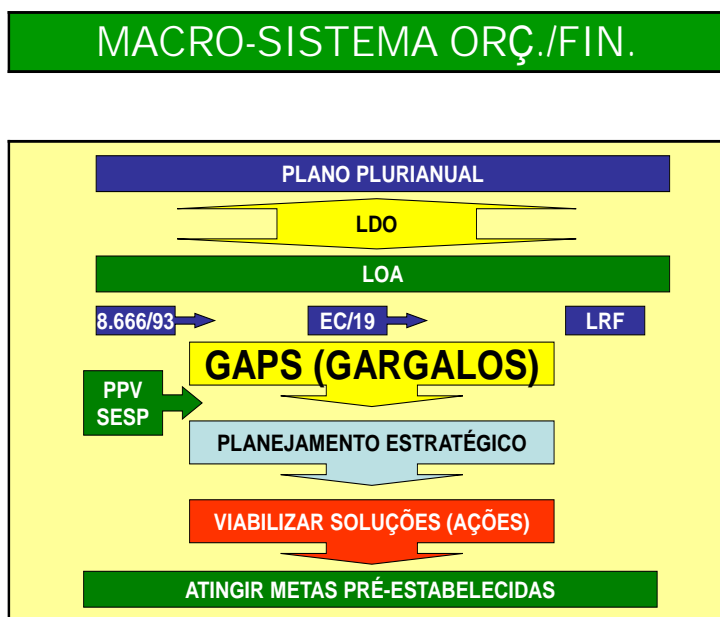


Figura 01 – Visão Geral do Macro Sistema da Administração Pública. Fonte: O Autor.

Observe a figura anterior, ele representa o Macro-sistema da Gestão Financeira e Orçamentária que devemos observar:

Diante desse quadro, passemos então a fazer algumas considerações, visando explicar ao discente para sua melhor compreensão.

Todo aquele que se candidata, diante de um cenário devidamente diagnosticado (assim esperamos que o faça, no sentido de buscar resolver problemas, devendo retroalimentar o sistema, aprimorando suas ações em prol da solução de questões ainda não resolvidas) com vistas a assumir a direção de uma entidade estatal (União, Estado-membro, Distrito Federal), deve apresentar à sociedade os problemas encontrados e o que pretende fazer para solucioná-lo.

Até a esse ponto, tudo aqui é apenas **PROMESSA**, mas por força constitucional, deve elaborar o seu **PLANO PLURIANUAL**, neste irá constar todo o diagnóstico possível dos problemas e a potencialidade da região para poder dar andamento àquelas promessas de campanhas, as quais quando inseridas no PPA, tornar-se-ão **COMPROMISSO GOVERNAMENTAL**, ou seja, as promessas virarão **PROGRAMAS DE GOVERNO**.

Tudo aquilo que foi prometido em campanha e não fizer parte do bojo do PPA, não poderá haver alocação de recursos, pois não integram o compromisso do Estado com o Povo.

É oportuno o registro de que o Plano Plurianual (PPA) ele ainda é aprovado no primeiro ano do governo vencedor, que executa o último ano do PPA do governo anterior, logo podemos afirmar que ele inicia no 2º ano de um governo e se estende ao 1º ano do governo subsequente. Qual seria o objetivo desse ultra-tempo do PPA?

A resposta é simples, nunca esqueça que a nossa Constituição Federal, assim como as Estaduais são Constituições Dirigentes, possuem metas a alcançar e nesse propósito o PPA assegura o cumprimento de programas iniciados, evitando-se desperdício do erário público, em melhor português, não haverá solução de continuidade.

O outro fator importante é a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pois através dela é que iremos classificar os programas, dando-lhe PRIORIDADES, essas que deverão ser executadas de modo que haja uma eficiência, eficácia e efetividade das ações outrora adotadas para solução de problemas da sociedade, evitando-se dar um passo à frente e dois para trás...

É o caso semelhante de comprarmos gasolina sem termos um carro para uso; caso assim venhamos a adotar essa postura, logicamente poderemos sequer ter os recursos para adquirirmos o referido bem e utilizarmos à gasolina.

Poderemos sim, por decurso de prazo deteriorar o combustível adquirido pelo tempo e não comprarmos o carro, pois não teremos mais o dinheiro para adquirir novo combustível e, continuaremos a andar de ônibus, chegando atrasado em todos os pontos ou sairemos mais cedo de casa.

Esse é o papel da LDO, orientar ao governante e viabilizar aos órgãos de fiscalização (CONTROLADORIA, TCE e a própria ALEPE), a adotar as providências de emprego de recursos e a tomada de contas.

Quanto a Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como a LDO e a revisão do PPA, são aprovadas anualmente; mas com o advento do controle finalístico e não mais contábil, torna-se mais importante verificar se os indicadores estipulados nos Programas estão sendo alcançados, ou seja, dentro desses programas para resolver os problemas existem ações, denominadas de PROJETOS (início, meio e fim) e ATIVIDADES (contínua) donde em suas células orçamentárias haverá a alocação de recursos, mas o mais importante não é a execução da despesa em si, o importante é ver se a meta foi alcançada. Ex: o Estágio de Adaptação de Oficiais de Saúde (EAOS) é um projeto, mas a ação do atendimento dos médicos militares

após formados, constitui uma ATIVIDADE, é contínua, dentro de um PROGRAMA DE GOVERNO.

Diante desse cenário o importante é verificar que para alcançar o PRINCÍPIO DA ISONOMIA, às ações de governo devem oportunizar aos prestadores de bens e serviços igual oportunidade de participação, a estes são chamados de licitantes e, todos os meios para alcançar aos ditames do PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA devem ser adotados, observando-se as recomendações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um fator interessante em Pernambuco para bem exemplificar, isto em 2007, até ao mês de abril daquele ano, o Governador Eduardo Campos não pode inicialmente fazer complexas modificações na LOA, haja vista que tinha que acompanhar o balanço do quadrimestre (janeiro a abril), mas enquanto pode, encaminhou a ALEPE, projetos de lei que viabilizassem o acesso às promoções por parte de oficiais e praças da PM e BM e, ao passo, produziu diagnóstico mais acurado sobre os índices da violência em nosso estado e tão logo que obteve os números da arrecadação, em 13 de maio **lançou o PACTO PELA VIDA (PPV)**,

Dessa ação, passou a adotar providências no sentido de desencadear processos licitatórios para locação de viaturas, suas manutenções, aquisição de novos coletes balísticos, contratação de pessoal destinado às polícias, modificação do processo de formação, enfim, uma série de mudanças que propiciou a mudança do “*status quo*” de quem fazia a gestão, e passou agora a fazer um giro no PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO, CONTROLE e ANÁLISE (PDCA).

Através de indicadores previamente discutidos, os administradores pudessem analisar se as metas outrora estimadas estavam sendo alcançadas, realizando uma Gestão por resultados.

Não estou aqui para falar sobre os benefícios ou malefícios de como a tropa está verificando essa nova forma de administrar, o que podemos dizer para o momento é de que existe a necessidade de formarmos gestores para atuar na execução do Policiamento Ostensivo e com capacidade de realizar todo o ciclo da administração num processo de Gestão por resultados, cada um tem um papel importante nesse sistema, basta observar os indicadores que foram estipulados, mas por enquanto é o bastante.

Diante do PACTO PELA VIDA (PPV), é importante que cada Unidade Orçamentária (UO), auxiliada pelas suas Unidades Gestoras viabilizem seus PLANEJAMENTOS ESTRATÉGICOS de como irão atuar para bem aplicar os recursos disponíveis; esses planejamentos estratégicos são coincidentes, devem estar orientados todos para o mesmo caminho, não poderão ser divergentes, sob pena de se encontrarem dentro da própria Unidade Orçamentária (no nosso caso é a SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL) e as Unidades Gestoras (na PMPE, temos duas, o CASIS e a própria PMPE, daí verificamos o quanto o SISTEMA DE SAÚDE é muito importante nesse cenário, devido a sua peculiaridade, carece de uma UNIDADE GESTORA para administrar um PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO, o qual detém um PROJETO e uma ATIVIDADE).

2º Fórum – Considerando as informações constante no 1º Módulo, disserte sobre a necessidade do administrador conhecer o cenário em que está inserido para bem gerir os recursos disponíveis pelos órgãos da alta administração, de modo que aplique o erário público para resolver os problemas e atender ao Princípio da Eficiência da Administração Pública.

Fim do 1º Módulo.

MÓDULO II – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA PELO GESTOR.

1 Obrigação de prestar contas dos recursos aplicados

Conhecendo como funciona a Administração Pública, em seu sentido macro, na execução dos programas, cabe ao Gestor Público buscar resolver os problemas, aplicando corretamente os recursos provenientes do erário, atendendo da mesma forma as recomendações da alta administração, entretanto, por ser o executor, aquele que emprega, contrata, adquire produtos, serviços ou obras, deve seguir alguns parâmetros.

Ou seja, temos que otimizar nossas ações para através dos projetos e atividades inseridos nos programas previstos no PPA e resolvermos os problemas, assim, iniciamos a GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA POLICIAL.

A seguir, temos um diagrama de como acontece a liberação dos recursos e sua execução na PMPE, desta feita, teremos uma visão do que narramos anteriormente:

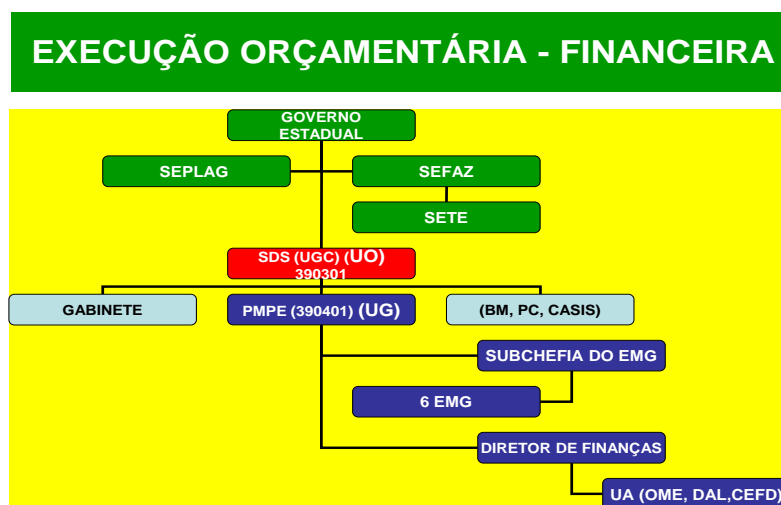


Figura 02 – Macro sistema da Execução Orçamentária-Financeira do Estado, ênfase na PMPE.

Fonte: O Autor

O diagrama anterior corresponde a forma de como ocorre o repasse de verbas na PMPE e no CASIS, como ele funciona como uma UNIDADE GESTORA EXECUTORA, recebendo as cargas de Orçamento e Programação Financeira proveniente da UNIDADE GESTORA CENTRAL da SDS, a execução da despesa acontece de forma centralizada; esse assunto deve ser melhor explorado na disciplina de Gestão Hospitalar, cujo titular da cadeira é o atual Chefe do CASIS.

Concluimos então esse breve relato sobre o que vem a ser uma Gestão Orçamentária e Financeira na Polícia Militar de Pernambuco, ocasião em que ratificamos que há muito o que discutir, mas por esse momento, é o suficiente, atendendo aos requisitos da disciplina.

Não devemos esquecer da necessidade de que toda Unidade Gestora realizar o seu Planejamento Estratégico, buscando chegar a algum lugar, contendo metas, objetivos, e acima de tudo, contabilmente, prestar contas.

Procedido então o Planejamento Estratégico, observando-se os programas, haverá, no caso da PMPE, o repasse de verba as Unidades Administrativas e essas em responsabilidade solidária com o Comandante Geral e Diretor de Finanças, através dos seus Ordenadores de Despesa (Comandante/Chefe/Diretor e Tesoureiro), aplicarão os recursos para otimizar suas atividades fins.

Neste caso, haverá o controle finalístico pela Auditoria Interna, procedida pela CPAud, quando se tratar dos Batalhões e no caso da PMPE e CASIS, o controle é exercido pelo Tribunal de Contas (órgão técnico), a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco efetua o controle Político na aprovação das contas.

O diagrama da **Figura 2**, corresponde a minuta do que vem a ser o outrora narrado sobre a Gestão Financeira e Orçamentária na PMPE; muito ainda temos que discorrer sobre o assunto, mas por esse momento, atende às expectativas do PLANO DO CURSO, muito mais além do que o conteúdo para tal assunto é requerido.

2 Gestão de Recursos Materiais na PMPE

Muito se falava, desde os primeiros passos na caserna com o cuidado com o material carga da PMPE... esse material carga da Corporação, normalmente se resumia aos equipamentos e material permanente (armamento, viaturas, coletes balísticos, munições, máquinas de tipografia, máquinas de datilografar, televisores, rádios transceptores, etc..), pouco se falava em material de consumo e serviço, numa preocupação para gerir com controle, numa gestão por resultados, visando a maximização dos recursos públicos não só na aquisição, através do PROCESSO LICITATÓRIO, donde se busca o **menor valor e qualidade**, mas o principal cuidado está no emprego desses recursos, conforme veremos adiante.

Uma boa gestão de recursos materiais se faz desde a aquisição, obtendo produtos originais pelo menor preço e qualidade, mas principalmente, tendo uma maior vida útil para

poder ser estocado por um prazo razoável e que se possa empregá-lo em conformidade com a necessidade diagnosticada.

Num passado de cerca de 20 (vinte) anos atrás, quando ainda vivíamos assolado por uma inflação desvairada, poderíamos, enquanto administração, dava-nos ao luxo de realizar grandes aquisições de material de consumo, estocando materiais que por muitas vezes, a exemplo das fitas das máquinas de escrever, quando eram retiradas do almoxarifado, estavam inservíveis ao fim que se destinava.

Com o passar dos anos e a doma do fantasma da inflação, o que se viu foi exatamente o contrário; através de uma gestão qualificada, a produção de equipamentos destinados ao funcionamento dos materiais permanentes, adquiridos através do elemento **4.4.90.52**, teve de obedecer a um critério que viesse a suprir a estocagem de produtos destinados a aquisição de consumo, classificada no elemento de despesa **3.3.90.30**, de longo alcance por uma aplicação de recursos em conformidade com a disponibilização do financeiro, sempre buscando a relação diagnóstico de demanda x compra x estocagem x emprego, evitando-se o desperdício.

Uma realidade prática, está na aquisição de equipamentos de informática e seus insumos; hoje, nenhum gestor que se preza, tem em mente fazer grandes aquisições de computadores para aplicar na Administração Pública, haja vista que a velocidade como avança a tecnologia, esses equipamentos em menos de 06(seis) meses virão a se tornar obsoletos e os seus insumos (tinta de impressora, por exemplo), poderão ficar mais caras por ter saído de circulação.

Não foi à toa que a Administração Pública criou um curso para Gestor de Materiais, justamente para poder fazer sua classificação e opinar sobre suas aquisições, pois quanto mais padronizadas na Administração, em virtude do volume, mais baratas poderão se tornar e advir numa economia sobremaneira para realizar investimentos.

Mas logo no início da página anterior, busquei demonstrar que antigamente havia uma preocupação apenas com os materiais permanentes, inclusive hoje ainda há, até porque eles custam muito caro para Administração Pública e possuem um controle considerável por parte dos órgãos de Direção (no caso da PMPE, quem faz a gestão é a Diretoria de Apoio Logístico, que juntamente com a Comissão Permanente de Auditoria – CPAud, executa a fiscalização e controle) e para cada material permanente adquirido, este deve ser avaliado por uma Comissão de Recebimento, a qual irá preencher o TERMO DE EXAME E RECEBIMENTO

DE MATERIAL, tudo conforme estabelecido no R-3 (Regulamento de Administração do Exército). C

Constatando qualquer anormalidade anatômica ou funcional, deverá registrá-lo, para que uma Comissão de Exame e Averiguação de Material (TEAM), possa apontar com detalhes essas falhas, suas implicações e devolvê-la ao fornecedor, determinando o reembolso ou substituição, não procedendo à LIQUIDAÇÃO para que se proceda ao pagamento enquanto não estiver tudo em conformidade com a lei, seja a de licitações (8.666/93 e suas alterações, como também o Código de Administração Financeira, Lei 4.320). Tudo isso deve ser publicado em Boletim Interno da Unidade para dar publicidade (atender ao princípio da publicidade, exteriorizando os atos), dando-lhes a competente validade.

Mas caso o equipamento esteja em perfeitas condições, assim como o material de consumo adquirido, este deve dar entrada no almoxarifado, donde o ALMOXARIFE, o receberá, certificando o recebimento, de modo que o FISCAL ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA (Quartel), possa Liquidar na Nota e seja autorizado o pagamento pelo ORDENADOR DE DESPESAS (Comandante do Quartel) e o TESOUREIRO possa preencher o Cheque ou providenciar a Ordem Bancária (OB) e proceder à quitação.

Recebido o material no almoxarifado, esse será colocado na prateleira correspondente e será aberta uma ficha de controle, donde será dada entrada na contabilidade material da UA e, todas as suas movimentações (para onde foi destinado, qual a seção), deverá nessa ficha constar, bem como deverá ter o competente pedido e sua autorização pelo Fiscal Administrativo para pagamento à seção beneficiária, pois tudo será lançado ao final do mês em um INVENTÁRIO e encaminhado a 4ª seção do Estado-Maior Geral para análise e parecer, pois alimentará a 6ª Seção quanto à liberação de recursos, pois visualizará o seu estoque.

O mais importante na gestão de materiais, em especial de consumo, não está no controle acima narrado, mas sim quando o material deixa as portas do ALMOXARIFADO e vai ser empregado, faz-se necessário uma conscientização dos servidores que quanto mais racionalizarem o uso, maior será a economia prestada ao estado, por consequência, estaremos contribuindo até mesmo para melhores salários (aumento ou reposição inflacionária); imaginemos quanto poderíamos economizar se utilizássemos a energia elétrica em conformidade com a racionalização? Sem sombra de dúvidas, estaríamos contribuindo para construção para um país melhor.

Por fim, gostaria de fazer algumas considerações sobre o Material Permanente é de que toda vez que o servidor venha a assumir suas funções, observe a lista (obrigatória, afixada atrás da porta principal) dos materiais permanentes existentes em sua respectiva seção, essa lista deve ser conferida e comunicada pelo servidor que assumiu a repartição sem ALTERAÇÃO ou com alterações, devendo enumerá-las.

3º Fórum – As informações constantes nesse último módulo, estão intimamente mais próximas a qualquer Gestor, em qualquer nível de execução. Reflita sobre a importância do Controle interno na administração, informando aos seus superiores as alterações existentes, quem venham a trazer prejuízo ao erário público, sob pena de responsabilidade em não fazê-lo.

Final do Curso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edimir Netto de. **Direito Administrativo Brasileiro**. 3. ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e teoria das constituições**. 4. ed. Coimbra. Medina, 2002.

CARVALHO, Kildare Gonçalves Carvalho. **Direito Constitucional**. 10. ed. Belo Horizonte. Del Rey, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24. ed. Malheiros, 1999.1

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 27ª. ed. São Paulo. Atlas, 2011.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Record. 2005.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BAKTHIN, Mikail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do Francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

BRAIT, B(org.) Contribuições de Bakthin às teorias do discurso. In: _____, **Bakthin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, Editora da Unicamp, 1997. (Impresso)

BRAGA, Pedro. **Ética, Direito e Administração Pública**. 2ª Edição revista e atualizada. Brasília. Senado Federal: Subsecretaria de edições técnicas, 2006.

ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha Py. A formação do sentido e da identidade na visão Bakhtiniana. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade. Rio de Janeiro. N° 34, p. 181-206. 2008. Disponível em:

<<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo12.pdf>> Acesso em: 30 dezembro 2013.

FARACO, C. Criação ideológica e dialogismo. In: **Linguagem e diálogo: as ideias do círculo de Bakhtim**. São Paulo: Parábola, 2009. (**impresso**)

FERNANDES, Júlio Flávio de Figueiredo; CARVALHO, Mauro Giffoni; CAMPOS, Edson Nascimento. Vigotski e Bakhtin: a ação educacional como projeto dialógico de produção de sentido. Revista Bakhtiniana, São Paulo, 7 (2): 95-108, Jul./Dez. 2012. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/10259/9329>> acesso em: 30 dezembro 2013.

FREDERIC, Michael Litto e FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs). Educação a distância: o estado da arte. 3ª reimpressão-julho/2010. São Paulo. Pearson Education do Brasil Ltda.

HARASIM, Linda (et. al.). **Redes de Aprendizagem: Um guia para ensino e aprendizagem on-line**. Tradução de Ibraíma Dafonte Tavares. São Paulo: Editora. SENAC, 2005.

MOURA, A. Geração Móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a Geração Polegar. In P. Dias, A. J. Osório (Org.) Actas da VI Conferência Internacional de TIC na Educação Challenges 2009 / Desafios 2009. Braga: Universidade do Minho, 2009, p. 50-78. Disponível em: <
<http://adelinamouravita.com.sapo.pt/gpolegar.pdf>> acesso em: 05 março 2013.

REIS, Friede. **Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro. Forense, 2006.

TOTTI, Aline Rodrigues et al. **M-learning: Possibilidades para a Educação a distância**. Varginha. 2011. Disponível em: <
<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/181.pdf>> Acesso em: 05 março 2013.

VIGOSTKY, l.s. **A formação Social da Mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

XAVIER, A. C. **Interação, tesxto e hipertexto**. In Xavier, A. C. A era do hipertexto: linguagem e tecnologia. Recife: Editora da UFPE, 2009.

Apêndice D – PPT Unidade I – Módulo I

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
ACIDES
EAOS - GFO**



Jorge Araújo – Maj PM

MBA EM GESTÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
ESPECIALISTA EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES
Jorge_turismo@yahoo.com.br

Recife-PE
Janeiro de 2014

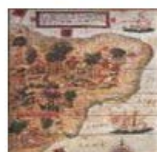
"A POLÍCIA MILITAR SOMOS TODOS NÓS"

**"MACRO ECONOMIA – ÉTICA
E PRINCÍPIOS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"**

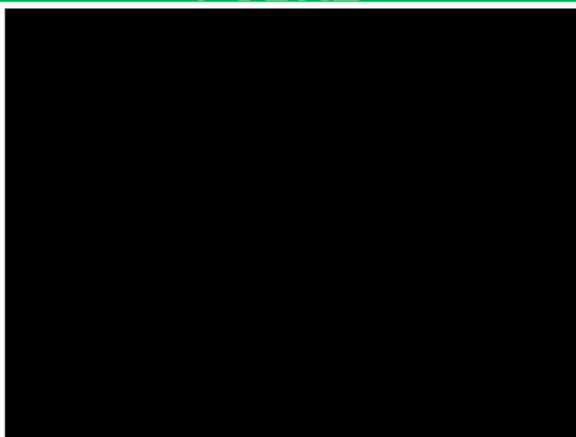
SUMÁRIO

- 1) CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 2) MERCANCIA E ACÚMULO DE RIQUEZA.
- 3) 02 (DOIS) DOS PRINCIPAIS BL. ECONÔMICOS.
- 4) COMPORTAMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA DO SUL: SEMI-DEMOCRACIA X DEMOCRACIA
- 5) ÉTICA E EQUILÍBRIO COMERCIAL.
- 6) PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
- 7) CONSIDERAÇÕES FINAIS – ESTUDO DE CASO.

1) CONSIDERAÇÕES INICIAIS



CENÁRIO DE UM PAÍS POBRE



2) MERCANCIA E ACÚMULO DE RIQUEZA



- O ESCAMBO EM LARGA ESCALA LEVA AO ACÚMULO DE RIQUEZAS.
- ESSE ACÚMULO DE RIQUEZAS VIRÁ A FORTALECER AO ESTADO.

3) 02 (DOIS) DOS PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS (UEE)



- PLANO SCHUMAN (1950) – TRAT. DA COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO. (1953)
- TRATADO DE ROMA EM 1957.
- A COMUNIDADE EUROPEIA, CONSOLIDA-SE COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO OCIDENTAL NO CONTEXTO BIPOLAR DA GUERRA FRIA.
- O TRATADO DE MAASTRICHT (1992), REBATIZA COMO COMUNIDADE EUROPEIA E DEFLAGRA A UNIÃO ECONÔMICA MONETÁRIA (UEM), INTERESSES COMUNS. MOEDA ÚNICA APARTIR DE 1999.

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS (UNIÃO EUROPEIA)



- A UE tem três sedes principais:
- 1) Comissão Européia (braço executivo da UE), que fica em Bruxelas (Bélgica);
- 2) Parlamento, que fica em Estrasburgo (França);
- 3) Banco Central, em Frankfurt (Alemanha).

3.1) 02 (DOIS) DOS PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS (MERCOSUL)



- MERCADO COMUM DO SUL.
- FUNDADO EM (1991) – TRATADO DE ASSUNÇÃO.
- LIVRE CIRCULAÇÃO DE SERVIÇOS, FATORES PRODUTIVOS E BENS.
- TARIFA EXTERNA COMUM (9.000 ITENS (HOJE). (TEC).
- PAISES ASSOCIADOS (BOLÍVIA, CHILE, EQUADOR E PERU)

02 (DOIS) PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS (MERCOSUL)



- CMC – Conselho do Mercado Comum é o órgão superior e decisório do Mercado Comum, assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no [Tratado de Assunção](#).
- GMC – Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum. O GMC se pronuncia mediante Resoluções, que são obrigatórias para os Estados Partes.
- CCM – Comissão de Comércio do Mercosul é o órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum. Entre as suas funções estão: velar pela aplicação dos instrumentos comuns da política comercial;
- Além desses órgãos, deve-se mencionar o Parlamento do Mercosul, a Comissão de Representantes e a Comissão de Permanentes do Mercosul.

4) COMPORTAMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA DO SUL/SEMI-DEMOCRACIA

• CENÁRIO

- 1) INVESTIMENTO ESTATAL;
- 2) HIPERINFLAÇÃO;
- 3) SUCATEAMENTO DA INDÚSTRIA;
- 4) PROGRESSO > DESENVOLVIMENTO
- 5) DESCONFIANÇA INTERNACIONAL;
- 6) SUSCETÍVEL A CRISES NA BOLSA DE MERCADORIA DE FUTUROS;

• CONSEQUÊNCIAS:

- 1) DESEMPREGO E BAIXA RENDA;
- 2) VIOLÊNCIA URBANA;
- 3) CORRUPÇÃO;
- 4) NEPOTISMO.
- 5) NÃO SANEAMENTO BÁSICO.
- 6) CRISE NA SAÚDE.

4.2) CENÁRIOS DE UMA CRISE:

• INTERDEPENDÊNCIA: O QUE É? O QUE FAZER?

- 1) CARACTERIZA-SE PELO EFEITO DE CONTÁGIO MUITO GRANDE ENTRE OS PAÍSES (PROCESSO TÍPICO DE MERCADOS FINANCEIROS GLOBAIS).
- 2) DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS; O QUE O BRASIL ESTA FAZENDO HOJE, BUSCANDO RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS COM NAÇÕES DE OUTROS GRUPOS ECONÔMICOS, EX: CHINA, INDIA, ORIENTE MÉDIO E IRA.

• DESTERRITORIALIZAÇÃO:

- 1) TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL DE PAÍS PARA PAÍS COM UMA RAPIDEZ INCONTROLÁVEL. VAI FINDER LEVANDO O CENTRO DA CRISE A QUEBRA: DUBAI
- 2) SERIEDADE NAS POSTURAS ADOTADAS PELO GOVERNO EM RELAÇÃO AO CONTROLE DO TESOURO. BRASIL: TAXAR A POUPANÇA E O CAPITAL ESTRANGEIRO.

5) ÉTICA E EQUILÍBRIO COMERCIAL

- A POSTURA DEVE SER ADOTADA DESDE O ALTO ESCALÃO VISANDO O BEM COMUM;
- ÉTICA É A OBSERVÂNCIA DE NORMAS PRÉ-EXISTENTE DURANTE A PRÁTICA DOS ATOS-MORAIS.
- UMA ECONOMIA PAUTADA NA ÉTICA, ATRAI INVESTIMENTOS: EQUILÍBRIO COMERCIAL E FISCAL.

6) PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



7) CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A POSTURA DEVE SER ADOTADA DESDE O ALTO ESCALÃO VISANDO O BEM COMUM;
- ÉTICA É A OBSERVÂNCIA DE NORMAS PRÉ-EXISTENTE DURANTE A PRÁTICA DOS ATOS-MORAIS.
- UMA ECONOMIA PAUTADA NA ÉTICA, ATRAI INVESTIMENTOS: EQUILIBRIO COMERCIAL E FISCAL.

7.1) CONSIDERAÇÕES FINAIS



pendice E – PPT Unidade I – Módulo II

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
ACIDES
EAOS - GFO



Jorge Araújo – Maj PM

MESTRANDO EM GESTÃO E TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
 MBA EM GESTÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
 ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
 ESPECIALISTA EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Recife-PE
Janeiro de 2014

"A POLÍCIA MILITAR SOMOS TODOS NÓS"

**"ADMINISTRAÇÃO NO
 BRASIL"**

SUMÁRIO

- 1) DESDOBRAMENTO DA DISCIPLINA
- 2) CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 3) INTRODUÇÃO
- 4) FORMAÇÃO DO ESTADO
- 5) RAMO DO DIREITO
- 6) TELEOLOGIA X APLICABILIDADE
- 7) CONCEITO DE D. ADMINISTRATIVO.
- 8) DIR. CONST. X DIREITO ADM.
- 9) FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.
- 10) CONSIDERAÇÕES OBSERVADAS ADM. PUB.
- 11) PRESSUPOSTOS.
- 12) PRINCÍPIOS BÁSICOS;
- 13) PODERES
- 14) ATOS ADMINISTRATIVOS;
- 15) CONSIDERAÇÕES FINAIS.

3. INTRODUÇÃO.



4. FORMAÇÃO DO ESTADO: TEORIA DO PODER E INDISPONIBILIDADE



5. RAMO DO DIREITO ADMINISTRATIVO



6. TELEOLOGIA X APLICABILIDADE



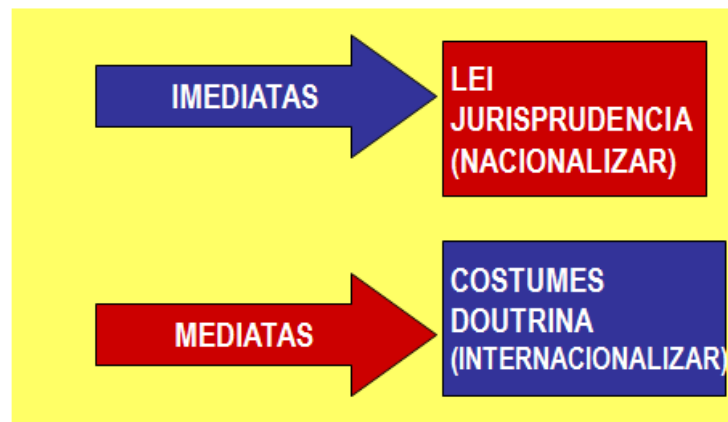
7. CONCEITO



DIREITO CONSTITUCIONAL X DIREITO ADMINISTRATIVO

- ENQUANTO O D. CONSTITUCIONAL ESTRUTURA O ESTADO, O DIREITO ADMINISTRATIVO, FAZ FUNCIONAR.
- UM ESTÁ PARA O OUTRO ASSIM COMO A ANATOMIA ESTÁ PARA A FISILOGIA

8. FONTES DO D. A.



9. CONSIDERAÇÕES OBSERVADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1) PRESSUPOSTOS.
- 2) PRINCÍPIOS BÁSICOS.
- 3) PODERES.
- 4) ATOS ADMINISTRATIVOS

9. 1. PRESSUPOSTOS

- 1) **DESIGUALDADE JURÍDICA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRADOS.**
- 2) **PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO.**
- 3) **NECESSIDADE DE PODERES DISCRICIONÁRIOS PARA ADMINISTRAÇÃO ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO.**

9. 2. PRINCÍPIOS BÁSICOS

- 1) **LEGALIDADE;**
- 2) **MORALIDADE;**
- 3) **IMPESSOALIDADE;**
- 4) **RAZOABILIDADE;**
- 5) **EFICIÊNCIA;**
- 6) **AUTO-TUTELA**



9.3. PODERES

- **PODER POLÍTICO É ESTRUTURAL, ELE É ORGÂNICO.**
- **ADMINISTRATIVOS SÃO OS PODERES INSTRUMENTAIS; REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS**
- **VINCULADO OU REGRADO – PRÁTICA DE COMPETÊNCIA;**
- **DISCRICIONÁRIO;**
- **HIERÁRQUICO;**
- **REGULAMENTAR;**
- **PODER DE POLÍCIA.**

9.3.1 PODERES E DEVERES DO ADMINISTRADOR PÚBLICO

1) **PODER-DEVER DE AGIR**

2) **EFICIÊNCIA**

3) **PROBIDADE(LEI 8.429/92 e parágrafo 4º art. 37)**

4) **DEVER DE PRESTAR CONTAS INDEPENDENTE DA ENTIDADE ESTATAL A QUAL PERTENCE.**

9.4 ATOS ADMINISTRATIVOS

“TODA MANIFESTAÇÃO UNILATERAL DE VONTADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE AGINDO NESSA QUALIDADE, TENHA POR FIM IMEDIATO ADQUIRIR, RESGUARDAR, TRANSFERIR, MODIFICAR, EXTINGUIR E DECLARAR DIREITOS, OU IMPOR OGRIGAÇÕES AOS ADMINISTRADOS OU A SI PRÓPRIAS

9.4.1 ATOS ADMINISTRATIVOS – REQUISITOS ESSENCIAIS

- 1) **COMPETÊNCIA;**
- 2) **FINALIDADE;**
- 3) **FORMA;**
- 4) **MOTIVO E,**
- 5) **OBJETO**

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **O ESTADO ESTÁ A SERVIÇO DO POVO.**
- **MANIFESTA-SE ATRAVÉS DAS DIVERSAS ENTIDADES E ÓRGÃOS, POR SEUS AGENTES;**
- **NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, OS AGENTES DEVEM PRIMAR PELA REAL OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS;**
- **ATÉ O SILÊNCIO É ABUSO DE PODER;**
- **PASSIVO DE MANDAMUS.**

Apêndice F – PPT Unidade II – Módulo I

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
ACIDES
EAOS - GFO**



Jorge Araújo – Maj PM

MESTRANDO EM GESTÃO E TECNOLOGIA EM EAD
MBA EM GESTÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
ESPECIALISTA EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES

**Recife-PE
Janeiro de 2014**

"A POLÍCIA MILITAR SOMOS TODOS NÓS"

"PPA, LDO E LOA

SUMÁRIO

- 1) CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 2) O PLANO PLURIANUAL – OS PROBLEMAS QUE VIRAM PROGRAMAS
- 3) LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
- 4) INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO PÚBLICO
- 5) ORÇAMENTO: ORIGEM E CONCEITO.
- 6) CICLO ORÇAMENTÁRIO.
- 8) OS PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO
- 9) O MACRO-SISTEMA DO ORÇAMENTO.
- 10) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA NA SDS/PM
- 11) ORÇAMENTO-PROGRAMA: PROJETO, ATIVIDADE E FONTE. CONSIDERAÇÕES FINAIS;

PPA: OS PROBLEMAS QUE VIRAM PROGRAMAS DE GOVERNO.



PPA: OS PROBLEMAS QUE VIRAM PROGRAMAS DE GOVERNO.

- NA CAMPANHA, OS POLÍTICOS FAZEM PROMESSA DE RESOLVER OS PROBLEMAS DO POVO, SÓ VIRAM COMPROMISSO NO PPA;



PPA: OS PROBLEMAS QUE VIRAM PROGRAMAS DE GOVERNO.

- CONCLUSO O PLANO PLURIANUAL, FAZ-SE NECESSÁRIO ESTABELEÇER AS PRIORIDADES:
- SURGE ENTÃO A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO), A QUAL IRÁ ESTABELEÇER A ORDEM DE COMO DEVERÁ SER EXECUTADA A DESPESA PÚBLICA.

A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

- NA LDO, O COMPROMISSO FIRMADO PELO GOVERNO NO PPA, TEM SUAS PRIORIDADES CLASSIFICADAS:
- 1) IMPRESCINDÍVEIS;
- 2) PRIORITÁRIAS;
- 3) MUITO IMPORTANTES E;
- 4) IMPORTANTES

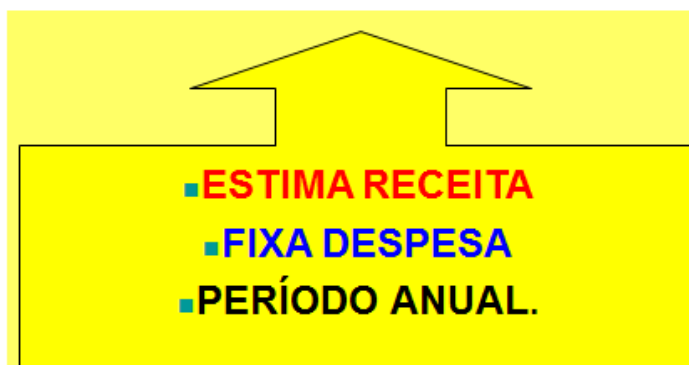
INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO PÚBLICO.

- FIRMANDO O CONHECIMENTO:
- 1) NO PPA, O GOVERNO VAI FIRMAR O COMPROMISSO COM O POVO DO QUE ELE PRETENDE RESOLVER
- 2) NA LDO, ESSES COMPROMISSOS SÃO CLASSIFICADOS;
- 3) MAS SÓ NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL É QUE EXISTE POSSIBILIDADE DE VIR A SER CONCRETIZADO.

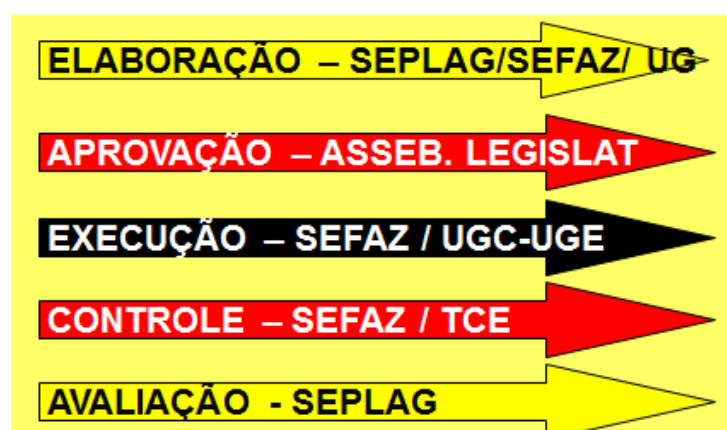
ORÇAMENTO – ORIGEM

- A) MOISÉS – 1300 a.C.
- B) REI JOÃO SEM TERRA – 1215 d.C.
- C) INCONFIDÊNCIA MINEIRA – 1789 d.C.
- D) CRIAÇÃO DO ERÁRIO RÉGIO (1808).
- E) INDEP. BRASIL (1822) – CONTROLE DAS FINANÇAS PÚBLICAS
- F) LEVANT. DO TESOURO NACIONAL (1914).
- G) CONT. CENTRAL DA REPÚBLICA (D.4536-22)
- H) PAD. ORÇ. BALANÇOS EST. MUN. (1939)
- I) LEI 4320-64, INSTITUI O DIREITO FINANCEIRO.
- J) CONSTITUIÇÃO DE 1988;
- K) OBSERVÂNCIA DA LC 101/00, LRF.

CONCEITO DE ORÇAMENTO



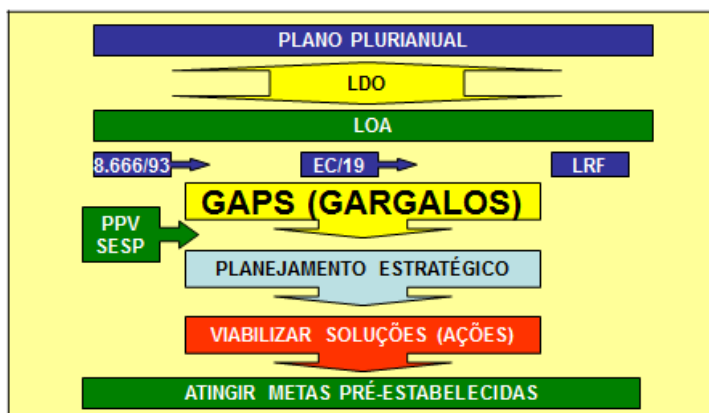
CICLO ORÇAMENTÁRIO



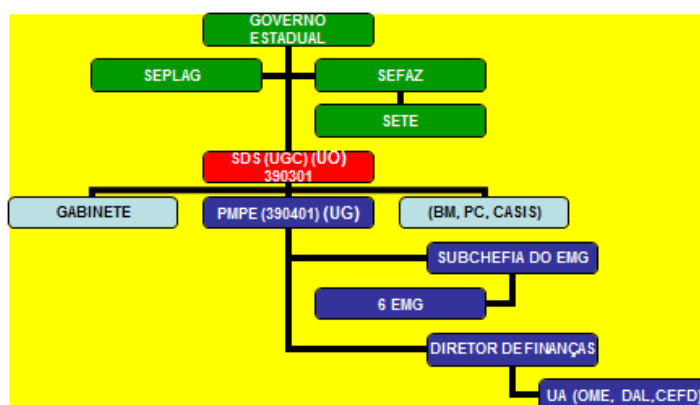
PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS



MACRO-SISTEMA ORÇ./FIN.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FINANCEIRA



ORÇAMENTO-PROGRAMA: PROJETO, ATIVIDADE E FONTE ORÇAMENTÁRIAS

- ORÇAMENTO-PROGRAMA CONSISTE NO FATOR DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ONDE A PROVISÃO DE CRÉDITOS SERÁ ALOCADA PARA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS ENCONTRADOS PELO GOVERNO.
- OS REFERIDOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PARA SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONSTARÃO NA LOA EM PROJETOS (INÍCIO, MEIO E FIM) OU AINDA EM ATIVIDADES (CONTÍNUA), DE MANUTENÇÃO.

ORÇAMENTO-PROGRAMA: PROJETO, ATIVIDADE E FONTE ORÇAMENTÁRIAS

- **FONTES ORÇAMENTÁRIAS: É A IDENTIFICAÇÃO DE ONDE PROVÉM O RECURSO (ORIGINÁRIO DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS) A SER ALOCADO NO ORÇAMENTO VISANDO A EXECUÇÃO DA DESPESA E PRINCIPALMENTE A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELO GOVERNO:**
- **AS PRINCIPAIS FONTES ORÇAMENTÁRIAS SÃO:**
 - 1) 0101000000 – RECURSOS DO TESOIRO.
 - 2) 0102000000 – RECURSOS DE CONVÊNIO.
 - 3) 0104000000 – RECEITA DIRETAMENTE ARRECADADA;
 - 4) 0120000000 – RECEITA PROVENIENTE DE JUROS C/C U.

ORÇAMENTO-PROGRAMA: PROJETO, ATIVIDADE E FONTE ORÇAMENTÁRIAS

- **AS PRINCIPAIS FONTES ORÇAMENTÁRIAS SDS:**
 - 1) 0101000000 – RECURSOS DO TESOIRO.
 - 2) 0102000000 – RECURSOS DE CONVÊNIO.
 - 3) 0104000000 – RECEITA DIRETAMENTE ARRECADADA;
 - 4) 0120000000 – RECEITA PROVENIENTE DE JUROS C/C U.
 - 5) 0241000000 – CONVÊNIOS COM AUTARQUIAS RECEITA PRÓPRIA.
 - 5) 0245000000 – RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA (FDS).
- **PODERÁ HAVER DETALHAMENTO DA FONTE, QUANDO O RECURSO A SER DISPONIBILIZADO A UNIDADE GESTORA FOR A ELA ESPECÍFICO, POR EXEMPLO: 0104390401 (PM)**

FIM – MUITO OBRIGADO!

Apêndice G – Questionário e dados compilados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

Prezado discente, em nome do Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado (PPGTEG) da UFRPE, agradecemos a sua colaboração. Muito mais que conhecimento, estávamos aqui buscando informações sobre a viabilidade de socializar este através da tecnologia de dispositivos móveis, associado a uma linguagem dialógica, formando uma rede de aprendizagem e modificar comportamentos. Esse é o Objetivo Geral da nossa Dissertação, que graças a sua participação, possuímos mais elementos para tentar comprovar nossa hipótese. Solicitamos que preencha o questionário a seguir, para assim tabularmos o resultado. Atribua nota, numa escala de 1 a 5, sendo 1 (nada satisfeito) e 5 (ótimamente satisfeito), ficando os valores 2, 3 e 4 como pouco satisfeito, satisfeito e bem satisfeito, respectivamente.

1º Considerando o conteúdo apresentado durante o curso, em especial ao texto escrito, quando de sua leitura, sentiu-se você confortável, como se estivesse conversando com o Tutor, individualmente?

1 2 3 4 5

2º Em relação ao vídeo de abertura feito pelo Tutor virtual, você considerou como inovador e se sentiu motivado a participar do Curso?

1 2 3 4 5

3º Quanto aos PPTs (Transparências), elas associadas aos 2 (dois) vídeos explicativos, complementaram-se?

1 2 3 4 5

4º Como você classifica o uso da tecnologia dos aparelhos móveis para o aprendizado do Curso ofertado?

1 2 3 4 5

5º Ante a experiência vivenciada, você recomendaria ou faria outro curso nos mesmos moldes que esse, utilizando as TICs (Tecnologia de Informática e comunicação) hoje disponíveis?

1 2 3 4 5

6º Classifique como você utiliza os aplicativos disponíveis em seus aparelhos móveis e as redes sociais para se comunicar com seus amigos e familiares

1 2 3 4 5

7º Classifique se você utiliza ou utilizou os aplicativos disponíveis de seus aparelhos móveis e as redes sociais para se comunicar com seus amigos e familiares para realizar o aprendizado, socialização do conhecimento:

1 2 3 4 5

8º Considerando o Curso ora ofertado como um todo, levando-se em consideração a tecnologia e a linguagem utilizada pelo Tutor Virtual, qual a sua avaliação?

1 2 3 4 5

9º A exemplo dos Programas *Professor Conectado e Aluno Conectado*, você gostaria que houvesse o Programa Segurança Pública Ostensiva Pernambucana Conectada para realizar o aprendizado por aparelhos móveis e elevar o grau de conhecimento,, mudança de comportamento e aplicabilidade de nossa tropa no enfrentamento a violência?

1 2 3 4 5

10 – Para podermos ter uma visão da amostra, marque com um (x) o grupo a qual pertence?

 NORONHA PETROLINA CBMPE

Muito Obrigado!

Jorge Luiz de Araújo – Major QOPM

Mestrando.

OBS: Encaminhei uma página que fiz um *print*, segue anexo. Caso o senhor não tivesse mandado o material via e-mail, não tínhamos estudado nada, nem respondido a esse questionário. Obrigado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

Prezado discente, em nome do Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado (PPGTEG) da UFRPE, agradecemos a sua colaboração. Muito mais que conhecimento, estávamos aqui buscando informações sobre a viabilidade de socializar este através da tecnologia de dispositivos móveis, associado a uma linguagem dialógica, formando uma rede de aprendizagem e modificar comportamentos. Esse é o Objetivo Geral da nossa Dissertação, que graças a sua participação, possuímos mais elementos para tentar comprovar nossa hipótese. Solicitamos que preencha o questionário a seguir, para assim tabularmos o resultado. Atribua nota, numa escala de 1 a 5, sendo 1 (nada satisfeito) e 5 (ótimamente satisfeito), ficando os valores 2, 3 e 4 como pouco satisfeito, satisfeito e bem satisfeito, respectivamente.

1º Considerando o conteúdo apresentado durante o curso, em especial ao texto escrito, quando de sua leitura, sentiu-se você confortável, como se estivesse conversando com o Tutor, individualmente?

1 2 3 4 5

2º Em relação ao vídeo de abertura feito pelo Tutor virtual, você considerou como inovador e se sentiu motivado a participar do Curso?

1 2 3 4 5

3º Quanto aos PPTs (Transparências), elas associadas aos 02 (dois) vídeos explicativos, complementaram-se?

1 2 3 4 5

4º Como você classifica o uso da tecnologia dos aparelhos móveis para o aprendizado do Curso ofertado?

1 2 3 4 5

5º Ante a experiência vivenciada, você recomendaria ou faria outro curso nos mesmos moldes que esse, utilizando as TICs (Tecnologia de Informática e comunicação hoje disponíveis)?

1 2 3 4 5

6º Classifique como você utiliza os aplicativos disponíveis em seus aparelhos móveis e as redes sociais para se comunicar com seus amigos e familiares

1 2 3 4 5

7º Classifique se você utiliza ou utilizou os aplicativos disponíveis de seus aparelhos móveis e as redes sociais para se comunicar com seus amigos e familiares para realizar o aprendizado, socialização do conhecimento:

1 2 3 4 5

8º Considerando o Curso ora ofertado como um todo, levando-se em consideração a tecnologia e a linguagem utilizada pelo Tutor Virtual, qual a sua avaliação?

1 2 3 4 5

9º A exemplo dos Programas *Professor Conectado e Aluno Conectado*, você gostaria que houvesse o Programa Segurança Pública Ostensiva Pernambucana Conectada para realizar o aprendizado por aparelhos móveis e elevar o grau de conhecimento e aplicabilidade de nossa tropa no enfrentamento a violência?

1 2 3 4 5

10 – Para podermos ter uma visão da amostra, marque com um (x) o grupo a qual pertence?

 NORONHA PETROLINA CBMPE

Muito Obrigado!

Jorge Luiz de Araújo – Major QOPM

Mestrando.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

Prezado discente, em nome do Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado (PPGTEG) da UFRPE, agradecemos a sua colaboração. Muito mais que conhecimento, estávamos aqui buscando informações sobre a viabilidade de socializar este através da tecnologia de dispositivos móveis, associado a uma linguagem dialógica, formando uma rede de aprendizagem e modificar comportamentos. Esse é o Objetivo Geral da nossa Dissertação, que graças a sua participação, possuímos mais elementos para tentar comprovar nossa hipótese. Solicitamos que preencha o questionário a seguir, para assim tabularmos o resultado. Atribua nota, numa escala de 1 a 5, sendo 1 (nada satisfeito) e 5 (ótimamente satisfeito), ficando os valores 2, 3 e 4 como pouco satisfeito, satisfeito e bem satisfeito, respectivamente.

1º Considerando o conteúdo apresentado durante o curso, em especial ao texto escrito, quando de sua leitura, sentiu-se você confortável, como se estivesse conversando com o Tutor, individualmente?

1 2 3 4 5

2º Em relação ao vídeo de abertura feito pelo Tutor virtual, você considerou como inovador e se sentiu motivado a participar do Curso?

1 2 3 4 5

3º Quanto aos PPTs (Transparências), elas associadas aos 02 (dois) vídeos explicativos, complementaram-se?

1 2 3 4 5

4º Como você classifica o uso da tecnologia dos aparelhos móveis para o aprendizado do Curso ofertado?

1 2 3 4 5

5º Ante a experiência vivenciada, você recomendaria ou faria outro curso nos mesmos moldes que esse, utilizando as TICs (Tecnologia de Informática e comunicação hoje disponíveis)?

1 2 3 4 5

6º Classifique como você utiliza os aplicativos disponíveis em seus aparelhos móveis e as redes sociais para se comunicar com seus amigos e familiares

1 2 3 4 5

7º Classifique se você utiliza ou utilizou os aplicativos disponíveis de seus aparelhos móveis e as redes sociais para se comunicar com seus amigos e familiares para realizar o aprendizado, socialização do conhecimento:

1 2 3 4 5

8º Considerando o Curso ora ofertado como um todo, levando-se em consideração a tecnologia e a linguagem utilizada pelo Tutor Virtual, qual a sua avaliação?

1 2 3 4 5

9º A exemplo dos Programas *Professor Conectado e Aluno Conectado*, você gostaria que houvesse o Programa Segurança Pública Ostensiva Pernambucana Conectada para realizar o aprendizado por aparelhos móveis e elevar o grau de conhecimento e aplicabilidade de nossa tropa no enfrentamento a violência?

1 2 3 4 5

10 – Para podermos ter uma visão da amostra, marque com um (x) o grupo a qual pertence?

NORONHA

PETROLINA

CBMPE

Muito Obrigado!

Jorge Luiz de Araújo – Major QOPM

Mestrando.

OBS: Senhor Tutor, o maior problema nosso foi com a internet, aqui na Ilha de Fernando de Noronha, a Internet parece até discada, se o senhor puder fazer alguma coisa, peça pra aumentar o nível de banda larga e internet móvel para que os Policiais e Bombeiros, enfim toda a população tenha acesso a uma internet de qualidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
COORDENADORIA GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PPGTEG)

Prezado discente, em nome do Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado (PPGTEG) da UFRPE, agradecemos a sua colaboração. Muito mais que conhecimento, estávamos aqui buscando informações sobre a viabilidade de socializar este através da tecnologia de dispositivos móveis, associado a uma linguagem dialógica, formando uma rede de aprendizagem e modificar comportamentos. Esse é o Objetivo Geral da nossa Dissertação, que graças a sua participação, possuímos mais elementos para tentar comprovar nossa hipótese. Solicitamos que preencha o questionário a seguir, para assim tabularmos o resultado. Atribua nota, numa escala de 1 a 5, sendo 1 (nada satisfeito) e 5 (ótimamente satisfeito), ficando os valores 2, 3 e 4 como pouco satisfeito, satisfeito e bem satisfeito, respectivamente.

1º Considerando o conteúdo apresentado durante o curso, em especial ao texto escrito, quando de sua leitura, sentiu-se você confortável, como se estivesse conversando com o Tutor, individualmente?

1 2 3 4 5

2º Em relação ao vídeo de abertura feito pelo Tutor virtual, você considerou como inovador e se sentiu motivado a participar do Curso?

1 2 3 4 5

3º Quanto aos PPTs (Transparências), elas associadas aos 02 (dois) vídeos explicativos, complementaram-se?

1 2 3 4 5

4º Como você classifica o uso da tecnologia dos aparelhos móveis para o aprendizado do Curso ofertado?

1 2 3 4 5

5º Ante a experiência vivenciada, você recomendaria ou faria outro curso nos mesmos moldes que esse, utilizando as TICs (Tecnologia de Informática e comunicação hoje disponíveis)?

1 2 3 4 5

6º Classifique como você utiliza os aplicativos disponíveis em seus aparelhos móveis e as redes sociais para se comunicar com seus amigos e familiares

1 2 3 4 5

7º Classifique se você utiliza ou utilizou os aplicativos disponíveis de seus aparelhos móveis e as redes sociais para se comunicar com seus amigos e familiares para realizar o aprendizado, socialização do conhecimento:

1 2 3 4 5

8º Considerando o Curso ora ofertado como um todo, levando-se em consideração a tecnologia e a linguagem utilizada pelo Tutor Virtual, qual a sua avaliação?

1 2 3 4 5

9º A exemplo dos Programas *Professor Conectado e Aluno Conectado*, você gostaria que houvesse o Programa Segurança Pública Ostensiva Pernambucana Conectada para realizar o aprendizado por aparelhos móveis e elevar o grau de conhecimento e aplicabilidade de nossa tropa no enfrentamento a violência?

1 2 3 4 5

10 – Para podermos ter uma visão da amostra, marque com um (x) o grupo a qual pertence?

NORONHA

PETROLINA

CBMPE

Muito Obrigado!

Jorge Luiz de Araújo – Major QOPM

Mestrando.

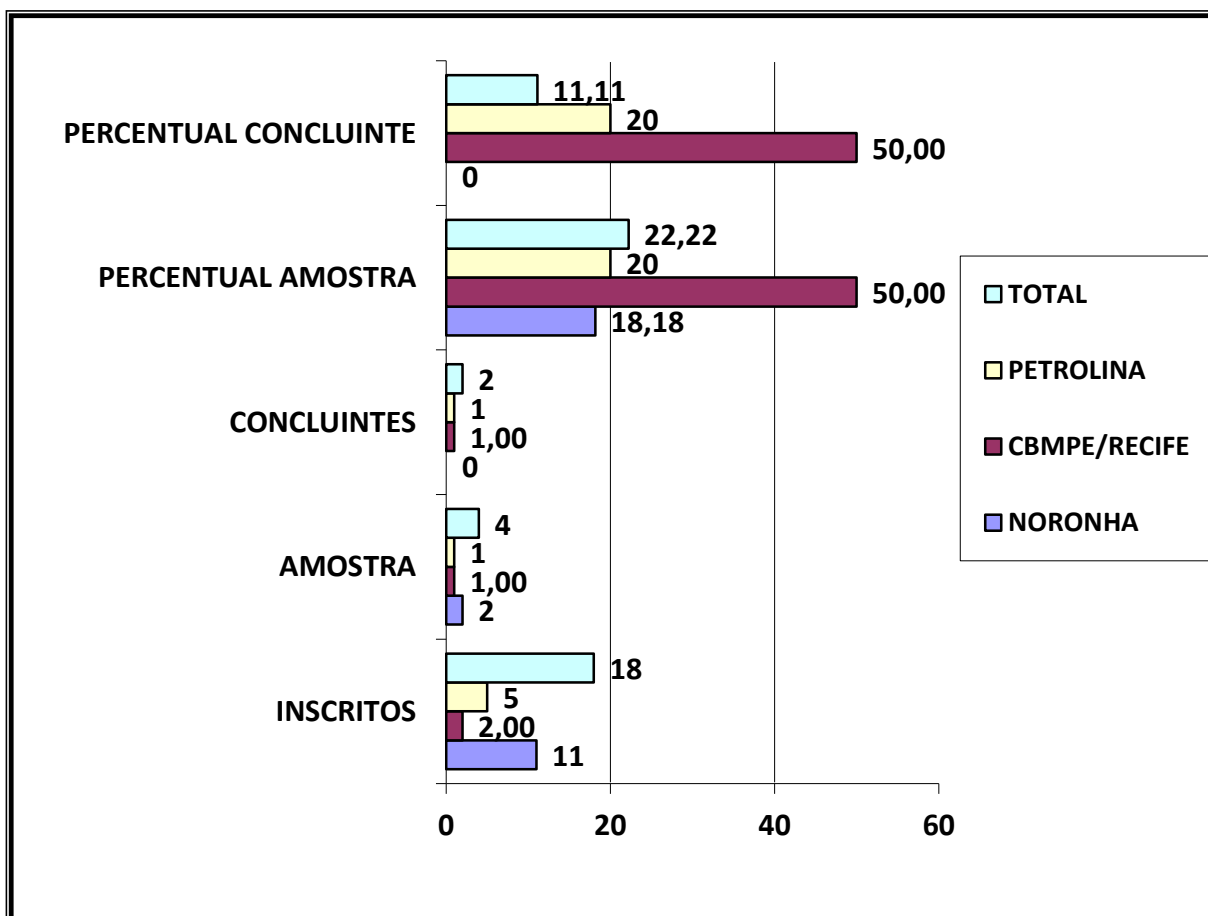
OBS: Major Jorge, todo mundo aqui na Ilha queria fazer o curso, principalmente depois que vimos o seu vídeo de apresentação no Facebook, nunca tínhamos visto isso, entretanto, a internet aqui é péssima (NORONHA), não deu pra responder nada, espero que a gente tenha outra oportunidade pra fazer o curso, pois conhecimento nunca é demais.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Para finalizar os testes de campo, ofertamos um curso que utilizou alunos em 03 (três) pontos distintos em Pernambuco: Fernando de Noronha, Recife e Petrolina, sendo Recife contemplado apenas com Bombeiros Militares. Foram 18 (dezoito) discentes que se submeteram a frequentar um curso de 20 (vinte) horas sobre *Premissas Básicas sobre a Administração Militar*, cujo objetivo era através da tecnologia móvel, promover o aprendizado em rede, de modo que utilizando a tecnologia, pudéssemos veicular as mídias através do Moodle ou ainda outros meios como por exemplo o Facebook, Skype, mensagens telefônicas, Whatsapp, ou outro recurso conveniente, desde que o PC não fosse utilizado e através do conhecimento, despertar a mudança do comportamento, utilizando-se como instrumento uma linguagem adequada.

Formulamos um questionário, em que a amostra está disponível em sua totalidade, ou seja, 04(quatro) discentes que conseguiram frequentar o curso, os demais não conseguiram concluí-lo, em decorrência de múltiplos fatores, o principal deles as falhas no Moodle, bem como a dificuldade de acesso em decorrência da qualidade baixa da internet, principalmente com o pessoal de Fernando de Noronha. Passemos agora a analisar esses dados.

Gráfico 01 – Visão geral da pesquisa



Um elevado número de evasão causada principalmente pela deficiente tecnologia de banda larga ou internet “*wi fi*”.

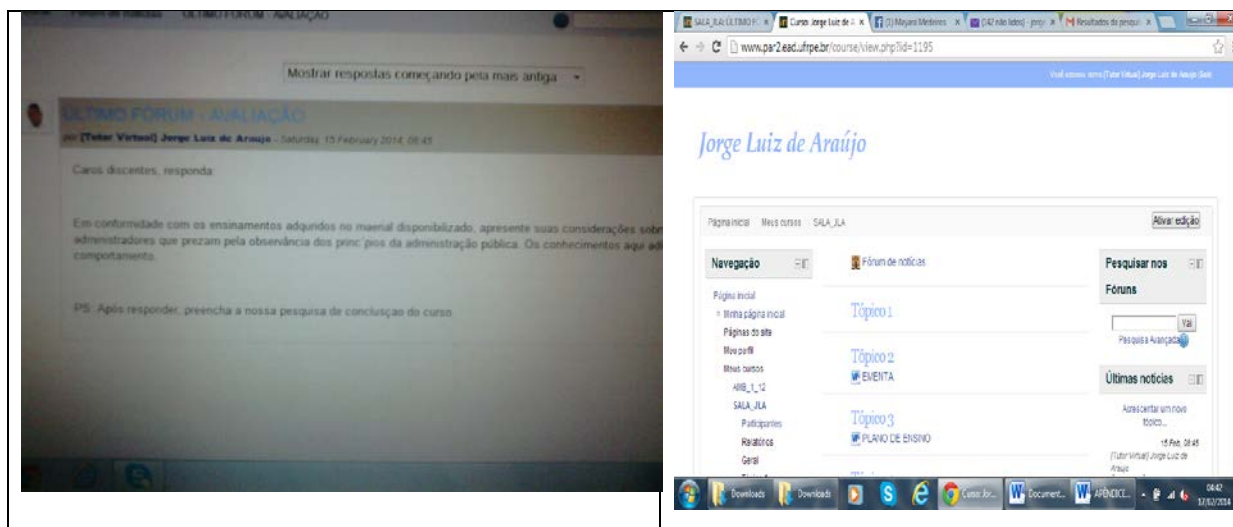
Esses dados retratam o quanto a tecnologia da banda larga contribui para que os discentes tenham acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, o que irá ficar mais comprovado, quando apresentarmos:

- a) A inabilidade do instruído com o Moodle, carecendo de um curso para explicar o básico da EAD;
- b) A deficiência do sistema de banda larga e internet *wi fi* nos órgãos públicos;
- c) Falhas no sistema Moodle, que por mudar vez ou outra de plataforma, causa desconforto nos usuários mais experimentados, quanto mais nesses novatos, que nunca utilizaram o Moodle.

A seguir, e visando corroborar com as informações acima, apresentamos uma tela printada pelo discente Fausto Eduardo que Diferente da nossa tela, não tinha local para

postar suas respostas, ao contrário do exemplo da minha, a qual tinha um link para tal mister

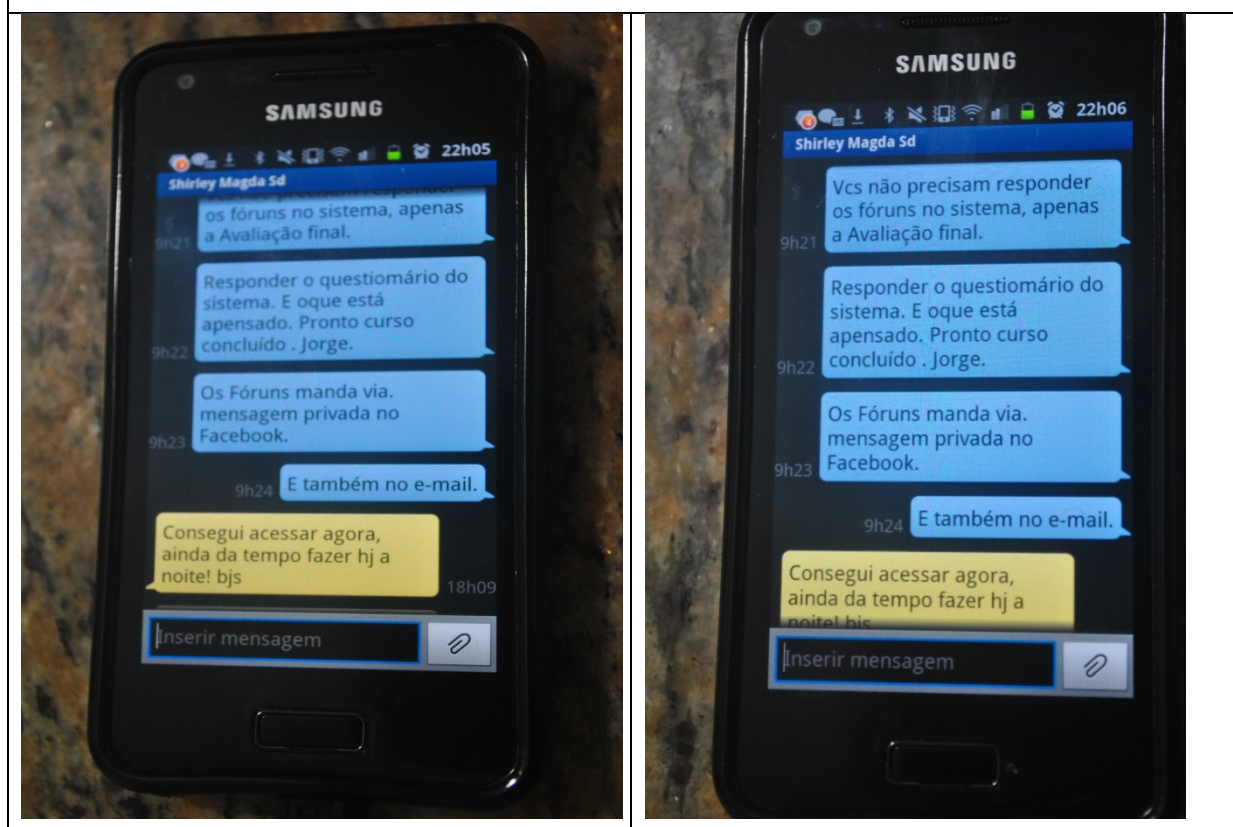
FIGURA 01 – TELAS DO MOODLE

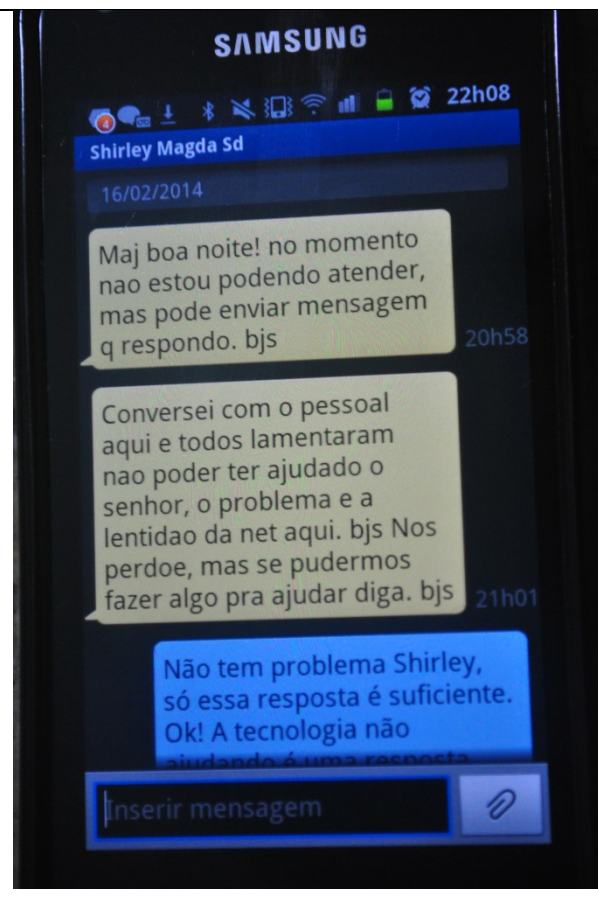
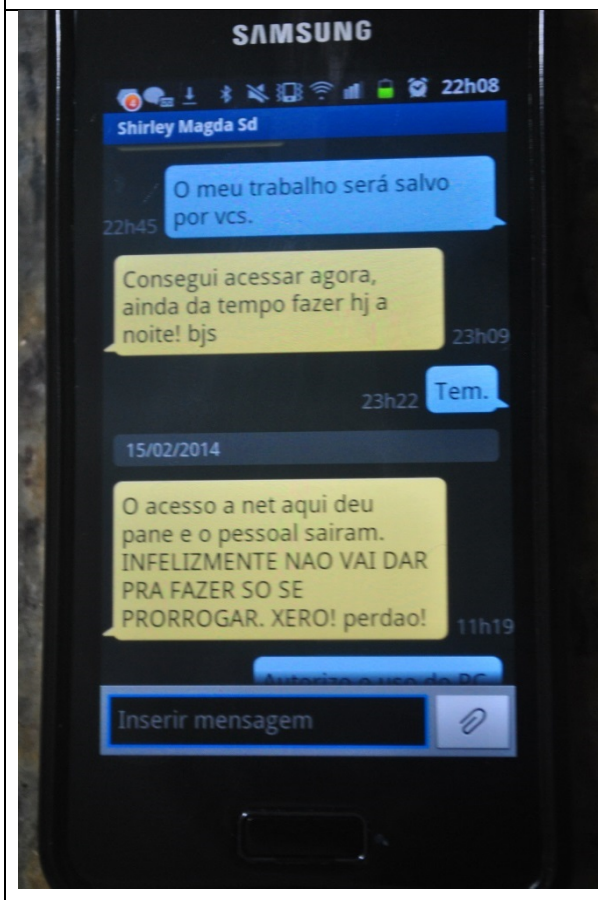
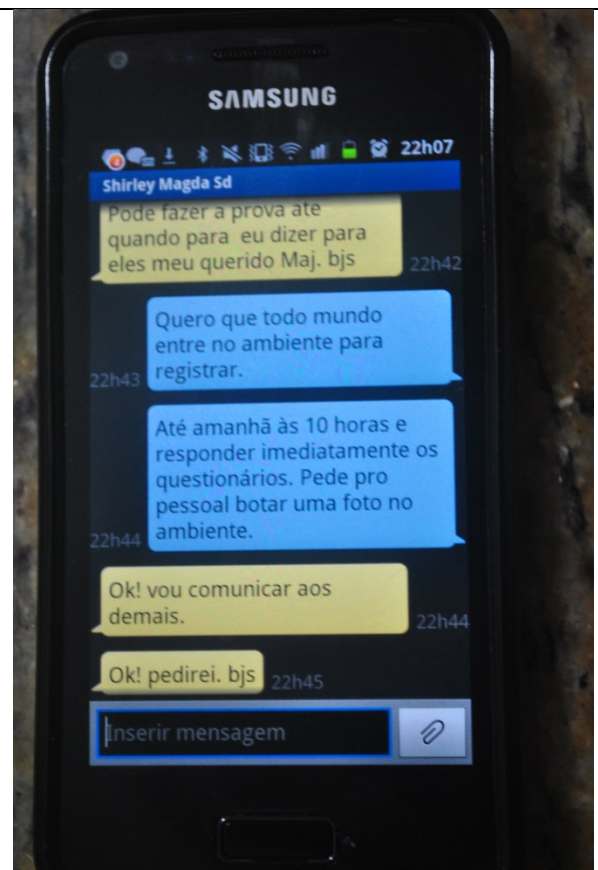
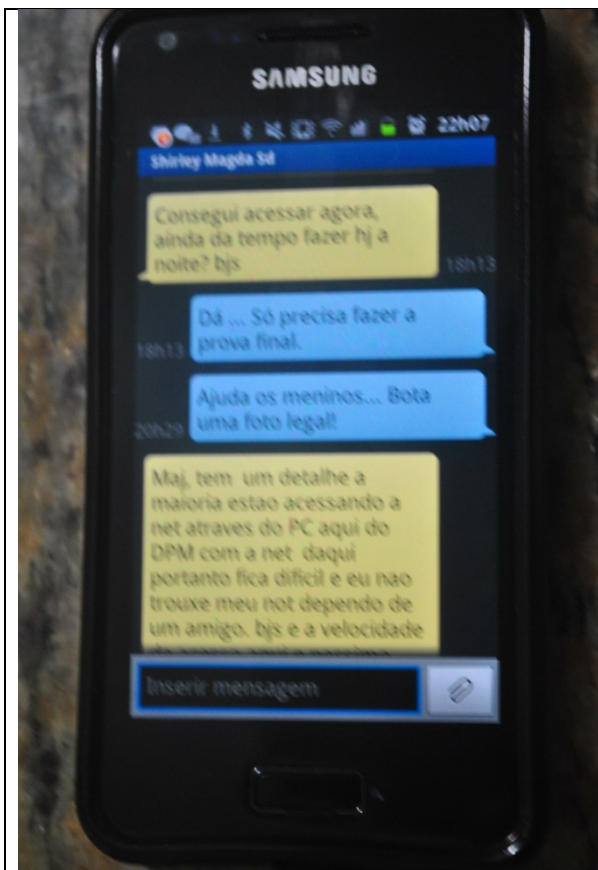


Para corroborar ainda fizemos alguns prints de tela do nosso *smarhphone*, ocasião em que houve diversas reclamações por parte dos discentes; ai estão elas:

Figura 02 – Diálogo entre a discente Shirley Magda por Mensagem Celular.

FERNANDO DE NORONHA – DISCENTE – SHIRLEY MAGDA





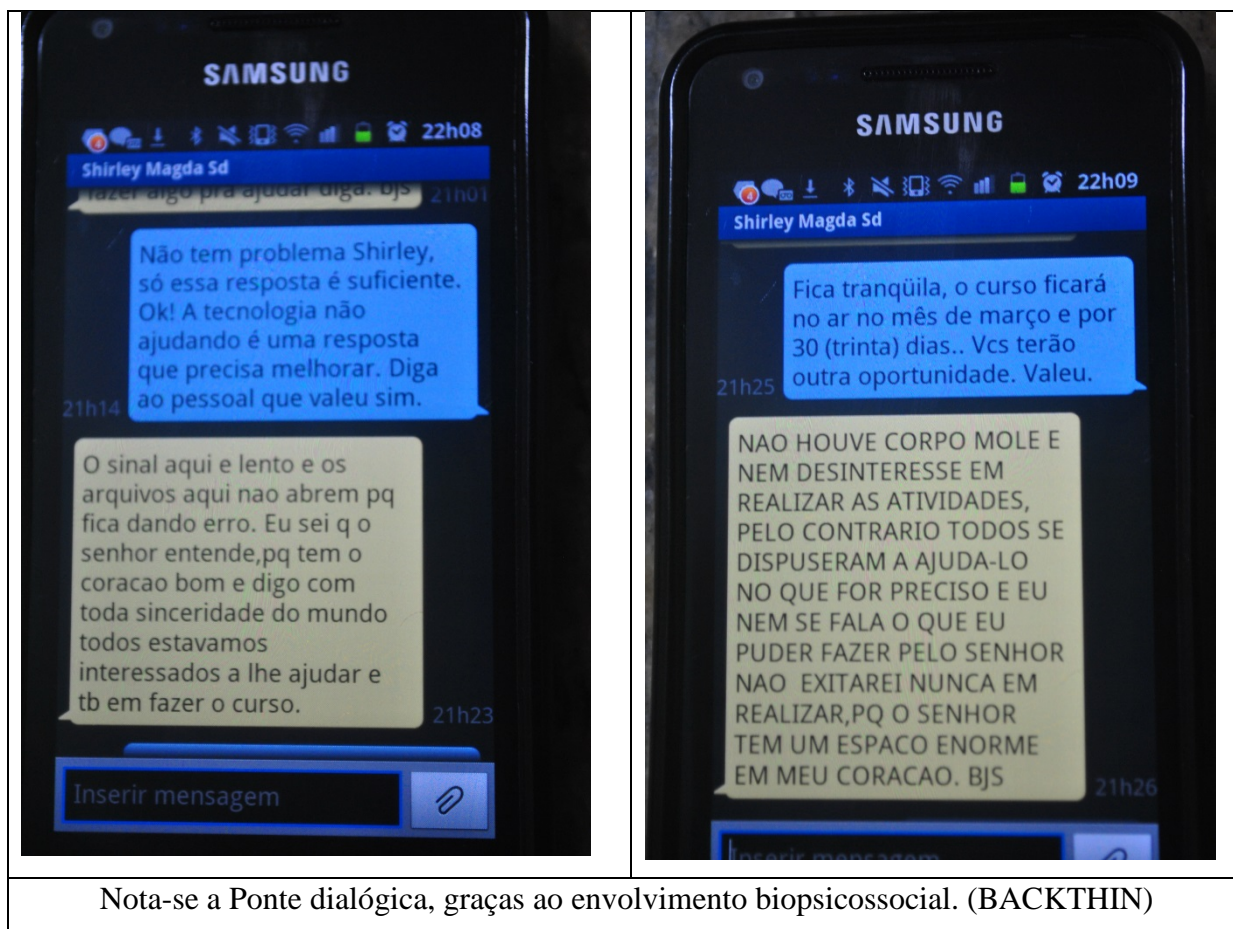
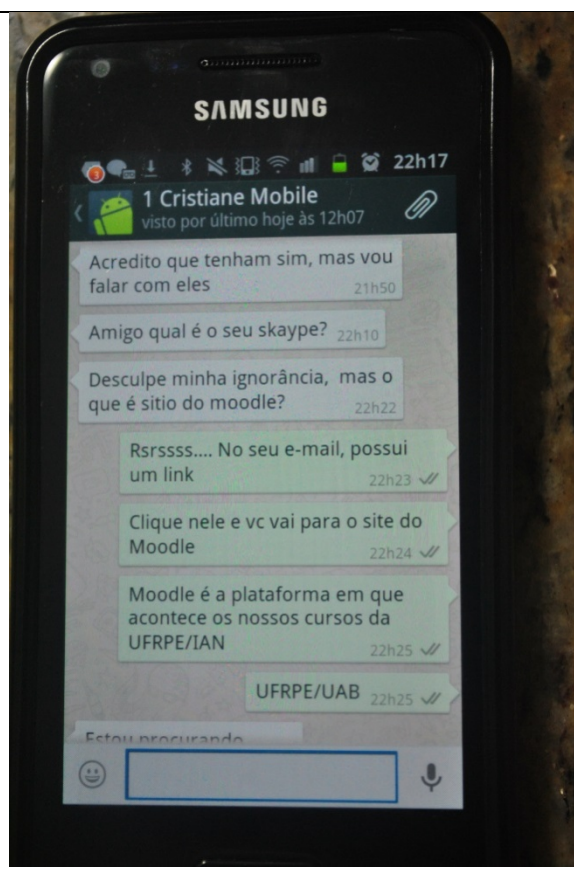
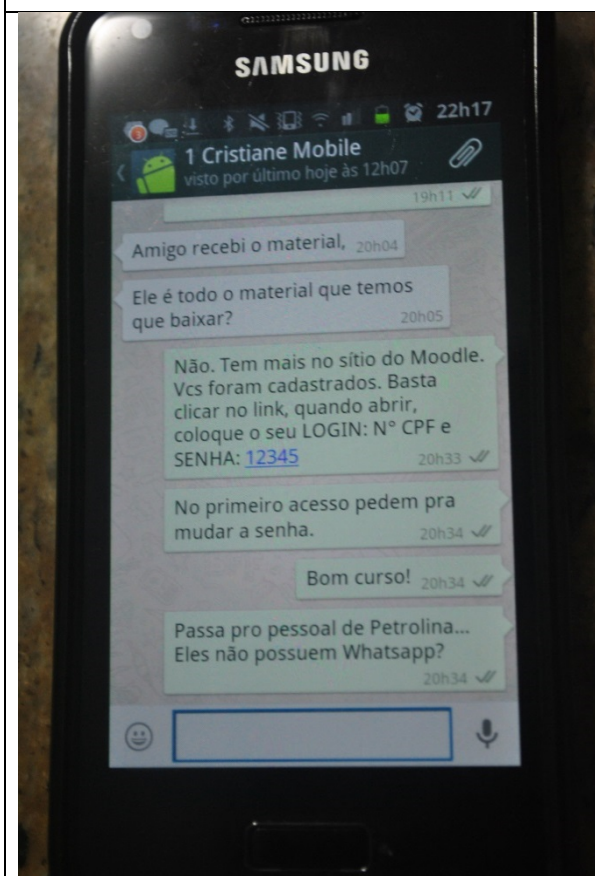
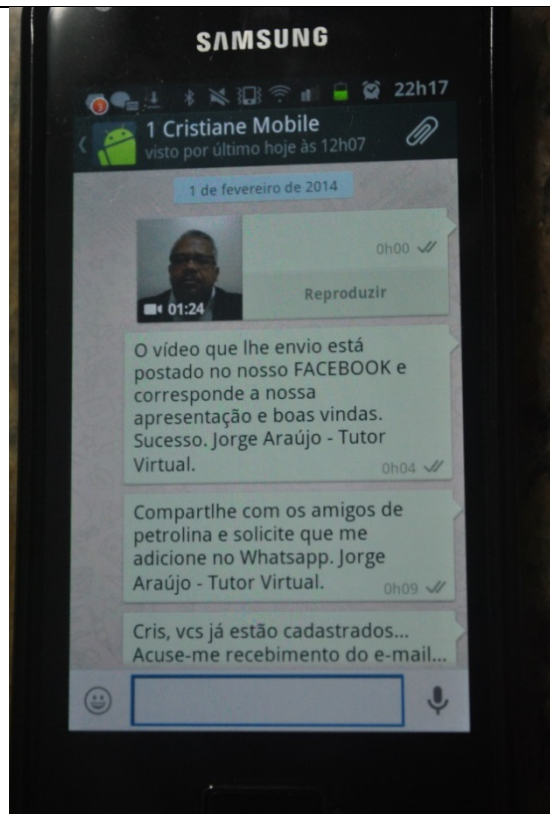
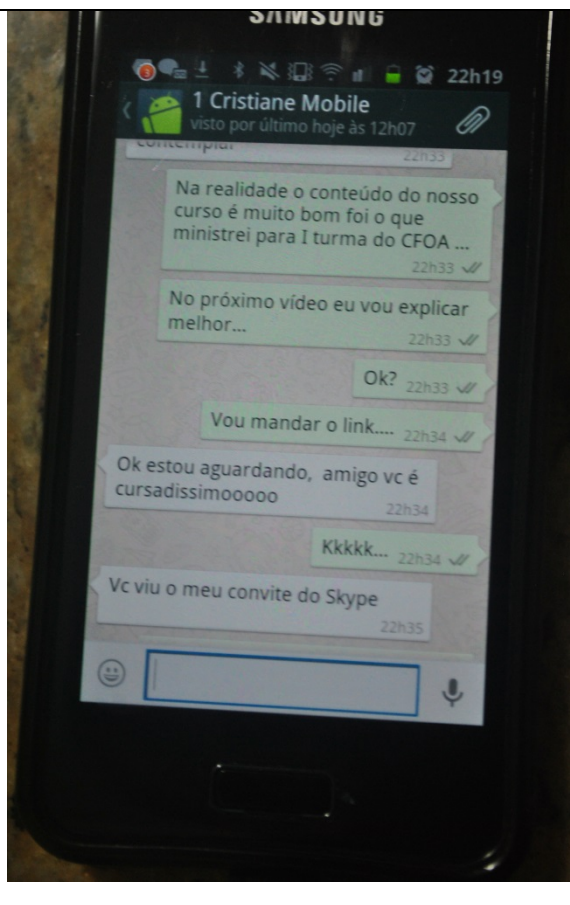
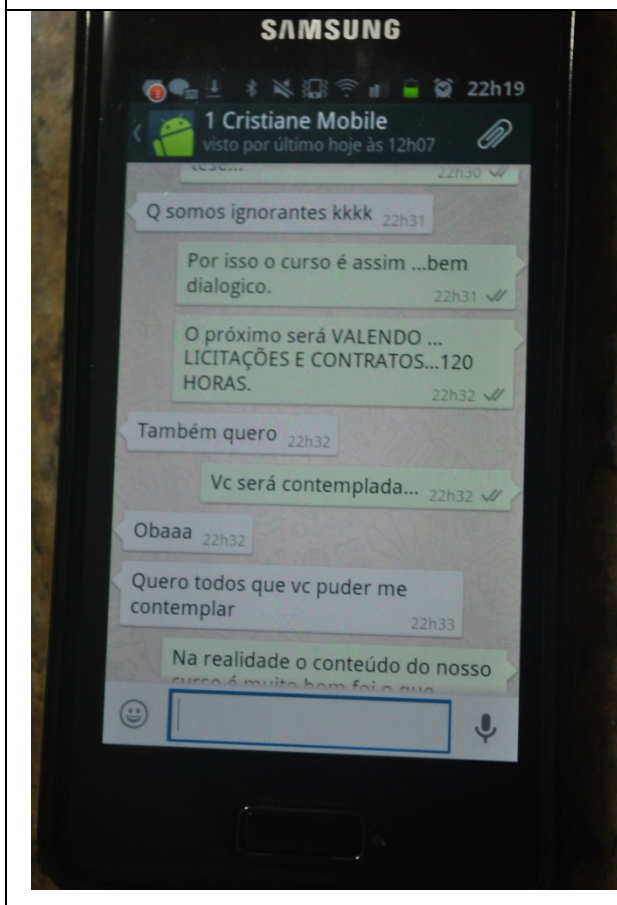
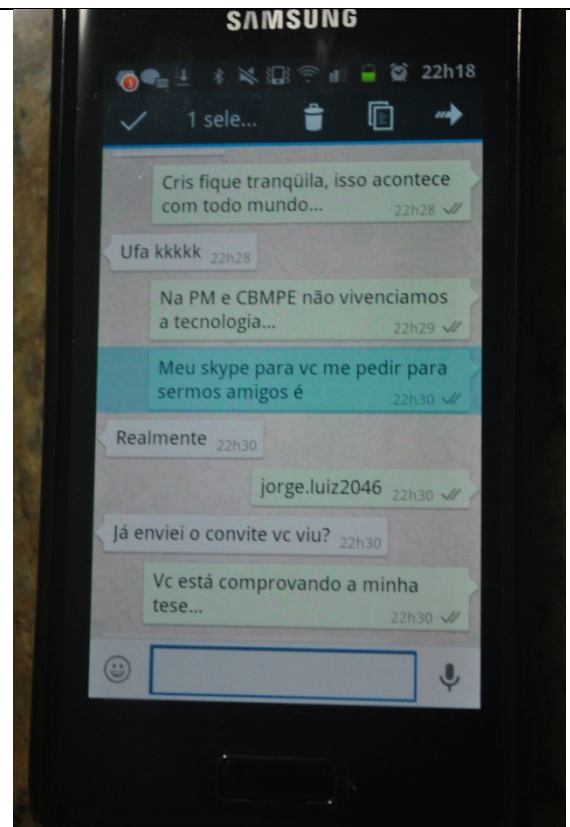
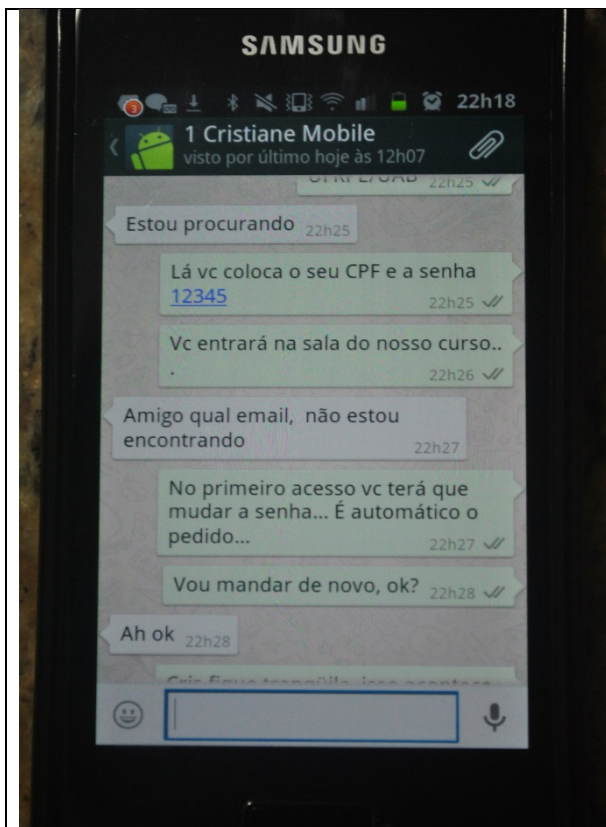
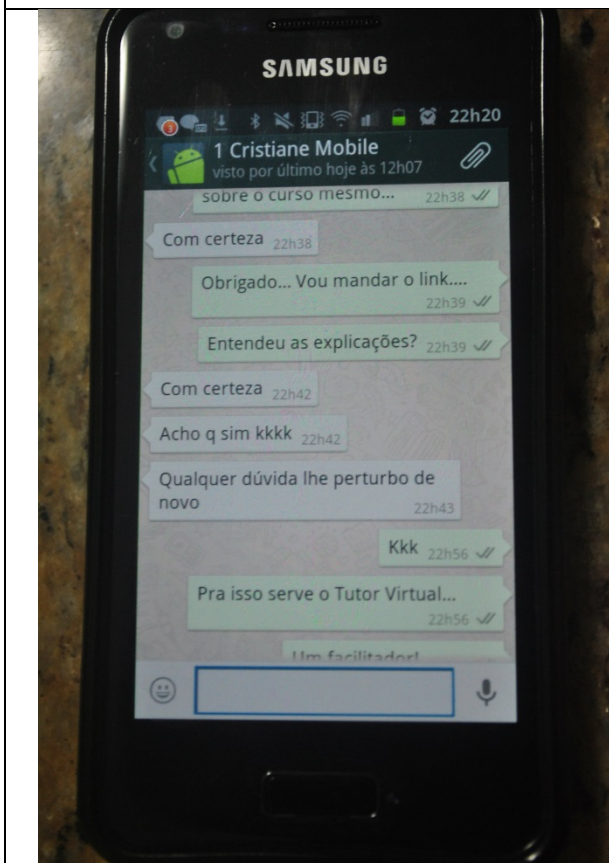
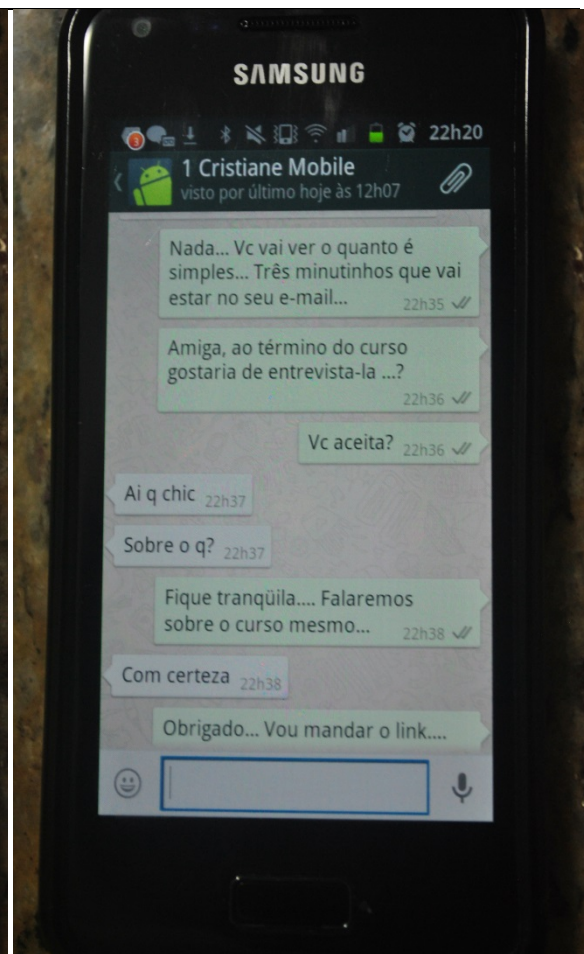
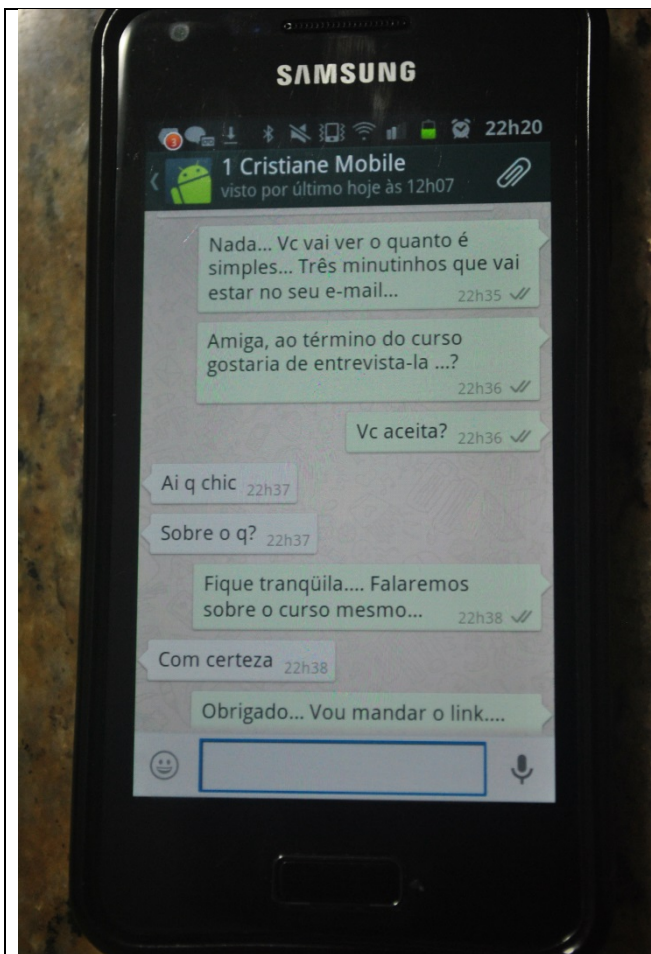


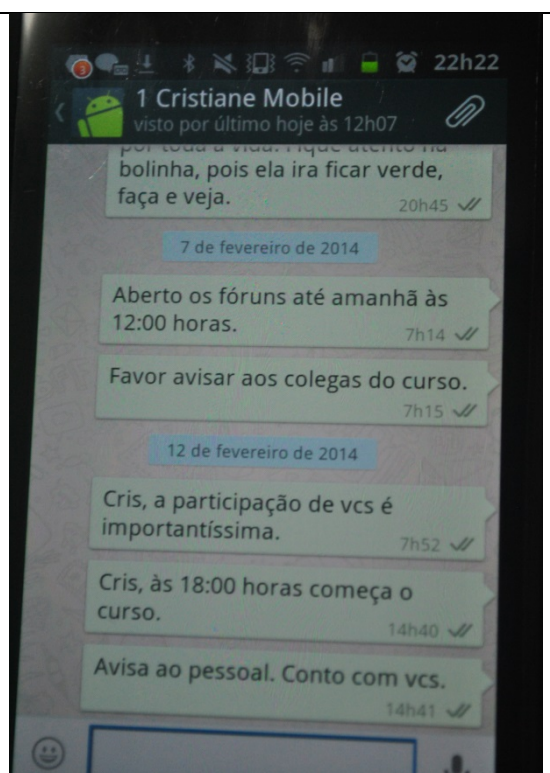
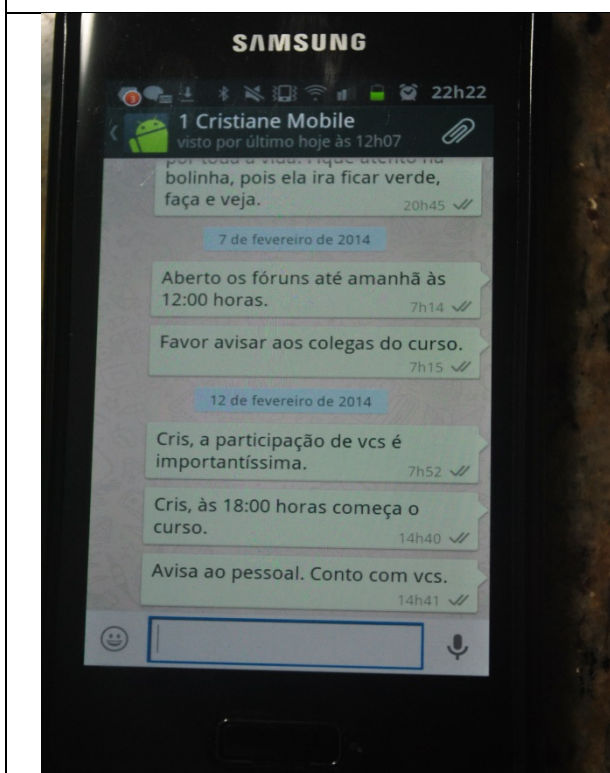
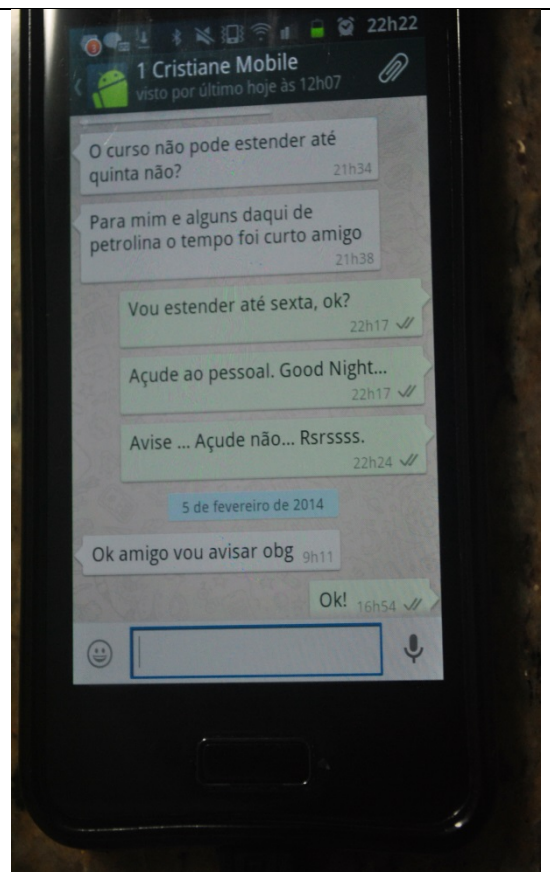
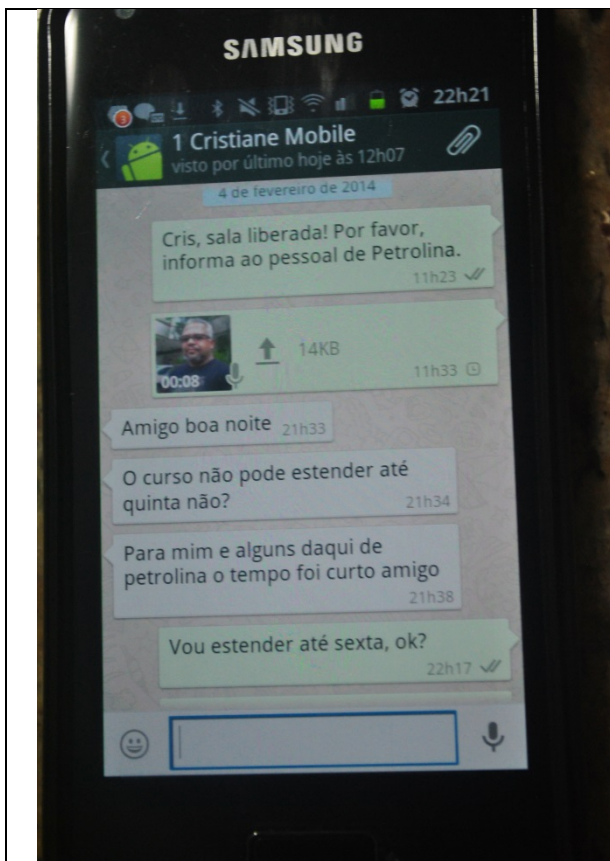
Figura 03 – Diálogo mantido entre o Mestrando e a discente Cristiane Moura

PETROLINA – DISCENTE – CRISTIANE MOURA - WHATSAPP









Do mesmo modo que ocorreu em Fernando de Noronha, Petrolina teve problemas com a conexão, desta feita, também com a falta de familiaridade com a plataforma do Moodle, mas o dialogismo está presente.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Premissas iniciais

A questão da violência no cotidiano nos leva a refletir sobre o modo de vida em sociedade, tornando-se uma preocupação de todos, pois a vida em grupos tem a finalidade de se promover uma convivência harmoniosa e pacífica dos seus integrantes, consistindo enquanto homem, segundo FRIED, (2006, p.33) “*conservar e melhorar a si mesmo, conseguindo atingir aos fins de sua existência*”.

É fato que vem a nossa mente de súbito, situações cotidianas, seja com brigas de torcida em jogos de futebol, os confrontos entre traficantes no Rio de Janeiro/RJ pela disputa pelos pontos de venda de drogas, exemplos esses que hoje estão universalizadas pelo país; alie-se as pessoas que estão sendo vitimadas nas ruas por uma bala perdida, por terem seus espaços por lei exclusivos, destinado aos grupos vulneráveis (Idosos, Deficientes, gestantes) violados.

As situações acima descritas são alvos de reprovação social e como tal, o poder público dispõe de Agentes Públicos para em nome da sociedade-estado, promover a devida fiscalização e autuação, haja vista que estão imbuídas de competências legais, a exemplo citamos uma multa extraída pelo Agente de trânsito notificando o motorista infrator que estaciona em local proibido.

No exemplo acima estamos diante do ato que é esperado pela sociedade; quando a violência é cometida por Agentes Públicos no uso de suas atribuições em lei, a sociedade se vê envolta no desconforto, pois a paz social almejada é enfraquecida por aqueles imbuídos por lei a fazer valer o respeito às normas e, este autor¹, se vê como integrante dessa sociedade.

¹Jorge Luiz de Araújo é formado na Academia de Polícia Militar do Paudalho/Pernambuco (1991), ocupando o cargo de Major da Polícia Militar de Pernambuco, possuindo 25(vinte e cinco) anos de serviço, possuidor de todos os cursos de acesso a carreira Policial Militar, ou seja, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (2012, oferecido pela Fundação Joaquim Nabuco (2002) e o Curso Superior de Polícia em 2013, pela Academia Integrada de Defesa Social de Pernambuco. É Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Pernambuco (1996), Laureado. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (1997). Possuidor da Especialização *Latu Senso* em Formação de Educadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2006); Especialização em Políticas Públicas de Segurança pela Faculdade Integrada de Pernambuco/Secretaria Nacional de Segurança Pública (2007) e o MBA em Gestão de Instituição de Ensino Superior, Faculdade Maurício de Nassau (2008) e atualmente Mestrando do Programa de Pós-graduação em *Strito Senso* em Tecnologia e Gestão em Educação a distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

As infrações cometidas pelos Agentes Públicos no exercício de suas atribuições é deveras preocupante quando são cometidas por integrantes das Polícias em sentido estrito, atendo-se ao fato de que a polícia administrativa é patrocinada pelas Polícias e Corpo de Bombeiros Militares, que segundo MORAES (2011, p.834), são competentes para realizar o policiamento ostensivo fardado e, quando essas falhas se constituem em desvios de conduta, o desconforto da sociedade passa a ser uma desconfiança, logo a discussão sobre o preparo profissional desses Servidores é trazida a baila, a questão da formação é associada a um passado recente: a do Governo Militar, hoje investigado pelas Comissões da verdade, devido a truculência de suas atuações naquele período.

Apesar dos erros cometidos pelos Agentes das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares não se constituir uma universalização, eles sobressaltam aos olhos em virtude da irreversibilidade dos seus efeitos; é correto afirmar que os serviços prestados pela grande maioria das tropas ostensivas de Segurança Pública são muito maiores em números e qualidade, essa experiência o autor vivencia dia a dia na caserna; essas instituições são bisseculares, seus passados remontam à chegada da Família Real ao Brasil¹, mas devido a velocidade das informações cada vez mais presentes em nosso cotidiano, suas falhas são quase que imperdoáveis, tal qual o número de pessoas que têm acesso e formam opinião em Redes Sociais, blogs e *web sites*.

Mesmo havendo divulgação desses erros ou desvios cometidos pelos PMs² e BMs³, a presença ostensiva nas ruas por si só promove a sensação positiva de tranquilidade pública (ARAÚJO, 2007) e o povo pede mais Polícia nas ruas, tanto que em 13 de maio de 2007, o Governo de Pernambuco lançou o Pacto Pela Vida, Plano Estadual de Segurança Pública que dentre outras atribuições prevê a contratação de novos policiais e bombeiros, sendo essa mais uma variável que associada a outras, contribui para redução dos números da violência no Estado.

Para ratificar o parágrafo anterior, a qualificação desses profissionais da Segurança Pública também é uma meta a ser alcançada pelo Pacto Pela Vida, o que exige muito esforço, pois carecemos de efetivo nas ruas, mas precisamos de qualidade no atendimento ao povo.

¹ A Família Real chegou ao Brasil em 1807.

² Policiais Militares

³Bombeiros Militares

O discurso parece ser dicotômico, pois a sociedade pede mais Policiamento Ostensivo nas ruas, quer esse homem mais preparado, mandando-os de volta aos centro de formação para adequar seus conhecimentos a realidade, critica os erros e desvios cometidos por esses em ocorrências, etc, mas ao contrário, esses esforços se somam em prol da Paz Social promovida pela Polícia, que segundo *Zanobiniapud Moraes* (2011, p.834):

A atividade da administração pública dirigida a concretizar na esfera administrativa independente da sanção penal, as limitações que são impostas pela lei à liberdade dos particulares ao interesse da conservação da ordem, da segurança geral, da paz social e de qualquer outro bem tutelado pelos dispositivos penais.

Trazendo o feito ao tema, exemplo de erros nas ocorrências, mesmo não sendo números expressivos em estatísticas, sua existência, ao menos é considerável, para tal trazemos a seguir um exemplo nacional e outro local, visando a formação do juízo da preocupação do autor em sua inquietação, levando a formação da hipótese.

Para exemplificar tais erros, a nível nacional ao processo de vitimização da violência, citamos o episódio em que foi morto o estudante Douglas Rodrigues dos Santos, baleado pelo *Soldado Pinheiro* da Polícia militar de São Paulo, na Vila Medeiros, na Zona Norte da capital; a vítima, chegou a perguntar qual o motivo de ter sido atingido, segundo relato de Rossana de Souza, mãe da vítima, fazendo uso da frase: “Por que o senhor atirou em mim?”, perguntou o adolescente ao policial, de acordo com a mãe. (Fonte: Sítio do G1 consulta em 30 dez 2013)

O estudante Douglas Rodrigues dos Santos, de 17 anos, foi morto na tarde de domingo (27/10/2013), e pelo fato do PM ter ido apenas fazer uma abordagem sobre possível perturbação do sossego, gerou uma campanha envolvendo artistas do Brasil inteiro¹ (Fonte: Sítio do G1 consulta em 30 dez 2013).

Essa campanha, conforme sítio do G1, foi denominada *por que o Senhor atirou em mim?* e mais uma vez no cenário nacional à baila estava a discussão sobre a formação desses Agentes.

¹ A maioria dos atores integrantes do elenco da Rede Globo, a qual também é a administradora do sítio G1.com



Figura 01 – Douglas Santos e slogan da campanha. (Fonte: Sítio do G1)

Em nível regional, no início do ano de 2012, nas prévias do carnaval de Olinda, as câmeras de segurança instaladas no corredor do frevo, flagraram ao invés da ação, a omissão por parte dos Policiais Militares que deixaram de intervir nas ocorrências, tendo as plataformas de vigilância sido usadas por diversos grupos para fazer uso de substâncias entorpecentes; tal qual o fato retro, a repercussão foi negativa. (Fonte: Sítio do Youtube)



Figura 02 – Câmeras de monitoramento: Flagra de consumo de drogas em plataformas da PM em Olinda. (Fonte: Sítio do Youtube)

Esses foram exemplos de erros cometidos por integrantes ostensivos da segurança pública, que agiram em desconformidade com a doutrina e lei; quanto aos Bombeiros Militares, citamos a ocorrência em 22 de julho de 2013, na praia de Boa Viagem, Recife-PE a

estudante Bruna Silva Gobbi, de 18 anos, turista que curti suas férias, foi atacada por um tubarão por nadar após os arrecifes, barreira natural que protege os banhistas.

Mesmo os Guarda-vidas agindo com coragem, tiveram sua atuação questionada por um grupo da sociedade que criticou a demora da remoção do local da ocorrência ao hospital; é de bom alvitre o registro de que os soldados do Corpo de Bombeiros de Pernambuco, retiraram a vítima da água em pouco mais de 1 (um) minuto. (Fonte: Sítio do G1)



Figura 03 – Imagens do Salvamento da Turista Bruna Gobbi. (Fonte: Sítio do Google)

Indiferente de ser Bombeiro ou Policial Militar, todos respondem da mesma forma quando suas atuações são mal sucedidas e se põe em dúvida a formação dos Agentes Públicos; quando culmina com perda de vidas, elas se comparam as ocorrências em que há desvio de conduta, infelizmente é uma realidade que os Gestores se deparam e não tem nada pior para um Comandante da Corporação, quando são surpreendidos por esse último cenário.

Para demonstrar um desvio de conduta, trazemos a ocorrência no Estado do Amazonas, cujo vídeo feito por uma pessoa do povo com a câmara do celular, flagrou a ação de um grupo de PMs que, infelizmente, praticou toda ação contrária as normas legais vigentes no país, inclusive em nível internacional, quando da abordagem a um adolescente de quatorze anos, que além da tortura física e psíquica, no auge da ilicitude, um dos PMs, saca a sua arma e executa um disparo, atingindo o jovem no peito. (Fonte: Sítio do dignow)

Os desvios de conduta são caracterizados pelo uso indevido da presunção da legitimidade dos atos administrativos¹, cujo objetivo é encobrir seus atos viciosos perante a lei, quando na realidade, o povo espera que Policiais e Bombeiros Militares no exercício da sua função, seja um guardião dos Princípios Constitucionais da Administração Pública².

Para os 02 (dois) primeiros casos, a capacitação elevará sem dúvida o grau de profissionalismo dos Agentes Públicos, de modo que esses venham a refletir sobre suas atuações e com o conhecimento mais acurado, propicie uma atuação que eleve o grau de profissionalismo e conseqüente admiração por parte da sociedade e o melhor, não venha a adentrar em desvios de conduta, que consiste numa seqüência de atuações negativas, agraciadas com a benevolência de quem tinha de repará-las.

A ação, omissão ou ainda o desvio de conduta, estão relacionados à forma de como uma parcela do universo dos policiais agem no cotidiano, contrariando leis, normas e regulamentos e aos quais por juramento, prometeram zelar pela “*preservação da ordem pública*”(MORAES, 2011), mesmo com o risco da própria vida, quando na realidade, os desvios de conduta, pós-constituição e instalação do estado democrático de direito, na forma do caput do art. 1^a da CF/88. (MORAES, 2011)

Situações como as relatadas antes, comprometem em muito a imagem das Corporações Ostensivas de Segurança em sua atividade precípua de policiamento, para tal, qualificar seus integrantes para o bom desempenho de suas funções se torna o centro da questão; não basta ter quantidade, carece em muito à qualidade, nos dias de hoje é uma condição primordial.

Essa preocupação em aprimorar a qualificação dos Agentes Públicos de Segurança sem retirá-los das ruas, deu seus primeiros passos através da SENASP/MJ³ afirma Barros (2013).

Compreendendo ou não a velocidade de como as informações se propaga nos dias de hoje, aliada a exigência da sociedade em dispor cada vez mais de profissionais qualificados para melhor atendê-la, buscou-se alternativas, a melhor que se apresentou foi a oferta de cursos na modalidade a distância, pois retirar o policiamento das ruas mesmo que seja pela nobre causa de qualificá-lo, constitui-se numa situação adversa em tempos de tecnologia.

¹ Segundo Meirelles (1999, p. 141), decorre do Princípio da Legalidade e autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que arguidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.

² O caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, trouxe consigo os Princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicação e Eficiência; esse último, inserido por força da Emenda Constitucional 19/98. (ARAÚJO, 2007, p.143)

³Secretaria Nacional de Segurança Pública / Ministério da Justiça.

Ao nível de Brasil, a SENASP/MJ padronizou o conhecimento, fazendo-o chegar a todos os rincões¹, haja vista que os inscritos nos diversos cursos, acessam o mesmo conteúdo de qualquer lugar, a qualquer hora, através da tecnologia propiciada pela *internet* sem que com isso venha a trazer prejuízos ao serviço operacional e a si próprio, inclusive, como incentivo no início do Programa de capacitação, a SENASP/MJ ofertou a indenização denominada de Bolsa Formação², que segundo Barros (2013), foi um incentivo aos que buscavam aprimorar sua qualificação.

Não é com essa afirmação, dizer que a partir de agora todos os cursos irão se dá na modalidade a distância, mas que essa modalidade se apresenta como um facilitador no cotidiano, na implementação de novas técnicas, conhecimento de tratados em que o Brasil seja Signatário, enfim, no que for pertinente a acomodação social, mas a modalidade presencial tem o seu valor e não podemos afastar essa premissa, para tal é conveniente recordar a contribuição da APMP³ deu ao país, desde o início dos anos 70, atingindo o auge nos anos 80.

Considerando que cada estado tem sua peculiaridade num país de dimensões continentais como o nosso, a Polícia Militar de Pernambuco, até bem pouco tempo, podemos assim dizer, quando seus Oficiais eram formados na Academia de Polícia Militar do Paudalho (APMP), era uma referência nacional, formando também os Oficiais dos mais diversos estados do Brasil, compartilhando o conhecimento e por esse motivo, sua doutrina se difundia por todo o norte, nordeste e centro-oeste.

Nessa época, anos 80, aos fins do regime militar, a APMP era considerada a 4^a Instituição de Ensino Policial Militar do Brasil, ficando atrás apenas das Academias do centro-sul, ou seja, São Paulo (Academia do Barro Branco), Brigada Militar do Rio Grande do Sul e Paraná, Segundo Cavalcanti (2013), formando oficiais do centro-oeste, norte e nordeste em igualdade com as demais.

¹ palavra que superlativa os locais mais remotos.

² Como um incentivo a capacitação e a busca por melhores salários buscada pelas representações de classe das Polícias e Bombeiros Militares, bem como aos Policiais Cíveis e Guardas Municipais que tivessem remuneração inferior a R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos) Reais, o Governo Federal, através da SENASP/MJ, pagava mensalmente uma bolsa indenizatória aos Agentes Operativos que se enquadrassem nessa situação financeira, desde que uma vez por ano, fizesse ao menos um curso na modalidade a distância, ofertado pela União.

³Academia de Polícia Militar do Paudalho, localizada em Paudalho/PE.

Apesar do prestígio, as fatalidades também aconteciam, faça-se justiça em poder dizer que não com a frequência que é veiculada hoje; pela formação mais Militar que Policial, uma formação mais voltada aos atributos morais, esses eram mais exigidos; coragem, respeito aos símbolos, tenacidade, amor à farda, presteza, sentimento do dever, e obediência extrema as ordens dos superiores hierárquicos, mesmo que nos limites da legalidade, respeitando-se também que era outra época; a velocidade das informações não se propagava como hoje, uma vertente a se considerar.

Na época, devido a formação presencial, soldado de Polícia Militar realmente se constituía numa autoridade com autonomia para resolver os problemas, isso se deve principalmente ao tempo de formação presencial que dispunham, mas é de bom alvitre lembrar que como ressalta Cavalcanti (2013) *“o tempo em que os Soldados eram formados beirava os 12 (doze) meses, em período integral, hoje, em 04 (quatro) meses já estão nas ruas, numa sociedade muito mais complexa que dantes.”*

Uma grade curricular presencial bem estruturada, oferta sem sombra de dúvidas uma boa formação, aqui estamos levando em considerando que todas as premissas metodológicas e pedagógicas estão sendo observadas, que não é diferente na modalidade a distância, mas nada impede hoje de um discente fazer uso da cibernética para buscar esse conhecimento na biblioteca virtual de Carabineiros do Chile¹.

Entre o passado e o presente existe a variável do tempo, cada um tem o seu valor, isso é um fato, entretanto, o cenário em que nos inserimos hoje é o vivenciar de uma sociedade que não está preocupada apenas com a quantidade de policiais lançados de serviço, ela quer sim, que esse quantitativo lhe propicie a sensação positiva de tranquilidade pública e que essa situação advenha da qualificação profissional, moral e ética desse Agente Público de Segurança Pública.

Diante hoje da modernidade, e que segundo Barros (2013), a Educação a distância é o futuro, preocupado em considerar as exigências sociais outrora relatadas, a grande inquietação para formular uma hipótese era utilizar os aparelhos de tecnologia móvel, sejam eles *tablets*, *smartphones*, *Notebooks*, *Netbooks* e com o auxílio da tecnologia poder propiciar o conhecimento necessário aos nossos Agentes Ostensivos de Segurança Pública em Pernambuco.

¹ Instituição Policial Ostensiva do Chile, a qual tem a incumbência de formar nacionalmente os Policiais daquele país, sejam eles Oficiais ou Praças; diferente dos órgãos de formação policial ostensivo do Brasil, que formam os Oficiais e Praças dos Estados-membros. Essa Escola formou o General Augusto Pinochet.

Diante hoje da modernidade, e que segundo Barros (2013), a Educação a distância é o futuro, preocupado em considerar as exigências sociais outrora relatadas, a grande inquietação para formular uma hipótese era utilizar os aparelhos de tecnologia móvel, sejam eles *tablets*, *smartphones*, *Notebooks*, *Netbooks* e com o auxílio da tecnologia poder propiciar o conhecimento necessário aos nossos Agentes Ostensivos de Segurança Pública em Pernambuco.

Por se tratar de Segurança Pública, a hipótese se constitui em Como conectar os Servidores Militares estaduais de Pernambuco com proteção, para realizar o aprendizado móvel e ofertar qualidade de ensino, através da mudança de comportamento?

Para esclarecimento, não se trata de uma ruptura com o passado, mas sim uma nova forma de fazer o aprendizado utilizando ferramentas disponíveis em aparelhos móveis, maximizando o uso dos recursos nele disponíveis, inclusive o acesso a redes sociais, através da *internet*, compartilhando o conhecimento, promovendo inclusive a Gestão do Policiamento.

É uma experiência inovadora, viável e testada em 03 (três) momentos específicos ao longo do Mestrado, cujos resultados estão disponibilizados nos capítulos dessa monografia, constituindo o último teste, o produto da dissertação, por ser um Mestrado Profissional.

O objetivo geral é Conectar os Agentes Ostensivos de Segurança Pública de Pernambuco para o *m-learning*, entretanto, para alcançá-lo, temos que trabalhar os Objetivos Específicos, que ao longo da pesquisa, ficou evidenciado serem 03(três) grandes grupos:

- a. Utilizar as ferramentas disponíveis (aplicativos, sites e intranet), ao *m-learning*, de modo a serem gerenciados o conhecimento e emprego do serviço ostensivo.
- b. Aprimorar o uso da *linguagem* dos Servidores Militares Estaduais para estabelecer um dialogismo biopsicossocial;
- c. Promover a otimização do conhecimento necessário ao emprego das forças ostensivas de Segurança Pública Estadual de Pernambuco, através do *m-learning*;

A base da justificativa desse trabalho está voltada a:

- a. Críticas da sociedade sobre a má atuação dos Agentes Públicos Ostensivos em ocorrências;
- b. Uso de aplicativos para interação social;

- c. Utilização empírica de informações por telefonia móvel, pela Força Nacional de Segurança.
- d. Necessidade de se promover a educação continuada, inclusive formação (síncrona e assíncrona).
- e. Humanização do emprego dos AOSP/PE¹
- f. Elevação da pró-atividade dos policiais ostensivos para redução dos índices da criminalidade.

A metodologia empregada nessa dissertação por ser inovadora, consistiu numa pesquisa exploratória-argumentativa, utilizando métodos indutivos, do particular para o geral, sendo necessário realizar pesquisas de campo, aplicar questionários, realizar entrevistas semiestruturadas e fazer uma análise qualitativa dos ensaios, interpretando seus resultados e daí demonstrar o processo de sua viabilidade.

O título Segurança Pública Ostensiva Pernambucana Conectada por *m-learning*, foi inspirado nos Programas de Governo percussores, denominados Professor Conectado e Aluno Conectado, sendo apenas uma alusão, suas congruências param por aqui; estamos diante de um trabalho acadêmico, conduzido ao longo de 02 (dois) anos para produzir um produto, num ambiente de controle das pesquisas e os resultados dela decorrentes.

Trata-se enfim, da utilização de 04(quatro) campos de estudo complexos, que busca a interseção da Tecnologia, da mudança de comportamento, do uso da linguagem e a formação de uma rede que interage e permite o compartilhar de conhecimento.

Para que o leitor se familiarize com os assuntos a serem abordados nesse trabalho de conclusão do Mestrado Profissional, procuramos construir um infográfico, exposto o referencial teórico, de modo que nos capítulos que se seguem, possa haver uma compreensão mais sistêmica do fim a que nos dispusemos pesquisar e os resultados a que nos direcionamos; visualizando-o, o entendimento será de mais fácil compreensão.

¹ Agentes Ostensivos de Segurança Pública de Pernambuco.



Figura 04 – Entrevistados: da direita para esquerda junto ao Autor, o Historiador Cel RRPM Carlos B. Cavalcanti e o Gerente da GICAP/SDS, TenCel QOPM Geová S. de Barros. Fonte: O Autor.

1.2 Referencial Teórico

O objetivo dessa dissertação consiste em conectar uma rede segura de aprendizagem móvel em Pernambuco, associando a tecnologia disponível nos *smartphones* e linguagem adequada, sugerindo a criação de uma ferramenta protetiva, que foi denominada de *Pretorian Security System*, a qual sendo desenvolvida, otimizará a atuação dos PMs e BMs pela qualificação, criando o Programa Segurança Pública Ostensiva Pernambucana Conectada *by m-learning*.

Nesse mister, otimizar o conhecimento ofertado pela EAD, nos termos dessa dissertação, visa atender a um dos objetivos do PACTO PELA VIDA, o qual consiste na elevação do nível profissional dos Agentes operativos da SDS, em espécie da PM e BM, criando o Programa “*Agente de Segurança Pública Ostensivo de Segurança Pública conectad, by m-learning*”, objeto dessa dissertação, que une a tecnologia disponível nos *smartphones* e o uso da “*linguagem*” (BACKTHIN), visando a mudança de comportamento (VIGOTSKY), através de uma rede segura (HARASIN), propiciada pela sugestão da ferramenta protetiva, denominada pelo Autor como *Pretorian Security Sistem (PSS)* e assim, fazer o *m-learning* (FORMIGA); é oportuno registrar que outras referências também foram utilizadas para complementar o pensamento desses autores.

Vejamos a figura a seguir, a qual nos oferta como está estruturada o Referencial Teórico para uma melhor compreensão:

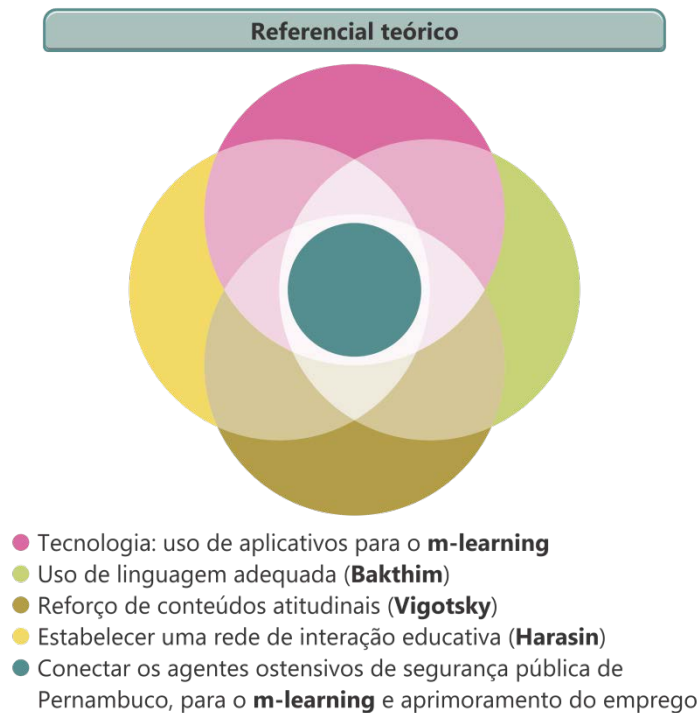


Figura 05 – Proposta do Referencial Teórico para realização do *m-learning*. Fonte: O Autor

Reforçando o entendimento já prestado nas páginas iniciais, ao longo da dissertação, o Autor, orientado pelo Corpo docente, dividiu didaticamente a dissertação em 04: quatro capítulos:

a. O primeiro capítulo, destinado a Introdução, oferta uma visão geral do que vem a ser a Dissertação, apresentando-se o cenário, a hipótese, os objetivos Geral e Específico, a Justificativa, a metodologia e uma apresentação sistemática da abordagem teórica, explicando de forma resumida como se deu a pesquisa e um resumo das sugestões, essas últimas, um *abstrat* das Considerações finais.

b. O segundo capítulo, intitulado “*Segurança Pública no Brasil: Contexto Histórico-social e formação profissional*”, apresenta os estudos atinentes ao processo de estruturação da Segurança Pública no Brasil, realizando um apanhado histórico-social desse campo de estudo no país, desde o descobrimento aos dias atuais em Pernambuco, levando-se em consideração a origem, estrutura e formação.

O enfoque desse capítulo é demonstrar ao final, como se processou e se dá nos dias atuais a formação do Profissional de Segurança Pública em Pernambuco, entrelaçando a atual política de ensino-aprendizagem da Secretaria de Defesa Social e oferecendo os primeiros passos em relação de pertinência que se pretende alcançar com o *m-learning*.

c. No terceiro capítulo, sob o título Segurança Pública Ostensiva Pernambucana Conectada por *m-learning*, este traz as experiências que foram aplicadas ao longo do Mestrado e suas contribuições exitosas que serviram para demonstrar a viabilidade de sua aplicação, proporcionando um aprendizado móvel, confortável e até mesmo realizar com segurança a Gestão dos Agentes Ostensivos de Segurança com a criação de uma grande rede, aprimorando o serviço a ser prestado por esses Agentes Públicos em prol da Tranquilidade Pública.

d. No Capítulo 4, chega-se a conclusão de que é viável e possível instituir o Programa “*Servidor de Segurança Pública Conectado by m-learning*”, tanto pelo baixo custo, mostrado em gráfico, como na relação custo benefício, pois diferente dos demais programas, *Professor Conectado (2007)* e *Aluno Conectado (2012)*, até porque diferente desses, há a previsão de recursos para investimento a UFRPE para desenvolvimento de tecnologia própria.

Transformar o que se encontra proposto na dissertação em uma realidade consiste na realização do que aspiramos, as assertivas de viabilidade tanto em recursos tecnológicos como econômicos estão enumerados,

Outrossim, essa é a estrutura didática da dissertação, que ainda possui as Referências Bibliográficas e um apêndice, atinente ao produto, que foi o curso montado e ministrado a distância, através de aparelhos móveis, com usuários da PM e BM de Pernambuco, que se encontravam no Arquipélago de Fernando de Noronha, em Recife e na Cidade de Petrolina, extremo oeste do Estado.

2 SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Preâmbulo

A Segurança Pública no Brasil, para um entendimento mais acurado, deve ser analisada desde o descobrimento, em especial pela instituição do sistema de administração em Capitânicas Hereditárias e a administração adotada pelos *Donatários* (CAVALCANTI, 2012).

Conhecer a nossa história, em especial Pernambuco, é compreender o atual sistema adotado pela nossa Constituição, *após um processo de militarização da Segurança Pública* (ZAVERRUCHA, 2005), chegando aos dias atuais.

Portugal, até mesmo pelas suas expedições exórdias, tinha por missão o extrativismo das riquezas e especiarias. Não foi à toa que a tomada de Constantinopla, na Turquia, pelos Turcos Otomanos, impulsionou a busca de novas rotas marítimas pelos Portugueses e Espanhóis, para se chegar às Índias, inicialmente navegando pela costa africana e, mais tarde numa audácia, desbravando o tenebroso Atlântico, indo em direção ao desconhecido.

“O principal fator que contribuiu para a política mercantilista, com o aumento da entrada de riquezas na Europa, foi a expansão naval, ou seja, os grandes descobrimentos, realizados, principalmente, por portugueses, onde destacamos o do Cabo da Boa Esperança, por Bartolomeu Dias, o do Caminho Marítimo para as Índias, por Vasco da Gama, e a chegada ao Brasil, de Pedro Álvares Cabral.” (CAVALCANTI, 2012, p.12)

Esse foi o caminho seguido por Pedro Álvares Cabral, que aportou em Porto Seguro/BA, em 22 de abril de 1500, acreditando haver chegado às Índias pelo Oeste.

Após esse episódio, as expedições posteriores trouxeram os administradores das Capitânicas Hereditárias, *Donatários* (CAVALCANTI, 2012), faixa de terra que seguia do litoral, até ao limítrofe Oeste, a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas (100 milhas marítimas da Ilha dos Açores a esquerda pertenciam à Coroa Portuguesa, e as demais terras, ao Trono Espanhol), os quais tinham dentre as suas atribuições defender o território conquistado contra invasores.

Quando se afirma que a Capitania Hereditária de Pernambuco foi a única que deu certo, deve-se valorizar as escolhas feitas pelo Donatário Duarte Coelho, pois trouxe toda a

sua família e pessoas de bem para aqui habitar e explorar a terra de forma aqui fixar residência, entretanto, devido ao sucesso alcançado, por ele, a Coroa mesmo ciente dos problemas enfrentados com os índios, passou a enviar degredados e pessoas de má índole, causando transtornos outrora inexistentes (CAVALCANTI, 2012)

“Após período belicoso com os Caetés e Tabajaras, vivendo agora um tempo de paz e relativa tranquilidade, uma coisa passou a preocupar Duarte Coelho, a vinda para as suas terras de degredados do Reino, muitas vezes criminosos da mais baixa classificação, bem como a atuação dos chamados controladores de pau-brasil, negociantes portugueses a quem o Rei fizera determinadas concessões.” (CAVALCANTI, 2012, p.19)

É de bom alvitre observar que a preocupação de ter dividido o mundo em 02(dois) blocos, entre Portugueses e Espanhóis, não se constituiu um tratado soberano, respeitado por outras nações, a exemplo da França, Inglaterra e Holanda, pois esses países, em sua expansão mercantilista, buscavam invadir as terras outrora descobertas e as resistências eram promovidas pelos Donatários, que organizavam à defesa territorial.

“Assim, além de ter que vencer as hostilidades de alguns aborígenes refratários à presença dos colonizadores, teve ainda que enfrentar as adversidades provocadas por degredados e salteadores de terra e mar não obstante a precária assistência da Metrópole, assunto sempre abordado nas cartas que dirigia a D. João III.” (CAVALCANTI, 2012, p.29)

A Capitania hereditária de Pernambuco, não foi uma exceção, ao longo dos anos, teve que se defender fortemente contra os ataques Holandeses em sua costa, para tal, construiu fortes espalhados estrategicamente ao longo da faixa litorânea:

- 1) ao norte, o Forte Orange (Localizado em Itamaracá), o Forte de Pau Amarelo;
- 2) Mais ao sul, já nos arredores das cidades de Olinda e Recife o Forte do Brum, a primeira linha de artilharia dessas cidades (CAVALCANTI, 2013)
- 3) Numa região de alagados (CAVALCANTI, 2013), estava o Forte das 05 (cinco) pontas, constituíam-se as principais linhas de defesa contra os *inimigos*.

Constitui-se assim a administração, em relação a defesa da Capitania Hereditária de Pernambuco, tendo por Donatário, o bravo Duarte Coelho, haja vista que a exemplo de hoje, o litoral do nosso estado, possui grandes aberturas às embarcações para da chegada ao mar, adentrar em nosso território do Norte ao Sul, devido aos grandes rios que desembocam no Oceano Atlântico, para ilustrar, apresentamos a seguir a atual configuração ribeirinha do Estado de Pernambuco.



Figura 06 – Malha de foz dos rios Pernambucanos – Fonte SRHE/2013 (Secretaria de Recursos Hídricos de Pernambuco).

Os Holandeses antes de ataca-la, haviam tentado invadir o Governo central, na primeira capital do país, Salvador, defendida por 13.000 (treze mil) homens da Coroa, contra 3.000 (três mil) do Exército Batavo. Nassau logo percebeu que ao invés de adentrar na Colônia não era dominando o controle político, mas sim áreas econômicas mais desprotegidas e, logo acima, estava a mais próspera e vulnerável *com sessenta léguas de litoral, sem falar da posse exclusiva do Rio São Francisco, uma das maiores artérias fluviais de grande possessão* (CAVALCANTI, 2012), adentrando por Igarassu (Canoa Grande, tradução do Tupi Guarani), por onde escoavam o nosso Pau Brasil.

Nassau partiu para o Brasil do porto de Texel, na Holanda, a bordo da nau ZUPHE, compreendendo de uma frota de mais três naus, com uma guarnição de 2.700 homens, aqui chegando quase 3 (tres) meses depois, em 23 de janeiro de 1637. (CAVALCANTI, 2012, p. 32)

Ressalte-se que essa defesa era de Soberania, constituía na sobrevivência da Satrápia da Idade Moderna do Brasil Colônia, e já aos fins do século XVI e início do século XVII, por décadas, até 1654, a Capitania Hereditária de Pernambuco, viveu sob o domínio Holandês, que ao contrário dos Portugueses, ao invés de construir fortes, preocuparam-se em unir os

istmos da cidade do Recife, através de Pontes, tendo o Príncipe Maurício de Nassau (1637-1654), construído inclusive a *primeira ponte construída no Brasil, mais precisamente entre o istmo do Recife e a Ilha de Antonio Vaz* (CAVALCANTI, 2012), ponte que mais tarde veio a levar o seu nome, conseguindo recursos para esse feito, através da mítica estória de fazer o “boi voar”, colocando um cabo de lado a outro.

Essa forma de administrar do Príncipe Nassau, ao invés do passado exploratório, trouxe desenvolvimento ao Recife, ao ponto de os administradores das Índias Ocidentais, mandarem chamar de volta a Holanda aquele administrador.

Mais tarde, com o fim do domínio Holandês, expulsos pela união do povo pernambucano, na 1ª Batalha dos Guararapes, travada entre o Exército Holandês e os defensores do Império, que foi constituído pela união das 03(três) raças *o Branco, o Negro e o Índio*, representados por seus Comandantes *André Vidal de Negreiros, Henrique Dias de Carvalho e Antonio Felipe Camarão* respectivamente.

Expulsão dos holandeses: O período de domínio não foi tranquilo para os holandeses. Muitas revoltas aconteceram, principalmente devido aos altos impostos cobrados pelos holandeses. Após muitos movimentos de resistências e revoltas, Nassau deixou seu cargo no ano de 1644. Com a saída de Nassau, os portugueses perceberam que era o momento de reconquistar o nordeste brasileiro. Tiveram vitórias contra os holandeses nas batalhas de Monte das Tabocas e na de Guararapes. Em 1654, após muitas guerras e conflitos, finalmente os colonos portugueses (apoiados por militares de [Portugal](#) e Inglaterra) conseguiram expulsar definitivamente os holandeses do território brasileiro e retomar o controle do Nordeste Brasileiro. [\(Fonte: Sítio do Infoescola\)](#)

Oportuno é a observação de que o grande valor em interesse, constituía-se na *defesa do território colonizado e que estava sob o domínio Flamengo*, logo, os verbos utilizados para alcançar a *Soberania* (MORAES, 2011), constitui-se em eliminar, dizimar, destruir, capturar aprestos, verbos utilizados no Objetivo Geral e atitudinal (VIGOTSKY, 1999), os quais são comuns às Forças Armadas, naquela época, Exército e Marinha, tendo aquele a Infantaria e Corpo de Cavalaria (CAVALCANTI, 2012).

Mais adiante, quando estivermos estudando Segurança Pública no Estado Democrático de Direito (MORAES), veremos que o papel constitucional das suas Instituições ostensivas, por serem de atuação terciária, “no contexto das malhas de proteção” (ARAÚJO, 2008), carecem os seus Agentes de observar os fundamentos do exercício pleno da “*Cidadania e Dignidade da Pessoa Humana*” (KILDARE), logo, existirá grande diferença nos verbos atitudinais.

A conjugação do verbo atitudinal, será diferenciada, pois se trata em manter a ordem interna, lidar com pessoas, assim, *proteger, salvaguardar, preservar* (ARAÚJO, 2007), dentre outros, serão o ponto de partida para se instituir uma Segurança Pública Ostensiva Democrática, de respeito também e principalmente aos Direitos Humanos.

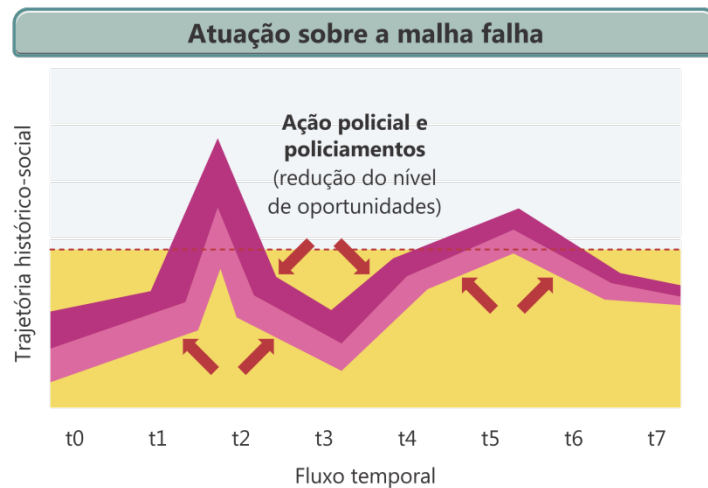


Figura 07 – Atuação sobre a Malha Falha — Quanto mais a atuação de práticas de controle social e políticas públicas, menos será a atuação policial. reduzir atividades ilícitas; Fonte: o Autor

É essa discussão proposta pelo trabalho de dissertação; em ambos os casos, preservando a Nação para garantir o fundamento da *Soberania*, ou ainda, a *dignidade da pessoa humana e a cidadania* (MORAES, 2011), faz-se necessário ser pró-ativo, para tal, atributos da coragem, tenacidade, sentimento do dever, e zelar pelos valores éticos, devem ser a premissa de cada Agente Público que constituir as Forças Armadas ou As Instituições de Segurança Pública Ostensiva dos Estados, observadas as suas competências.

2.2 A Família Real no Brasil: Transformações Urbanas

Até ao período em que o Brasil se constituía apenas numa colônia que abastecia o Tesouro Português, a preocupação com a ordem interna, na busca incessante da sua preservação, em respeito à lei, na expressão do coletivo, essa situação era utópica, pois à lei era cumprida conforme a vontade do Donatário (CAVALCANTI, 2012). Lógico que alguns códigos portugueses tiveram sua extensão à colônia, mas não com a intensidade de um estado moderno.

Essa situação vem a se modificar, com a chegada da Família Real do Brasil, os quais passaram a vivenciar à realidade da Colônia, inclusive, promover ações até então inadmitidas pela Coroa Portuguesa, como duas decisões tomadas em 1807 por D. João enquanto se encontrava em Salvador: a abertura dos Portos as nações amigas (Inglaterra) e a instalação de indústria.

A saída encontrada, em conluio com os ingleses, foi a mudança da comitiva portuguesa para o Brasil. Em novembro de 1807, sob proteção da força naval inglesa, D. João, sua linhagem e a [nobreza](#) que o rodeava mudaram-se para o Brasil. Aportaram em território brasileiro cerca de quatorze navios com 15 mil pessoas. Após a chegada da linhagem real, Dom João passou alguns dias em Salvador, quando tomou duas decisões que deram uma injeção de ânimo na [economia](#) brasileira: determinou a **abertura dos portos** aos países amistosos e a autorização para a instalação de indústrias, antes coibida por Portugal. (Fonte: Sítio do Infoescola)

Após esse ato, segue Dom João para o Rio de Janeiro, e em 08 de março e aporta na cidade do Rio de Janeiro, tornando aquela cidade como a residência fixa da Corte Real, realizando inúmeras transformações urbanas, a exemplo de Instalação de chafarizes, jornais, Academia Militar, Ministérios, criou calçadas, iluminação pública, dentre outras ações, inclusive um Supremo Tribunal.

Após sair de Salvador, o rei foi para o Rio de Janeiro, lá chegando em 08 de março de 1808, transformando a cidade em residência fixa da corte portuguesa. A chegada da família real ao Brasil e sua instalação no Rio de Janeiro trouxeram para a colônia o status de Reino Unido de Algarves. Coube à D. João instituir alguns ministérios, entre eles o da Guerra, da Marinha, da Fazenda e do Interior. Estabeleceu órgãos fundamentais para o bom andamento do governo, como o Banco do Brasil, a Casa da Moeda, a Junta Geral do Comércio e o Supremo Tribunal. As melhorias não foram só econômicas, mas também culturais e educacionais. A Academia Real Militar, a Academia da Marinha, a Escola Real de Ciências, de Artes e Ofícios, a famosa Academia de Belas-Artes e dois colégios de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro e em Salvador, foram algumas das contribuições recebidas com a vinda da realeza para o Brasil. (Fonte: Sítio do Infoescola)

Essas transformações, não foram feitas em prol do povo, mas sim da nobreza que o acompanhava, pois logo em sua chegada, determinou aos nobres que escolhessem qualquer imóvel que lhe aprouvesse, e colocava as letras P.R (Príncipe Regente), determinando a desocupação dos moradores em um tempo ínfimo para acomodação dos nobres.

A imagem que D. João passa logo que chega não é bem vista por muitos moradores, que se vêem obrigados a ceder seus imóveis privados para que a coroa abrigue todos os que vieram consigo, os que aqui chegaram tiveram carta branca para escolher a

residência que melhor lhes conviesse. Feita a escolha, estas casas eram marcadas com as letras P.R, que queriam dizer Príncipe Regente, e a partir daí estipulavam um tempo determinado para que seus moradores as desocupassem. (Fonte: Sítio do Infoescola)

Suas ações iniciais, conforme ressalta o Coronel RRPM CAVALCANTI, em entrevista concedida ao Autor foram muito diferentes da sua partida, quando retirou todo o nosso dinheiro e ouro dos cofres do Brasil, tendo havido uma manifestação popular em sua partida, no dia 26 de abril de 1821, sendo contida pelas tropas, deixando aqui o Príncipe Regente, agradando a Portugal e ao Brasil:

O embarque de D. João foi bastante conturbado, pois este decidiu levar consigo o dinheiro e o ouro do Banco do Brasil. Foi necessário D. Pedro determinar que as tropas dessem um fim ao burburinho, evitando desta forma que o navio atracado fosse invadido e revistado. Desta forma, D. João foi-se embora, assim como nosso dinheiro esvaiu direto para os cofres de Portugal. (Fonte: Sítio do Infoescola)

Essa é mais uma forma de se identificar a forma deturpada de utilização da Polícia, quando se confunde a sua verdadeira utilização, em decorrência de ações omissivas ou comissivas por parte de quem faz o governo, no sentido de Administração Pública: o uso da força.

No Estado Democrático de Direito, instituído pela Carta Magna de 1988 (MORAES, 2001), a observância dos fundamentos da República Federativa do Brasil devem ser sempre observados e zelados, pois só assim, estará instalado do processo de solidificação da Democracia (BARROS, 2013)

2.3 Segurança Pública: A criação da Polícia e Bombeiros Militar de Pernambuco

2.3.1 A criação da Polícia Militar de Pernambuco

A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, datada de novembro de 1807, em Salvador/BA, conforme já afirmamos anteriormente, transformou a Colônia num império e, por consequência, a infraestrutura e a economia tiveram um novo impulso.

Assim que a Corte Real se instala no Rio de Janeiro, os *quadrilheiros*, que faziam a atividade de Polícia, não eram mais suficientes para realizar o policiamento das ruas e alamedas da capital.

A segurança pública, na época, era executada pelos chamados, quadrilheiros, corpo tradicional, existente desde a [Idade Média](#), responsável pelo policiamento urbano das [cidades](#) e [vilas](#) de Portugal, e que foi estendido ao Brasil colonial. Eles eram responsáveis pelo policiamento das 75 ruas e alamedas da cidade do Rio de Janeiro. (Fonte: [Sítio do Wikipédia](#))

Em seu aniversário, comemorado em 13 de maio de 1808, D. João VI cria a Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro, com os paramentos idênticos a da Guarda Real de Lisboa, que no futuro será a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo participação expressiva na Independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822, era composta por um [estado-maior](#), três [companhias](#) de [infantaria](#) e uma companhia de [cavalaria](#). (CAVALCANTI, 2013)

Na mesma sorte, a ganância da Corte Real era imensa, no mesmo tamanho era o descontentamento do seu povo, desde a instalação da Nobreza, face ao desalojamento involuntário dos brasileiros para dar abrigo aos nobres.

Esses acontecimentos fizeram surgir a insatisfação por parte do povo, os quais desafiavam as forças imperiais.

No nordeste, por exemplo, face a desenvoltura da cana-de-açúcar e a produção dos Engenhos, fez surgir logo após a Independência do Brasil, o movimento republicano revolucionário denominado *Confederação do Equador* (1824), envolvendo as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, constituindo-se num estopim para que D. Pedro designasse o Brigadeiro Lima e Silva para sufocar o movimento, que além de cumprir com as ordens da Corte, executou os líderes, dentre os quais *Joaquim da Silva Rabelo, o futuro Frei Caneca* (CAVALCANTI, 2012, p.137), e em 1825, criou-se o Corpo de Polícia da província de Pernambuco.

Observe-se que era muito difícil manter o Império coeso; não se afluava o espírito nacionalista, mas sim o local, nativista, para tal, evitar esses estopins, carecia de uma mudança na forma de administrar, logo, a exemplo do Rio de Janeiro (1809), em 11 de junho de 1825, após a Confederação do Equador, por Decreto Imperial, cria na Província de Pernambuco, um Corpo de Polícia, formado por um Estado-maior, uma Companhia de Cavalaria e duas Companhias de Infantaria, no intuito de convir para tranquilidade e Segurança Pública da cidade do Recife.

A Polícia Militar de Pernambuco surgiu através do Decreto Imperial, datado de 11 de junho de 1825, firmado pelo Imperador D. Pedro I, que criou, na então Província de Pernambuco, um corpo de Polícia, este convindo para a tranquilidade e segurança pública da cidade do Recife. (Decreto exposto no Salão de Honra do Quartel do Comando Geral). O referido Corpo de Polícia surgiu em decorrência da Confederação do Equador, movimento republicano revolucionário ocorrido em Pernambuco em 1824, e sufocado pelo Brigadeiro Lima e Silva, que atingiu as Províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, cujos revolucionários foram derrotados e vários executados, entre eles o pernambucano Frei Caneca. Esse Corpo de Polícia era composto de um efetivo inicial de 320 homens e constituído um Estado-Maior, uma Companhia de Cavalaria e duas de Infantaria. (Fonte: Sítio do Blog da Briosia)

É importante observar que passou a existir uma atividade de policiamento constante para preservar a ordem pública, mas ainda nos moldes de uma Força Armada, um Exército, guardando-se as devidas proporções; logo, tão logo surgisse qualquer revolta, os seus integrantes, graças a formação militar da força policial recém-criada, tratariam os seus nacionais da mesma forma que submeteriam a força, soldados de outra nação em conflito, mas no detalhe, com igual preparo para esse embate.

O Conceito de Segurança Pública numa região não democrata caracteriza a atividade de Polícia, exercida pela Força Armada ou ainda pela Força de Polícia contrário ao ordenamento pátrio, ou seja, ao invés de zelar pela paz social, age em favor do governante, mesmo num país que se diz ter instituído a democracia, *lembrando que há uma incompatibilidade entre a militarização da segurança pública e o aprofundamento da democracia* (ZAVERRUCHA, 2005)

Sob essa ótica, numa democracia, conhecer e zelar pelas leis constitui a premissa básica da força policial ostensiva, a qual irá às ruas para zelar pela preservação da ordem pública, ou seja, o seu exercício de *poder de Polícia* (MELLO, 2005)

Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Em linguagem menos técnica, podemos dizer que o poder de polícia é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual. Por esse mecanismo, que faz parte de toda Administração, o Estado detém a atividade dos particulares que se revelar contrária, nociva ou inconveniente ao bem-estar social, ao desenvolvimento e à segurança nacional. (MEIRELLES, 1999, p.115)

2.3.2 O primeiro serviço de extinção de incêndios nas Américas – Berço do atual Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco

O *Blog da Briosa*, institucional da Polícia Militar de Pernambuco, administrado pelo Historiador e criador do Museu da PMPE, Coronel RRPM Carlos Bezerra Cavalcanti, traz em seu preâmbulo, as informações que dizem respeito a criação dessa quase bissecular Corporação, uma das mais antigas do Brasil, criada oficialmente por Decreto Imperial, em 11 de junho de 1825, entretanto, nessa mesma página, encontramos a informação de que no Governo de Maurício de Nassau, “... *existe referência histórica a um contrato de Maurício de Nassau com a Companhia das Índias Ocidentais, da existência de uma Polícia Militar, conforme documento datado de 23 de agosto de 1636.*” . (Fonte: Sitio do Blog da Briosa)

É importante observar a preocupação de Nassau em dar a Mauricéia, a infraestrutura para seu desenvolvimento, logo, questões de Segurança local, diferente da Concepção Duarteina (Referência a Duarte Coelho), a preservação da ordem pública e das instalações se constituíam como parte importante de sua Administração e no mesmo mês que firma o contrato da Polícia Militar, dias antes, cria o serviço regular de extinção de incêndios, precisamente em “*7 de agosto de 1636, através da “Dag Notule”, ou seja, ata do Governo local para o Conselho dos XIX, na Holanda, responsável pela direção da Companhia da Índias Ocidentais.*” (CAVALCANTI, 2012)

Esse vem a se constituir no primeiro serviço de extinção de incêndios do continente americano, que foi criado em Recife, denominado de “*brandemeesters*”, que mais tarde vai ser essa denominação, importante comenda do atual Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, após sua emancipação da Polícia Militar de Pernambuco, em 1994, graças a Emenda Constitucional nº 4, de 22 de julho de 1994 (ALEPE), aprovada por Unanimidade pela Assembléia Legislativa de Pernambuco e Sancionada pelo Governador Joaquim Francisco, haja vista que essa importante instituição, constituía-se num Grande Comando da PMPE, conforme veremos a seguir:

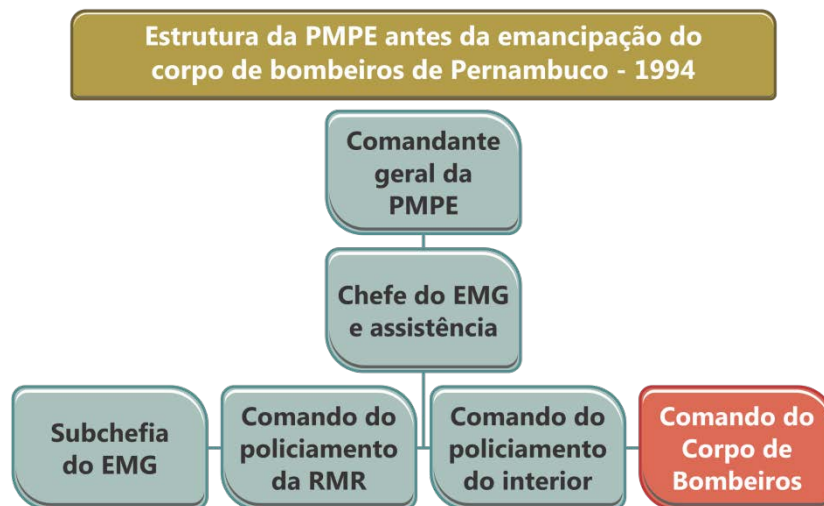


Figura 08 – Estrutura da PMPE – Fonte: o Autor.

Corpo de Bombeiros integrava a estrutura da Polícia Militar de Pernambuco, subordinado a sua doutrina operacional, logística, *ensino* e administrativa, antes de sua emancipação em 22 de julho de 1994.

Dessa forma, essa importante instituição do sistema de Segurança Pública do Estado de Pernambuco não possuía uma política própria de desenvolvimento, cabendo executar as ordens do Comando Geral da PMPE, inclusive repasses orçamentários financeiros, os quais não atendiam às peculiaridades do órgão. Mais tarde com a emancipação e criação da Taxa de Prevenção de Incêndios, o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco inicia o processo de reestruturação e modernização de equipamentos e qualificação de pessoal diferenciado, visando atender às demandas da sociedade. (CAVALCANTI, 2013)

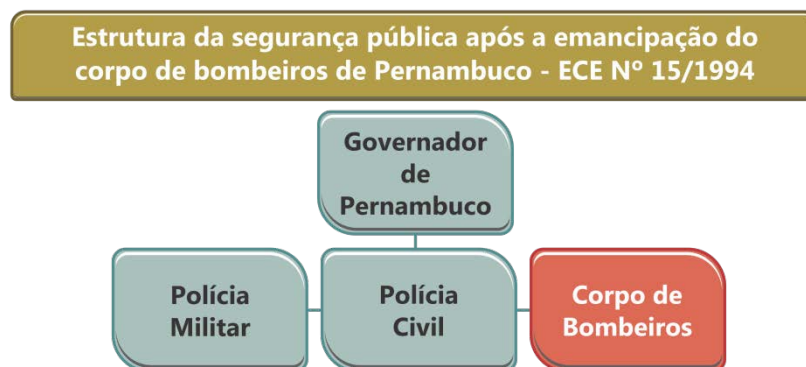


Figura 09 – Estrutura da Segurança Pública – Fonte: o Autor – Após ECE Nº 15/1994

2.4 A Participação do Brasil no cenário global: enfoques realistas e idealistas na relações internacionais da conjuntura regional e global na atualidade e sua contextualização com a Segurança Pública.

2.4.1 Segurança Pública: Governo Militar X Democracia em Consolidação

Aos fins da década de 80, precisamente em 03 de outubro de 1988, a Assembleia Nacional Constituinte, promulgou a Magna Carta da República Federativa do Brasil, “*instituinte assim o Estado Democrático de Direito, pondo fim ao regime autoritário*” (ZAVERRUCHA, 2005, p. 53), e aquele estado, no caput de seus artigos iniciais, tinha por escopo “*constituir uma sociedade livre e harmônica, sem qualquer discriminação, garantindo a todos o acesso à justiça para garantia dos seus direitos*” (MORAES, 2011, p. 22).

A preocupação do Constituinte foi garantir que ideias de ruptura com um passado de Direitos Humanos não observados, fizessem parte de uma história do nosso país, mas que estivesse garantido a sua não volta, logo, com o surgir da Democracia, faz com que todos os cidadãos ou estrangeiros gozasse de um novo Estado; a esse conjunto de ideias, faz com que nos deparemos com o enunciado de *constitucionalismo* (CANOTILHO, 2002, p. 0051), por todos venham a ser apreciados, mas no tocante aos Agentes Operativos das Polícias, em caráter obrigatório, aplicados, ou seja, o que está escrito nos incisos II e III do art. 1º da Constituição Cidadã, em que “*a cidadania: representa um status e apresenta-se simultaneamente como objeto e um direito fundamental das pessoas; a dignidade da pessoa humana: concede unidade de direitos e garantias fundamentais, sendo inerentes às personalidades humanas.*”(MORAES, 2011, p. 24)

Sendo esse o marco lógico da República Federativa do Brasil, faz-se então necessário um cortar laços com o não respeito aos Direitos Humanos pelos Agentes Policiais, “*a Policia faz parte de uma teia de instituições como a família, igreja, trabalho, etc., encarregadas de manter o controle social sobre o indivíduo e/ou grupo*” (ZAVERRUCHA, 2006, p. 11).

Diante desses episódios históricos, a preocupação dos Governantes nacionais foi a de promover a consolidação da Democracia, buscando reduzir os índices de violência num país de grandes possibilidades econômicas, para tal, vem utilizando de todos os meios para levar aos mais distantes rincões do Brasil, o conceito de constituição legal-formal, retirando essas comunidades do domínio do medo, imposto por aqueles que se encontram à margem da lei, ou seja, o conceito de Constituição Sociológica, “*manda quem tem poder de mando*” (TEMER, 1994, p.12).

Sendo esse o cenário, face ao grande poder de fogo da criminalidade organizada no Brasil, apesar da crítica dos *Cientistas Políticos*, “ou seja, questões de segurança pública, tornam-se assuntos de segurança nacional” (ZAVERRUCHA, 2004, p.139), sendo esse comentário, num contexto de reprovação, pela forma como outrora foi tratado pelos governantes maiores do Brasil, em Política pessoal, nos dias de hoje, esse fato é uma realidade; caso as Forças Armadas não emprestasse o seu poderio logístico e bélico em ações de Segurança Pública no Rio de Janeiro/Rj, no enfrentamento aos traficantes cariocas, as Polícias não tinham como enfrenta-los, logo, a paz interna carece de ser tratada como Segurança Nacional.

O cientista retro, ainda afirma que há uma incompatibilidade entre “a militarização da segurança pública e o aprofundamento da democracia” (ZAVERRUCHA, 2004, p.139), mas o que constatamos, diferente de um passado recente em que existia um excessivo controle das Forças Armadas sobre as Polícias Militares, essas, responsáveis pelo policiamento ostensivo fardado, na forma definida pela Constituição e, quando empregada as FFAA, era em desconformidade com à Lei.

Não precisamos ir muito longe e lembrar a atuação conjunta das Policias do Brasil e as FFAA, nos Jogos Pan-americanos de 2007 (Rio de Janeiro/RJ) e as recentes ocupações das grandes favelas fluminenses com o apoio dos Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, sem os quais, as Polícias, com a sua Logística disponível (operacional e/ou administrativa), teriam apenas realizado mais uma Operação de inquietação, e não de ocupação e as UPPs (Unidade de Polícias Pacificadoras), feitas pela Polícia Militar, jamais teriam se instalado na Vila Cruzeiro, Complexo do Alemão dentre outras comunidades, dominadas pelos traficantes.



Figura 10 – Armamento e munição - apreendida no Morro do Alemão pela Força Nacional de Segurança, em Operação conjunta com a PM do Rio de Janeiro/RJ; material utilizado em Guerras, muito superior ao armamento utilizado pelas Polícias em seu cotidiano. Fonte: Maj PMPE Robson

Apesar do poderio bélico dos traficantes, vê-se que o processo de humanização está presente e cada vez mais acentuado nas grades curriculares que estão sendo ajustadas nos Cursos de Formação dos Servidores Militares estaduais para serem implementados, em especial nas Polícias Militares, essas, por força constitucional ainda vestem farda e utilizam toda uma hierarquia baseada nas diretrizes doutrinárias do Exército, uma Força Armada que possui suas atribuições constitucionais, dentre as quais, “*garantir a Soberania do Brasil contra qualquer outra Nação*” (CARVALHO, 2004, p.71), mas as Polícias, mesmo as militares, são encarregadas de manter o controle social interno, “*garante-se a ordem pública por meio do exercício, pela Administração do Poder de Polícia*” (CARVALHO, 2004, p.703).

O que se constata enfim, consiste como algo “*sui generis*”, uma ruptura de domínio das Polícias Militares pelo Exército Brasileiro, garantindo sua autonomia de atuação na Segurança Pública, realizando a prevenção terciária, mas mantendo-a ainda como *Força Reserva e auxiliar* (MORAES, 2004).

O que a princípio parece dicotômico é justamente o inverso, pois as Forças Armadas colaboram com a Segurança Pública, logística e militarmente na retomada dos territórios ocupados e dominados pelos integrantes do tráfico, a exemplo do que ocorre no Rio de Janeiro/RJ, ao passo que a exemplo da interiorização da capital federal, Brasília (1964), essa pode interiorizar suas tropas mais adestradas para regiões de fronteira e centrais equidistantes do país, para poder garantir a Soberania Nacional, ante as grandes descobertas de recursos naturais (petróleo, urânio e água), e a criação da *SENASP, Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada pelo Decreto 2.315 de 4 de setembro de 1997* (ZAVERRUCHA, p. 130, 2005).

Apesar de criticada em sua origem, por estar nas mãos dos Militares, hoje é a principal responsável pela qualificação dos Servidores das Polícias, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais, enfatiza o Tenente Coronel QOPM Geová Silva Barros, Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, em entrevista concedida a este autor.



Figura 11 – Invasão do Morro do Alemão - Fonte: Maj PMPE Robson.

A imagem anterior demonstra a logística cooperativa das FFAA, precisamente do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil imprescindíveis para realizar o enfretamento e tomada do Morro do Alemão e levar o Estado Democrático de Direito aos mais conflitados rincões do Brasil tomado pelo tráfico de Drogas, mesmo com o risco da própria vida

Essa atitude, vista pela comunidade internacional (FIFA, ONU, OEA, por exemplo) que presencia o enfrentamento do Poder Político, vê com bons olhos essas ações bem sucedidas, pois tem viabilizando ao grande Tsunami Esportivo que o nosso país se predispôs a realizar e, como legado desses eventos, uma melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano e Mortalidade, aproximando-o de países desenvolvidos, face também ao poderio econômico de nossas jazidas de recursos naturais.

Nesses temos, é fato afirmar que o amadurecimento deste país perpassa por um processo de consolidação da democracia, contando com o apoio do povo e das Instituições Democráticas, em especial das Forças Armadas e Polícias Militares, responsáveis atualmente em promover o bem-estar social, para tal, buscar a qualificação dos servidores que fazem os órgãos de Segurança Pública dos Estados, por realizarem a Prevenção terciária, constitui premissa básica para preservar a ordem pública (MORAES, 2011).

2.4.2 Segurança Pública: a forma admitida pela Constituição cidadã de 1988

A Carta Constitucional Brasileira, traz em seu artigo 144, o seguinte teor:

“Art. 144. A Segurança Pública, *dever* do Estado, *direito* e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

- I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do [§ 4º do art. 39](#).”(CUSTÓDIO, 2000, P.18)

O legislador constituinte teve a preocupação em bem definir inicialmente quais os órgãos e suas devidas competências para promover a Segurança Pública no Brasil.

É conveniente afirmar que o artigo 144 da CF/88 não se encontra isolado em seu texto, muito pelo contrário, está ele harmonizado principalmente com as cláusulas pétreas, em especial às orientações do art. 1º e 3º, e nesse cenário, a primeira preocupação, está na observância do inciso II do art. 3º(CUSTÓDIO, 2000),

Os Agentes Operativos de Segurança Pública, em seu exercício, deverá observar que a sociedade brasileira abomina preconceitos, dentre os quais, aquele em que um Policial, em espécie, Ostensivo de Segurança Pública dos Estados (PM ou BM) autorizado a utilizar a força para manter a ordem, inclusive com armas de fogo, utiliza-se desse instituto e passa a violar a “*Dignidade da Pessoa Humana e aos Direitos Humanos*” (MORAES, 2011), por mera questão pessoal, direitos aqueles que nosso país, comprometeu-se perante a comunidade internacional zelar, tendo por ideal, repudiar a discriminação, em *latu senso*, nesses casos, incluam-se valores morais, personalíssimos, como por exemplo, orientação sexual.

Desse modo, estamos agora não apenas diante dos Fundamentos constitucionais, mas sim dos *Objetivos* (CARVALHO, 2004), de como o Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil, relaciona-se na promoção instituído e relatados no art. 3º da CF/88:

De outra parte, a Constituição enuncia no artigo 1º os fundamentos do Estado brasileiro e no artigo 3º trata dos seus objetivos. Distinguem-se, pois, os fundamentos dos objetivos. É que aqueles são inerentes à estrutura do Estado e do Poder, enquanto estes se acham fora da estrutura do Estado, algo externo a ele, e que devem ser buscados por meio de ações do Estado e da própria sociedade (construção de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (CARVALHO, 2004, p. 339-340)

É sob os auspícios dessa orientação constitucional que as Polícias, ou até mesmo as Forças Armadas quando do exercício da atividade policial deve zelar, “... *construção de uma sociedade livre, justa e solidária, ..., promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*” (CARVALHO, 2004, p. 339-340)

A existência de uma instituição e agentes que prestam um serviço de qualidade, para que a nossa nação seja admirada politicamente e assim, almejar aos seus ideais, que a princípio, integrar a um assento no Conselho Permanente de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Esse é o espírito de nossa Lei constitucional no que tange a Segurança Pública, mas para tal é necessário um esforço de todos.

Essa forma de agir na ordem interna refletirá política e administrativamente perante o conceito da população, pois as atuações em desconformidade com esses preceitos jurídicos, podem levar os Policiais a condenações penais, cíveis e administrativas e, ao país, receber votos de censura e o nosso, que é considerado pelos grandes blocos políticos e econômicos (União Europeia, OEA, MERCOSUL, dentre outros), vir a se consolidar como uma Democracia.

Em virtude da questão de segurança pública, pelo contexto sócio constitucional vir a ser também uma questão de Segurança Nacional, em sentido estrito, quando observado os “*Princípios da Administração Pública e ao Interesse Público*” (MELLO, 2004), mesmo a comunidade acadêmica opinando de forma contrária (ZAUERUCHA, 2005), quanto ao

emprego da Forças Armadas, havendo desvio de conduta pelos integrantes das corporações e a condescendência dos governos em não apurar as infrações, os anseios, os ideais brasileiros vir a serem frustrados, em melhor português, não atuar, agindo com omissão também se iguala a quem age em desconformidade com ela.

É a observância daqueles princípios, pelos seus Agentes, em especial ao do Princípio da Eficiência, enumerado no caput do art. 37 de nossa Magna Carta, que será a tônica da qualidade do emprego das Forças de Segurança:

... princípio da eficiência é aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. (MORAES, p. 347, 2011).

É desse modo que nossos Policiais virão a integrar as Forças de Paz da ONU e nossas Forças Armadas, integrarão além das Forças de Paz, caso um dia venha o nosso país a ocupar um assento na Comissão de Segurança da ONU, integrar forças de ocupação.

Em 2012, a Fragata Pernambuco, integrante da Esquadra de Superfície Naval da Marinha do Brasil, foi participar de uma manobra no Mediterrâneo, na região costeira da faixa de Gaza.

Melhor ainda, o Comandamento da missão militar é do nosso país, oportunidade que este autor aproveitou para colher as informações do parágrafo anterior, em entrevista informal junto a tripulação, em visita aquela embarcação Militar.

2.4.3 Segurança Pública em Pernambuco pós Constituição de 1988.

2.4.3.1 A Criação da Secretaria de Defesa Social em Pernambuco

Passados mais de 10 (dez) anos da Promulgação da Constituição Federal de 1988, a mesmo tendo o Corpo de Bombeiros se emancipado em 1994, os órgãos da Segurança Pública em Pernambuco, no caso, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil, esta última, responsável pela Polícia Judiciária do Estado, possuíam status de Secretaria, despachando diretamente com o Governador, gerindo suas ações de forma compartimentada, do mesmo modo que administravam o seu orçamento, sem se enxergarem.

Esse antigo processo de gerenciamento da Segurança Pública, levava a solução de continuidade, conforme este autor vivenciou, ainda enquanto ocupava os cargos de Tenente e Capitão.

O Policiamento Ostensivo, ao invés de privativo, era quase que exclusivo da Polícia Militar, ao passo que a Polícia Judiciária, era também exclusiva da Polícia Civil, quando na realidade, existe ainda a competência residual das Polícias e Corpos Bombeiros Militares em realizar o Inquérito Policial Militar (IPM), por serem força reserva e auxiliar do Exército, conforme giza o “§ 6º *As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.*” (MORAES, 2011)

Visando uma modificação desse cenário, o Governador Jarbas Vasconcelos, encaminhou proposta de emenda constitucional a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), visando modificar os artigos 61, 100 e 102 da Constituição Estadual, sendo que a principal mudança para Segurança Pública, ocorreu em decorrência da nova redação do artigo 102, após a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 15, de 26 de janeiro de 1999:

"Art. 102. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, regular-se-ão por estatutos próprios que estabelecerão a organização, garantias, direitos e deveres de seus integrantes, estruturando-os em carreira, tendo por princípio a hierarquia e a disciplina". (Fonte: [Sitio de Pernambuco / ALEPE](#))

Esse vai se constituir no grande marco lógico de Pernambuco, ocasião em que o “*status*” de Secretaria dos órgãos operativos de Segurança do Estado é modificado e se busca articular as ações de Segurança Pública de modo global e articulado, sem sofrer solução de continuidade; vejamos a modificação Político-estrutural a seguir:

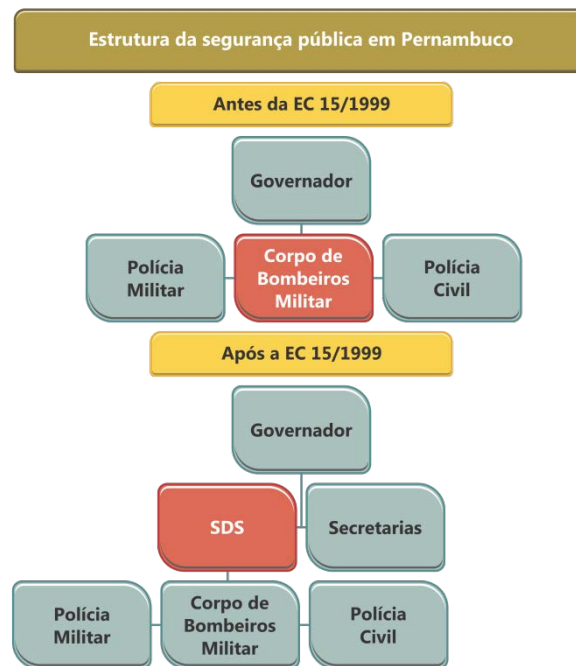


Figura 12 – Estrutura da Segurança Pública em Pernambuco após a Emenda Constitucional nº 15/99. Fonte: O Autor.

Apesar desse avanço legal, administrativamente, a nomeação seguiu a mesma orientação do Governo Federal ao criar o Ministério da Defesa, ou seja, na União, o General Alberto Cardoso, e no Estado de Pernambuco, o General Adalberto Bueno da Cruz, o que se vê claramente ainda, nesse momento, é “*uma incompatibilidade entre a militarização da Segurança Pública e o aprofundamento da democracia.*” (ZAVERRUCHA, p.129, 2005)

É de bom alvitre lembrar que o país havia passado por um momento conturbado com a greve das Polícias e Bombeiros Militares do Brasil, no ano de 1997, os quais por determinação constitucional são impedidos de sindicalizarem-se e de fazerem greve (MORAES, 2011).

Ao longo do primeiro mandato, compreendido entre 1999 a 2002, o sistema de ensino da Secretaria de Defesa Social (SDS) ainda permaneceu desarticulado, ficando a formação, aperfeiçoamento e capacitação sob a direção dos seus órgãos operativos; nesse período, ainda existia a Academia de Polícia Militar do Paudalho (local de formação dos Oficiais da PM e CBM), o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (local de formação, capacitação e aperfeiçoamento de praças) e o Centro de Instrução Bombeiro Militar (local de formação, capacitação e aperfeiçoamento de praças, mas também com a incumbência de realizar a formação específica dos Oficiais).

Politicamente, a direção da SDS sofreu várias mudanças, o próprio General Bueno, passou cerca de 04(quatro) meses, assumindo interinamente, o Procurador Paulo de Biase, e

em seguida, numa reviravolta, assume a pasta, o então Chefe do Estado-Maior da PMPE, o especialista em Ensino Militar, Cel QOPM Iran Pereira dos Santos, tendo como Adjunto, o Delegado Nilson Motta, que antes de ingressar nos quadros da Polícia Civil foi Oficial Temporário do Exército Brasileiro.

Nesse período compreendido de outubro de 1999 a janeiro de 2001, em que a SDS foi dirigida por integrantes genuinamente oriundos dos seus órgãos operativos de Segurança, o esforço para integrar os seus órgãos operativos, com formação única, deu-se utilizando a capacitação conjunta de Agentes, Praças, Delegados e Oficiais das Corporações Militares Estaduais, de forma presencial, no campus da Universidade Federal de Pernambuco, realizando o Curso de Polícia Comunitária, cujo objetivo era integrar as ações das corporações e seus servidores, humanizando o atendimento ao cidadão, começando por uma transformação interna das corporações, principalmente as Militares Estaduais, fato esse vivenciado pelo Autor.

O investimento em capacitação de Recursos Humanos e em infraestrutura foi custeado principalmente com a Fonte 0245 – Fundo de Desenvolvimento da Segurança, mas apesar desse esforço, o ingresso de novos PMs e BMs em espécie não ocorreu de forma a recompletar os efetivos que se aposentavam. (Fonte: DEIP/PMPE)

Os índices da criminalidade, face a escassez de policiamento ostensivo, elevaram-se e em 2000, devido ao movimento paredista dos Cabos e Soldados, esse projeto de Polícia Comunitária é praticamente abandonado e, pela mudança política na SDS, passando agora para o Procurador Estadual Gustavo Lima, o sistema de ensino permaneceu o mesmo, mas com a reeleição do Governador Jarbas Vasconcelos, logo no início de 2003, foi aprovada a Lei Complementar nº 49/2003, a qual veio a dispor sobre as áreas de atuação, a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo dando outras providências, inclusive a finalidade e competência da SDS:

LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 31 DE JANEIRO DE 2003.

Dispõe sobre as áreas de atuação, a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo, e dá outras providências.

Art. 11. Os órgãos integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo têm as seguintes finalidades e competências:

X - Secretaria de Defesa Social: promover a defesa dos direitos do cidadão e da normalidade social, através dos órgãos e mecanismos de segurança pública, integrar as ações do Governo com vistas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio no âmbito do Estado; planejar, coordenar e controlar as atividades de polícia ostensiva, de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, e de defesa civil, prevenção e combate a sinistro; prover a execução das ações de polícia técnica e científica e de medicina legal; exercer as atribuições de polícia administrativa e de fiscalização de atividades potencialmente danosas; manter-se articulada com órgãos competentes para a execução da polícia ostensiva

de guarda, de trânsito e do meio ambiente; realizar serviços de resgate, busca e salvamento, socorro e atendimento pré-hospitalar emergencial às vítimas de acidentes e calamidades; e assegurar, por atuação conjunta dos seus órgãos de segurança, a execução das políticas públicas de prevenção e repressão à criminalidade e de prevenção e controle de sinistro; controlar e manter em funcionamento o sistema penitenciário do Estado, mediante a guarda e administração dos estabelecimentos prisionais, buscando a ressocialização do apenado; (Redação alterada pelo art. 1º da [Lei nº 12.636, de 14 de julho de 2004.](#))
Fonte: (Sitio de PERNAMBUCO/ALEPE)

2.4.3.2 A Criação da Academia Integrada de Defesa Social em Pernambuco (ACIDES/SDS)

É a partir dessa Lei Complementar que o ensino da Secretaria de Defesa Social começa a ganhar novos rumos, tendo a frente da SDS, o Político João Batista Meira Braga, tendo a frente da Gerência Institucional de Capacitação e Prevenção (GICAP), a senhora Fátima Bahia, órgão que vai unificar a política de ensino da SDS, na forma do artigo 46 da LCE Nº 049/2003:

Art. 46. Para os fins de que trata o artigo anterior, ficam:

I - criada a Academia Integrada de Defesa Social do Estado – ACIDES - PE, composta pelos Campus de Ensino Recife; Campus de Ensino Metropolitano I e II; Campus de Ensino Mata; Campus de Ensino Agreste e Campus de Ensino Sertão, vinculada à Secretaria de Defesa Social, com o objetivo de preparar o ingresso, formação e aperfeiçoamento das autoridades policiais civis, servidores policiais civis, militares e bombeiros militares do Estado, policial técnico-científico, peritos, médicos legistas, datiloscopistas e agentes penitenciários; (Redação alterada pelo art. 1º da [Lei Complementar nº 66, de 19 de janeiro de 2005.](#)) (Fonte: [Sitio de Pernambuco / ALEPE](#))

É dessa forma que se inicia o processo de humanização, obedecendo a uma política humanizada da formação dos servidores dos órgãos operativos de segurança pública em Pernambuco, obedecendo ao organograma a seguir:

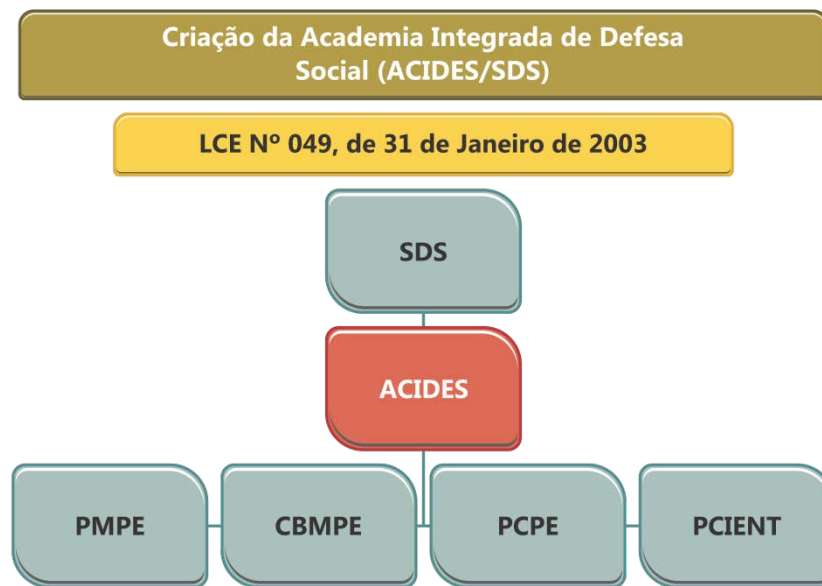


Figura 13 – Criação da ACIDES/GICAP. Fonte: O Autor.

Cada *campus*, segundo o atual Gerente da GICAP, Tenente Coronel QOPM Geová Silva de Barros, durante a nossa entrevista, é responsável pela formação específica de um segmento dos órgãos operativos de Segurança Pública da SDS, mas nada impede que um venha contribuir com a capacitação dos Agentes Públicos de outros órgãos, vejamos a imagem abaixo, a qual reproduz o texto da Lei Complementar Estadual Nº 066/2005:



Figura 14 – Criação da GICAP e desdobramento do campus ACIDES/SDS. Fonte: O Autor.

2.5 Pacto Pela Vida e a educação a distância

2.5.1 Elevação da qualidade profissional

Passados quase 08 (oito) anos de criação da Secretaria de Defesa Social, após o Governador Jarbas Vasconcelos se desincompatibilizar do Poder Executivo para disputar as Eleições de 2006, ao Senado, assumiu o Governo de Pernambuco, o Exmo Sr. Mendonça Filho, o qual iria disputar às eleições ao cargo máximo do Executivo.

Para assumir a pasta da SDS, trouxe o Delegado de Polícia Federal, Sr. Rodney Rocha Miranda, que de forma coincidente, demonstra a preocupação com a capacitação dos Agentes Operativos de Segurança, em reunião no Estado-Maior da PMPE, da qual este Autor se fez presente.

Inicia-se então um ciclo presencial de “*certificação de cabos*”, oportunizando aos Soldados com cerca de 30 (trinta) anos de efetivos serviços prestados a Corporação, mas que não tiveram oportunidade de ascenderem ao primeiro degrau da Hierarquia Militar e em conformidade com o artigo 21 da LCE 59, iniciou-se a maior quantidade de promoções já realizadas nas Corporações Militares Estaduais, podendo os PMs e BMs agora certificados e promovidos à graduação de Cabos, durante a passagem para inatividade (Reserva ou aposentadoria), novamente serem promovidos a 3º Sargento PM, um sonho quase inatingível há um ano atrás, antes da sanção da LCE 59/2004:

“LEI COMPLEMENTAR Nº 59, DE 5 DE JULHO DE 2004. Redefine as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado, e dá outras providências.

Art. 21. Fica assegurada aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção.” (Fonte: Sítio da ALEPE/LEGISPE consultado em)

Terminado o pleito eleitoral de 2006 é eleito Governador do Estado de Pernambuco, o Sr. Eduardo Henrique de Accioly Campos, o qual buscou informações sobre a situação de violência do Estado, ocasião em que Recife/PE era considerada a capital mais violenta do país (Fonte: SIE/DGO)

Tão logo assumiu encaminhou vários projetos de lei a Assembleia Legislativa de Pernambuco, valorizando a meritocracia, dentre as quais a capacitação se constituía e se

constitui até hoje para oficiais e praças, mas não quis incorrer nos mesmos erros cometidos pela gestão anterior e a forma de preencher as lacunas mais rapidamente, era contratar pessoal e capacitar o mais rápido possível.

Tão logo terminou o primeiro quadrimestre de 2007, lança o PACTO PELA VIDA, Plano Estadual de Segurança Pública dirigente, que previa, dentre as principais metas, recompletar os efetivos dos Órgãos Operativos de Segurança já no seu primeiro mandato, conseguindo esse feito na PMPE no terceiro ano de seu 1º Mandato, e com o Corpo de Bombeiros, no ano de 2011, chamando todos aqueles que outrora fizeram concurso e não foram convocados para o Curso de Formação de Soldados.

Coincidente, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) inicia um programa de capacitação em massa e Pernambuco sai na frente de todos os estados do Brasil e os nossos Agentes Operativos foram os mais aquinhoados com a *Bolsa Formação*, assim relata o atual Gerente da GICAP, em entrevista concedida a este Autor, no dia 20 de dezembro de 2013.

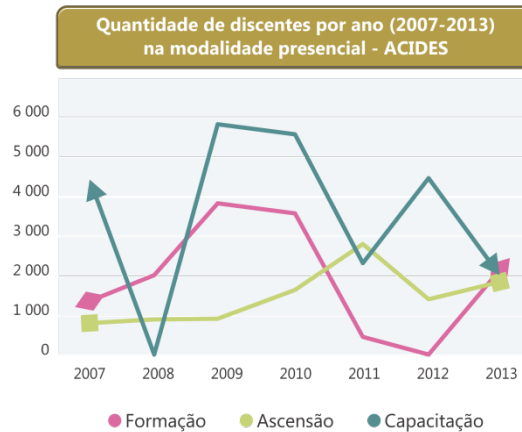
Alie-se a esse fator, a decisão da GICAP/SDS de só autorizar, em 2008, o cadastro de Instrutores habilitados a ministrar aulas no âmbito da Secretaria de Defesa Social, aqueles que tivessem cursado, através da plataforma da SENASP, o Curso de Nivelamento de Instrutores, dessa forma, o nível pedagógico dos docentes teve o primeiro impacto, haja vista que em qualquer *campus* da ACIDES/SDS poderiam existir docentes de qualquer órgão operativo, afirma o Tenente Coronel QOPM Geová Barros.

Mais adiante, visando elevar o nível de qualificação dos docentes, passado esse primeiro momento, através da Portaria SDS Nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, por atividade compulsória, faz com que os possíveis candidatos a docente da ACIDES/SDS, especialize-se cada vez mais, obrigando-o a estudar fora do horário do expediente e, a saída para tal situação foi ingressar em cursos oferecidos na modalidade a distância, que a princípio constituiu-se numa única opção, mas posteriormente, numa nova estrutura de estudar e apreender conhecimento.

Afinal, a Educação a distância vai até ao discente onde quer que ele se encontre, constitui a sua Responsabilidade Social (LIMA, 2013), e dessa forma, a qualidade não só dos docentes, mas de todo corpo de Agentes Públicos dos órgãos operativos de Segurança da SDS, tiveram a oportunidade de se qualificar sem prejudicar os seus serviços.

Registre-se que através da modalidade EAD, o número de capacitados se torna muito superior ao presencial. Vejamos o gráfico abaixo da quantidade de discente na modalidade de presencial. Fonte ACIDES/SDS:

Gráfico 1 – Quantidade de discentes capacitados presencialmente. Fonte: Autor



Com base nesses dados, passemos a análise do comportamento das curvas no público-alvo dessa pesquisa:

Antes porém, observe-se que ao atingir as metas estabelecidas no Pacto Pela Vida em 2009 (BARROS, 2013), o ingresso de Agentes Públicos nos Órgãos Operativos de Segurança tiveram a mesma tendência de queda, entretanto, a ascensão profissional, através da constante Qualificação Profissional manteve uma curva de ascendência (2011), oportunizando um maior contingente a alçar a escala hierárquica.

O benefício dos cursos de habilitação de acesso as graduações superiores, denominados de aperfeiçoamento, possibilitam ao discente adquirir conhecimento e ao mesmo em tempo, perceber uma elevação da remuneração, ocasião em que hoje, podemos ofertar cursos a distância para um contingente muito maior aos quadros da PM e BM, através da Educação a distância, hoje empregada em larga escala com as turmas de sargentos, por ocasião do Curso de aperfeiçoamento de Sargentos.

3 SEGURANÇA PÚBLICA OSTENSIVA PERNAMBUCANA CONECTADA POR M-LEARNING

3.1 Considerações iniciais

Conforme pudemos visualizar no capítulo anterior, a Segurança Pública em nosso país, *é dever do estado, direito e responsabilidade de todos* (MORAES, 2011, p. 833)

Seguindo essa premissa constitucional, analisando a velocidade de como se dá a mudança do comportamento da sociedade, em decorrência de episódios histórico-político-social, há uma constante necessidade de adaptabilidade das Forças Ostensivas de Segurança, em espécie, objeto dessa dissertação, em Pernambuco, haja vista que se exige cada vez mais do Agente Ostensivo dos Órgãos Operativos da SDS, face ao desenvolvimento e investimentos no Estado, um conhecimento mais acurado de sua profissão (BARROS, 2013) e a modalidade de Educação a Distância, constitui-se no grande aliado por capacitar esses agentes, em curto espaço de tempo, em qualquer lugar, sem que esses profissionais deixem de executar suas funções originárias.

Segundo Cavalcanti (2013), nos anos 80, o Brasil teve 02(dois) grandes eventos, que esse historiador ressalta: a visita do Papa João Paulo II (nas cercanias do viaduto Joana Bezerra) e o Show dos Menudos (Estádio de Futebol do Santa Cruz).

Apesar de serem grandiosos, tanto o evento religioso, quanto o artístico, não houve qualquer incidente de repercussão a ser veiculado pela imprensa, muito pelo contrário, a Polícia Militar de Pernambuco foi elogiada (à época, o Corpo de Bombeiros Militar se constituía num grande Comando da PMPE).

Tanto um quanto outro entrevistados concordam que a época o processo de formação era presencial, inexistindo a modalidade a distância, mesmo que se utilizasse livros ou apostilas que viabilizassem essa modalidade, na PMPE, essa prática era inaceitável, principalmente nos anos 70 e parte de 80, quando a formação era basicamente militar e a época, a democracia não havia sido instituída em nosso país.

Com a difusão da tecnologia, principalmente utilizando a rede mundial de internet, o mundo passou a ficar a “*apertar*” do mouse e várias pessoas podem estar conectadas a uma mesma informação ao mesmo tempo.

Isso vem a se caracterizar num *hipertexto*, o qual está associado ao formato de documentos dispostos em máquina que permite o armazenamento e a distribuição de

informações interligadas por links a qualquer pessoa, em qualquer lugar. (XAVIER, 2009, p.112):

Fica evidente que a não socialização desse conhecimento, na forma da citação retro, não se constitui num hipertexto, pois, os textos podem ser eletrônicos, mas não compartilhados, logo tiramos outra conclusão:

Nem todo texto eletrônico é um hipertexto, mas todo hipertexto precisa ser eletronicamente produzido. Um texto escrito em um processador, que não há links previstos e inseridos e que não seja indexado à grande rede não pode ser classificado como hipertexto on-line. (XAVIER, 2009, p. 111)

É sob esse manto que a presente dissertação se sustenta, ou seja, socializar a informação de forma verbal ou não-verbal, de modo que haja uma constante interação e velocidade de informação a ser disponibilizada, visando a orientação da tropa de forma assíncrona ou síncrona, principalmente síncrona, pois o emprego dos Agentes Ostensivos de Segurança Pública da Secretaria de Defesa Social (entenda-se Policiais Militares e Bombeiros Militares), quando estiverem desenvolvendo suas atividades ordinárias (cotidianas), estão nas ruas, podendo deparar-se com qualquer tipo de situação que venha a exigir sua intervenção, pois é seu poder-dever de agir, ou seja, “ *O poder do administrador público, revestindo ao mesmo tempo o caráter de dever para a comunidade é insuscetível de renúncia pelo titular*” (MEIRELLES, 1999, p.90)

Fica então a lição de que tanto o PM e o BM, no exercício da profissão, terá que agir por força de lei (MEIRELLES, 1999), mas para que tal atitude venha a se manifestar, deve esse estar bem preparado profissionalmente, de modo que em sua formação, tenha sido bem demonstrada a forma correta de sua conduta; não foi a toa que houve a seguinte preocupação por parte dos autores do Manual Procedimentos em ocorrência:

É mister salientar quanto à frase popular “**Use o bom senso**”, de conteúdo indefinido, imensurável e desprovido de valor jurídico, não cabe no exercício da função do Policial Militar, profissional que tem o dever legal de agir nos conflitos sociais, arriscando a própria vida em defesa dos bens jurídicos fundamentais (a vida, a liberdade, a honra, o patrimônio, etc.), pelo seguinte motivo: na sociedade, os seus julgadores críticos estão sempre de prontidão para opinar em desfavor das ações mal sucedidas do Policial Militar e, sumariamente, coloca-o no campo das injustiças pelo insucesso. (FILHO, 2008; MESQUITA, 2008 e CÂMARA, 2008, p.14)

É mais que oportuno frisar que a obra acima, em sua primeira edição teve apenas uma tiragem de 2.000 (dois mil) exemplares, e a sua revisão, em igual número, note-se que para um universo de cerca de 10% (dez) por cento do total das PMs e BMs apenas receberam o

aludido manual, que se fosse disponibilizado num AVA, por exemplo, todos poderiam ter acesso ao mesmo tempo, sem contar com a economia ao meio-ambiente, possibilitando uma uniformização dos conteúdos a serem passados.

Mas é bom frisar que para haver esse dialogismo digital, faz-se necessário que o ambiente seja dialógico, e seus atores (emissor e receptor, mediados por uma linguagem), estejam biopsicossocialmente envolvidos, de modo que haja no futuro, inversão dessa situação, ou o receptor venha a se transformar num emissor e este no receptor, quando assim as circunstâncias ensejarem,

As relações dialógicas são, portanto, relações entre índices sociais de valor que, como vimos, constituem, no conceitual do Círculo de Bakhtin, parte inerente de todo enunciado, entendido não mais como unidade da língua, mas como unidade da interação social; não como um complexo de relações entre palavras, como um complexo de relações entre pessoas socialmente organizadas. (FARACO, 1999, p.66)

Essa associação da linguagem com a utilização dos aplicativos dos “*smathphones*”, entenda-se todo aparato de transmissão digital que seja capaz de disponibilizar aplicativos que venham a despertar os mais diversos sentidos do ser humano (visual ou auditivo, por enquanto), quer seja por linguagem verbal e/ou não verbal, conhecendo os conteúdos a serem socializados de modo a proporcionar segundo Bakhtin (1986, p. 131-132): “*A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo, compreender é opor à palavra do locutor uma contra palavra*”

A tecnologia em si sem a linguagem é um apanhado de meros botões; mas esta vai lhe dar sentido, pois irá proporcionar a adequabilidade do uso das TICs em prol do aprendizado, o que pretendemos alcançar com o *m-learning*.

Para entender melhor esse processo, o Autor durante o Mestrado, realizou duas pesquisas de campo, uma no ano de 2012 (Maio/2012) e outra em 2013 (mês de junho), dos quais aquele já se constitui num artigo científico que irá ser submetido a publicação e o segundo, após a conclusão deste trabalho.

Passemos então a narrativa dos estudos de caso para compreender sua importância na implantação de um programa de governo, sob o título dessa dissertação.

3.2 Estudos de casos

3.2.1 O Uso de Mensagens telefônicas para instrução síncrona do contingente da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para instrução do efetivos empregado na praia de Boa Viagem, exemplificando a forma de realizar o *m-learning* através de SMS

3.2.1.1 Intróito

O final do século passado, após a promulgação da nossa Constituição Federal no ano de 1988, fez surgir um Estado Democrático de Direito, nas suas linhas iniciais, o fundamento desse novo Estado é formar uma sociedade mais justa, fraterna e harmônica (MORAES, 2011, p. 22).

Esse se constitui o marco do fim do regime autoritário, “*entre 1964 e 1985, o Brasil experimentou o mais longo regime militar de sua história*” (ZAVERUCHA, 2005, p. 53), associando a idéia de ruptura com um regime Ditatorial e fazendo surgir uma Democracia, estamos assim, diante do conceito de constitucionalismo (CANOTILHO, 2002, p. 0051), logo, os fundamentos da República deveriam ser observados por todos, em especial no tocante a atuação de Agentes das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, em especial daquela, está desse modo, evidenciado nos incisos II e III do art. 1º da Constituição Cidadã:

a cidadania: representa um *status* e apresenta-se simultaneamente como objeto e um direito fundamental das pessoas; *a dignidade da pessoa humana*: concede unidade de direitos e garantias fundamentais, sendo inerentes às personalidades humanas.” (MORAES, 2011, p. 24)

Sendo esse o marco lógico da República Federativa do Brasil, faz-se então necessário um cortar laços com o não respeito aos Direitos Humanos pelos Agentes Policiais, “*a Policia faz parte de uma teia de instituições como a família, igreja, trabalho, etc., encarregadas de manter o controle social sobre o indivíduo e/ou grupo*” (ZAVERUCHA, 2006, p. 11).

Diante desses episódios históricos, com a consolidação da Democracia, ajustes nos Cursos de Formação começaram a ser implementados em especial nas Policias Militares, essas, por força constitucional ainda vestem farda e utilizam toda uma hierarquia baseada nas diretrizes doutrinárias do Exército, uma Força Armada que possui suas atribuições constitucionais, dentre as quais garantir a Soberania do Brasil contra outra nação (CARVALHO, 2004, p.71), mas as Polícias, mesmo as militares, são encarregadas de manter o controle social interno, “*garante-se a ordem pública por meio do exercício, pela Administração do Poder de Polícia*” (CARVALHO, 2004, p.703).

Segundo orientação doutrinária, o Poder de Polícia “*surge secundariamente com a administração e se efetivam de acordo com as exigências do serviço público e com os interesses da comunidade.*” (MEIRELLES, 1999, p.113) e, no Brasil como um todo, os Estados-membros da Federação iniciaram uma mudança na formação dos seus Agentes Policiais, sendo esse passo de grande importância para se construir uma Policia Cidadã, próxima a sociedade.

No Estado de Pernambuco, o marco legal está na Lei Complementar 49, de 31 de janeiro de 2003, na extinção da Academia de Polícia Militar e cria a Academia de Polícia do Estado, a qual tem a incumbência de realizar a formação e aperfeiçoamento de todos os integrantes das Polícias estaduais, nos moldes das diretrizes do Ministério da Justiça visando o enfrentamento à violência.

Art. 46. Para os fins de que trata o artigo anterior, ficam: I - criada a Academia de Polícia do Estado, vinculada à Secretaria de Defesa Social, com o objetivo de preparar o ingresso, formação e aperfeiçoamento das autoridades policiais civis, servidores policiais civis, militares e bombeiros militares do Estado, policial técnico-científico, peritos, médicos legistas, datiloscopistas; II - desativadas as Academia de Polícia Civil e Academia de Polícia Militar, Centros de Instrução, Formação e Aperfeiçoamento de Praças e Oficiais da Polícia Militar e Centro de Ensino e Instrução do Corpo de Bombeiros Militar, alocados seus acervos, atribuições, recursos orçamentários, materiais e humanos, direitos e obrigações na Academia de Polícia do Estado; III - fixada, além da jornada normal de trabalho, a jornada especial, em regime de plantão, para os integrantes dos órgãos componentes do sistema de segurança pública, gerido pela Secretaria de Defesa Social, civis ou militares, em doze horas de atividade por trinta e seis de repouso, respeitadas as situações especiais definidas em regulamento; §1º A Academia de Polícia do Estado, órgão à nível de Superintendência Técnica, terá sede no Município de Paudalho, onde atualmente funciona a Academia da Polícia Militar de Pernambuco. §2º O Poder Executivo, no prazo de cento e vinte dias consolidará, através de decreto, as medidas necessárias ao integral funcionamento da Academia de Polícia do Estado, harmonizando a grade curricular dos diversos cursos com a abrangência que lhe é conferida.” (Fonte: Sítio de PERNAMBUCO/ALEPE)

Nesse período se inicia os processos de Educação a distância pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas ganha reforço em 2007, em decorrência a acessibilidade a tecnologia, especialmente na grande rede “*Internet*” e muitos dos Servidores da Segurança Pública, não necessitam deixar seus pontos de trabalho ou suas residências para se deslocar aos centros acadêmicos com o objetivo de se capacitarem.

Esse tipo de Educação continuada, que visa ao aperfeiçoamento profissional é intensificado com a instalação dos Centros de Operações dos quartéis das Polícias Militares, haja vista que os Policiais Militares passavam mensagens uns aos outros, sobre escalas de serviço, hora do término do serviço, endereços, telefones, enfim, o seu cotidiano, vencendo barreiras do caótico trânsito que afeta as grandes cidades e vencendo também a barreira do caos das telefonias por voz, ou seja, a confidencialidade e viabilidade das informações tramitavam via SMS, mas de modo informal.

Assim, diante desse cenário, a princípio iremos apresentar conteúdos doutrinários necessários a compreensão do dialogismo bakhtiniano, visando promover uma educação continuada dos Policiais Militares em serviço, realizando um reforço de conteúdos atitudinais

(Vigotsky) para mudança de comportamento desses Agentes Públicos, visando elevar a sensação positiva de tranquilidade pública a sociedade.

3.2.1.2 Viabilidade do “*m-learning*” na educação continuada do Policial Ostensivo via SMS

Com o advento da “*internet*”, e o aprimoramento dos aparelhos de telefonia móvel com aplicativos mais sofisticados e a modificação do sistema de banda larga ofertado pelas Operadoras de telefonia móvel, as pessoas não necessitam mais permanecer em suas residências, em frente ao seu computador pessoal para interagir umas com as outras (MOURA, 2009).

A facilidade de uso entre crianças, adolescentes e jovens mostra que em breve teremos toda uma geração já familiarizada com estes instrumentos digitais e suas funcionalidades. O que não exclui o uso e aceitação destes aparelhos por adultos e pessoas da terceira idade (TOTTI, 2011, p.2).

Essa facilidade de utilização dos aparelhos de conexão móvel, já nos remonta a uma consolidação do uso dos aplicativos que promove uma interatividade cada vez mais frequente, seja por voz, vídeo, chat, redes sociais, entretanto, a comunicação via SMS, é a mais antiga, ficando atrás apenas da voz e, sem sombra de dúvidas, esses aplicativos dos aparelhos de telefonia móvel, faz com que o homem supere os obstáculos do espaço/tempo, haja vista que no cotidiano, elas são vistas como um meio rápido e personalizado:

Na Irlanda, na França, na Noruega, na Hungria e em todos os outros países da Europa, o telefone celular tem criado a base para a implementação do *m-learning*. Desse modo, o celular provém mobilidade e comunicação para os jovens. Por esse motivo, várias instituições já estão migrando sua base de comunicação instantânea com os alunos do e-mail para o celular. *Além de ser seguro e personalizado, o SMS permite a rápida verificação da recepção da mensagem.* (FORMIGA, 2009, p. 83)

Essa condição citada acima, além ser segura, personaliza a mensagem transmitida via SMS, é condição “*sinequa non*” para viabilizar o aprendizado via *m-learning*, pois a segurança das pessoas e a dos próprios policiais são otimizadas, quando do recebimento das mensagens com procedimentos a serem adotados em ocorrências, minimizando os riscos de sua atuação.

3.2.1.3 O *m-learning* dos Agentes Ostensivos de Segurança via SMS

A Experiência com o *m-learning* são uma novidade em países escandinavos ou norte-americano (FORMIGA, 2009). Essa prática hoje se difunde em nosso país, em decorrência da melhoria da tecnologia de transmissão de dados, via banda larga 3G, 3GS ou 4G e os aparelhos cada vez mais sofisticados.

Entretanto, diante do cenário que se coloca atualmente esse processo de levar conhecimento aos discentes, num processo apenas hierarquizado, não haverá constituição de uma ponte mediadora pela palavra (BACKTHIN, 1997), entre o emissor e o receptor da mensagem, logo, as informações que se predispõe ao objetivo atitudinal (VIGOTSKY) não atingem a esse objetivo se não for dialógica.

Os conteúdos **atitudinais**, podem ser agrupados em: valores, atitudes ou normas. Dentre esses conteúdos podemos destacar a título de exemplo: a cooperação, solidariedade, trabalho em grupo, gosto pela leitura, respeito, ética. Vale ainda salientar que esses conteúdos estão impregnados nas relações afetivas e de convivência que de forma alguma podem ser desconsiderados pela escola como conteúdos importantes de serem trabalhados. (Coll, César. 1986)

É sobre esse sentido de construção do conhecimento que contemple a apreensão deste que o aprendizado via “*m-learning*” deve se fundar, buscar arrimo, no dialogismo, numa construção dual, não apenas hierárquica e repetitiva, pois estamos lidando com operações mentais complexas que vão exigir do Policial Militar a capacidade de processamento de ideias, uma apreensão do conhecimento responsivo e responsável, não carecendo sempre de autorização do seu superior para tomar decisões que ele sabe ser correta.

A esse processo construtivista de conhecimento continuado, deve-se aliar uma linguagem dialógica, de modo que o discurso seja entendível.

Tomar como ponto de referência apenas os gêneros primários leva irremediavelmente a trivializá-los (a trivialização extrema representada pela lingüística behaviorista)

A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários do outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões do mundo). (BAKTHIN, 1979, p. 282)

É oportuno lembrar que o Policial Militar, sob o ponto de vista constitucional, enquanto executor de ordens, não se encontra mais naquele marco “*em obedecer estritamente*

sem pensar”, muito pelo contrário, ele integra uma sociedade que irá lhe cobrar comportamentos admitidos em lei, que resguarde o direito do cidadão e o seu próprio.

Portanto, desde a formação Policial Militar, o conhecimento deve ser ministrado com um discurso de aprendizado que não o leve a trivialização, muito pelo contrário, conduzi-lo ao raciocínio e contextualização biopsicossocial de suas atribuições, logo, em se tratando de construtivismo na educação, *“não existe melhor maneira de resumir educação do que considerá-la uma organização de hábitos de conduta e tendências de comportamentos adquiridos”*(COLE, 2007, p. 89)

3.2.1.4 O cenário de campo da pesquisa

O local escolhido foram os 10 (dez) Km de praia que se estende da Praia de Boa Viagem até ao Pina, precisamente na localidade denominada “Buraco da velha”, utilizando os PMs e BMs que executam seus serviços na modalidade a pé ou em bicicleta, os que estão mais próximos ao público e dispõem apenas de comunicação via rádio ou de seus telefones de comunicação móvel.

Diante desse cenário, preparou-se um grupo de 05 (cinco) mensagens, as quais foram veiculadas no horário compreendido das 08:00 às 13:00 horas do dia 06 de maio de 2012 (domingo) e que seriam transmitidas a 50% (cinquenta) por cento do efetivo lançado no terreno, que corresponde a 25% (vinte e cinco) por cento do efetivo de AOS (Agentes Ostensivos de Segurança – PMs e BMs) que executam esse serviço de apoio proximal (a pé) a população, sendo esse o seu primeiro atendimento nas ocorrências.

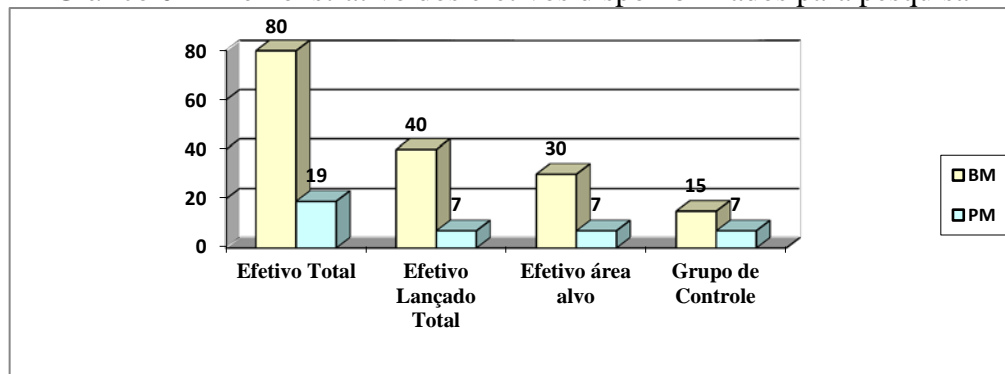
Para melhor compreender os estímulos, transcrevemos as mensagens passadas via SMS aos integrantes do Grupo controle, passando-se pelos Agentes Fiscalizadores (Tenente BM IURY e Tenente PM ADELSON, este integrante do 19º BPM, responsável pela fiscalização do policiamento lançado nas praias de Boa viagem e Pina, na cidade de Recife e, aquele, nas atribuições de Tenente de Operações, responsável pelo lançamento do efetivo Bombeiro Militar no local da pesquisa), eis então as mensagens que foram transmitidas, ressalte-se que o grupo de controle tinha conhecimento do experimento:

Nessa etapa complementar, encaminharemos as mensagens abaixo, donde solicito dos Oficiais de serviço, observarem o comportamento do efetivo lançado no terreno às instruções transmitidas abaixo: 1) “Bom dia a todos!, Desejo um ótimo serviço!” Tenente PM ADELSON / Tenente BM IURI. 2) “Prezado PM/BM, ao atuar, nunca se esqueça dos princípios da abordagem: RAPIDEZ, AÇÃO VIGOROSA,

UNIDADE DE COMANDO, SURPRESA e SEGURANÇA. A observância desses princípios, salvaguardará sua vida e a do próximo!” Tenente PM ADELSON / Tenente BM IURI; 3) Distribua o material informativo que está em sua posse com a população ao seu redor, o qual traz o seguinte teor: “GOVERNO DE PERNAMBUCO: ESTAMOS AQUI PARA PROPICIAR SUA SEGURANÇA! NECESSITANDO DE AJUDA, PROCURE-NOS!” Tenente PM ADELSON / Tenente BM IURI; 4) Observando indivíduos em atitude suspeita ou em situação de risco, aborde-os, utilizando sempre as técnicas de abordagem e observando os seus princípios. Tenente PM ADELSON / Tenente BM IURI; **(Fonte: O autor)**

Vejamos então os gráficos abaixo, os quais representam os efetivos do grupo controle:

Gráfico 02 - Demonstrativo dos efetivos disponibilizados para pesquisa



Fonte: O Autor

Fazendo uso da matemática, na área alvo, foram pesquisados 50% do total de BMs e 100% (cem) por cento dos PMs lançados no terreno.

A metodologia, consistia em se ter a posse de aparelhos de telefonia móvel e ciente dos números telefônicos do Grupo controle, a pesquisa se iniciou com a transmissão de mensagens no bairro do espinheiro às 02(duas) primeiras, as 02(duas) seguintes, no bairro do pina e, a última, na divisa da praia de Boa viagem com piedade e, todas as mensagens foram recebidas pelo grupo controle, constatada por acompanhamento através da chamada telefônica (uso da transmissão de voz) e *feedbacks* ofertados pelo grupo controle.

Nesse último caso, constatou-se a importância da mensagem telefônica como elemento motivador do policiamento ostensivo, quando procedida de maneira correta, quando promover a mediação.

A mediação que opera a relação do educador com o educando, na especificidade daquilo que constitui o fenômeno educativo, acontece pela interação dos interlocutores localizados, enunciativamente, no movimento de linguagem dos agentes educacionais. Ou seja, o educador, ao atuar como locutor, constrói com a linguagem verbal e não-verbal um projeto de produção de sentido que o identifica como educador, tipificando, simultaneamente, do ponto de vista do educador, a identidade do educando, o que significa dizer que o educador e o educando, assim constituídos, constituem-se a partir da mediação de um projeto de linguagem. (FERNANDES, 2012, p.100)

Esse trecho em destaque, publicado na *Bakhtiniana*, São Paulo, 7 (2): 95-108, Jul./Dez. 2012, reflete o quanto é importante o dialogismo no SMS, pois, os Gestores que são superiores aos administrados devem compreender que as suas informações passadas por SMS, mesmo sendo imperativas, no sentido de atendimento, devem respeito a quem as recebe, haja vista que também possui uma capacidade de interpretação das informações recebidas.

As entoações do discurso, desta feita, utilizando signos visuais, SMS, devem concorrer para não só vencer o espaço tempo, mas buscar uma apreensão de conteúdos que modifiquem o seu comportamento e, que se tenha em mente o processamento das informações recebidas são para otimizar suas atuações durante o serviço.

Consiste em vencer o espaço/tempo e ainda através do uso da linguagem, transpassar uma barreira invisível erguida pelos administrados de que a tecnologia é aplicada nas suas corporações tendo por escopo apenas a fiscalização vertical (FOCAULT).

Ao fazer uso de SMS dialógicos, contextualizados, sequer foi preciso fazer a checagem por voz, o Receptor, um integrante do grupo controle, ofertou o *feedback*, respondendo com entusiasmo, respondeu a mensagem recebida.

Ao repassar a terceira mensagem, ciente do teor biopsicossocial do discurso e a ponte construída com as palavras encaminhadas via SMS, recebemos o seguinte feedback: “+5581xxxx0378. 06/05/2012. 10:30. OK TEN IURI. GRATO POR SUA COLABORAÇÃO. SEMPRE ALERTA. SALVAR!... SD BM L...GRATOOOOO” (**Fonte: O autor**)

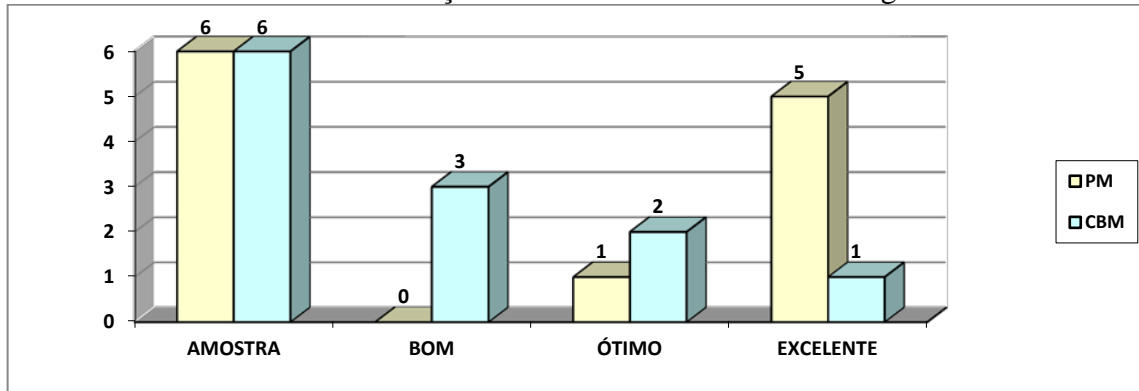
Estabelecida a relação dialógica, o *feedback*, foi quase que imediato, ou seja, 20 (vinte) minutos após receber o estímulo. É um registro benéfico, pois logo em seguida, uma outra mensagem respondeu a entrega dos panfletos: “+5581xxxx0378. 06/05/2012. 10:58. OK TEN ... MISSÃO 1 CUMPRIDA..... SALVAR!..” (**Fonte: O autor**)

A melhor dessas contribuições da pesquisa de campo foi ter comprovado o receptor ter se transformado num emissor, interagindo, também através de SMS, mantendo a confidencialidade inerente a Segurança Pública, encaminhando a seguinte SMS: “+5581xxxx9150. 06/05/2012. 11:53. ALGUM QTC SOBRE A CHUVA” (**Fonte: O autor**)

Explicando, QTC¹, integra ao código de transmissão via rádio, e significa *alguma mensagem/ordem/orientação* sobre a situação em que se encontra; esse fenômeno da natureza é de crucial importância aos Bombeiros na função de guarda-vidas, pois influenciam diretamente no seu serviço.

Após a realização das pesquisas de campo, os discentes foram submetidos a um questionário em que responderam questões atinentes ao tempo de serviço, suas idades cronológicas e se achou importante o recebimento de SMS para instrução da tropa no terreno durante a execução do serviço, cientificando-os por exemplo, da existência de um roubo a estabelecimento comercial e, um dado importante que podemos constatar tanto na PMPE quanto no CBMPE, expressamos nos gráficos a seguir:

Gráfico 3 - Demonstrativo da satisfação sobre o recebimento de mensagens durante o serviço.

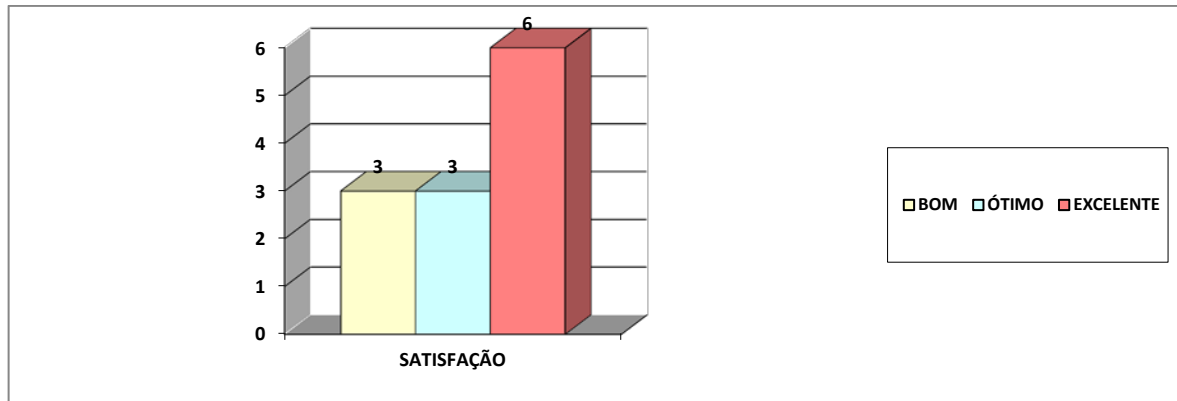


Fonte: O AUTOR

Compactando as informações retro, fica fácil evidenciar que há uma aprovação por parte dos Agentes Operativos de Segurança Ostensivos em participar da pesquisa, a qual busca dentre outras vertentes, viabilizar através da tecnologia associada a linguagem, a elevação do contexto biopsicossocial, aos quais estão envolvidos, dessa forma, após coleta de dados, apresentamos graficamente a expressão dessa vontade na página seguinte:

¹Esse conjunto de letras integra o código de comunicação da linguagem codificada “Q” e o conjunto de letras consiste numa situação vivenciada pelo Militar. As Polícias Militares por força de lei se constituem em força reserva e auxiliar do Exército Brasileiro. Essa é mais uma demonstração de como, mesmo em tempos modernos e democracia do quanto essas instituições de segurança interna recebem influência da formação tipicamente militar. No caso em Questão, QTC significa “*alguma ordem? Alguma mensagem?*”.

Gráfico 4–Grau de satisfação por recebimento de mensagens para instrução.



Fonte: O AUTOR.

3.2.1.5 Considerações finais da pesquisa de campo

Após a realização das pesquisas de campo e conhecer a importância de se estabelecer pontes entre emissor e receptor, via SMS para otimizar a educação continuada dos Agentes Ostensivos de Segurança, constatamos o seguinte:

a) É possível, diante da tecnologia e qualidade de serviços hoje disponível no mercado, a realização do processo de ensino-aprendizagem, educação continuada dos AOS que estiverem executando seus serviços ordinariamente, contribuindo para otimização da qualidade do Policiamento Ostensivo.

b) Mais importante que a disponibilidade tecnológica é a capacidade de estabelecer uma ponte dialógica (BAKTHIN, 1979), de modo que o discurso ganhe força não na entoação, mas nos signos transmitidos, levando-se em consideração que apesar de existir uma hierarquia, estamos construindo o conhecimento para uma sociedade mais justa e solidária, de forma responsiva e responsável, possibilitando ao discente/executor a possibilidade de apreender e aplicar o conhecimento, sem necessariamente se reportar ao seu superior, consiste numa mudança comportamental mediada pelo diálogo, pois nesse processo, 03(três) fatores proporcionam o compreender responsivo e viabilizam o *m-learning* via SMS:

Para que se alcance o acabamento do enunciado (que proporciona a possibilidade de compreender de modo responsivo), há três fatores ligados em seu todo orgânico: a) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; b) o querer-dizer do locutor (intuito discursivo); c) a escolha de um gênero discursivo (formas estáveis do gênero do enunciado). Sendo assim, definida a temática, a individualidade do sujeito se adapta ao gênero discursivo determinado em função da especificidade de uma dada área da comunicação. (ELICHIRIGOITY, 2008, p. 183-184)

Por tudo que está escrito, pode-se afirmar que o processo de ensino-aprendizagem dos Bombeiros e Policiais Militares não acontece em decorrência da tecnologia, essa é o meio

para que se alcance o conhecimento através de diversas mídias, mas é a linguagem que proporciona a ferramenta, em espécie, no *m-learning*, a operacionalização do dialogismo, na ponte entre o emissor-receptor, visando a modificação de comportamentos para bem atender a sociedade, superando os obstáculos cotidianos.

3.2.2 Construção de uma rede Síncrona de *m-learning*

3.2.2.1 O Cenário do Estudo de caso

Considerando a experiência anterior, constante no item 3.2.1 desta dissertação, passamos ao ponto mais ousado, estabelecer uma rede de comunicação, tendo:

1) 01 (Uma) base situada em Recife/PE, utilizando um *smartphone*, nesse caso o do autor, simulando o Centro de Operações Policiais (CIOP), base essa que fica situada no Quartel do Comando Geral da PMPE, denominada *sala de videomonitoramento*, espaço físico que visualiza às câmeras espalhadas na Região Metropolitana do Recife.

2) 01 (Uma) base situada na cidade de Caruaru/PE, localizada a 120 (cento e vinte) quilômetros do Recife, distância a que se encontra o *Smartphone* do autor (CIOP), ficando a base de Caruaru, denominada de Centro Integrado de Ações Locais (CIAL)

3) 10 (Dez) pontos de patrulhamento, utilizando *smartphones*, que interligados ao CIAL e CIOP, de modo que haja interação entre todos, em qualquer direção, de modo que se possa testar a qualidade das transmissões e constituição de pontes dialógicas.

O grande diferencial do estabelecimento dessa rede é a interação, haja vista que os emissores que se encontram na *sala de videomonitoramento*, para poder se comunicar com os Agentes Ostensivos dispostos no patrulhamento das ruas *com viaturas*, deverá utilizar um meio diverso de comunicação, ou via rádio, ou via telefonia móvel particular dos Agentes Públicos em comento; aqueles que não possuem aparelho de rádio para se comunicar, estão alheios ao mundo, em especial ao que se refere ao seu emprego nas ruas.

Na experiência monitorada por este autor, nenhum outro meio de comunicação para estabelecer a rede de interação e síncrona de aprendizado por telefonia móvel, teve de ocorrer através tão somente dos aplicativos existente nos *smartphones* e através desse conjunto de informações, orientar e receber orientação, principalmente, pelo envolvimento biopsicossocial dos atores.

Os conceitos de CIOP¹ e CIAL² foram vistos pela primeira por ocasião do autor ter ido participar dos V Jogos Mundiais Militares, realizados no Rio de Janeiro/2011, dando início ao grande *tsunami* esportivo, ao qual o Brasil se propôs a realizar até 2016.

A seguir, apresentamos uma visão interna do CIAL, instalado na praia de Copacabana, nas proximidades do Forte Copacabana, por ocasião da prova de Triatlo, última prova do evento, possuindo contato direto através da Telemática com o Centro de Integrado de Operações, localizado no centro do Rio de Janeiro/RJ.

Visão interna do CIAL/2011 V Jogos Mundiais Militares



Figura 15 – Visão interna do CIAL – Fonte: O autor

A ideia é constituir uma rede com baixo custo e realizar um processo de ensino-aprendizagem tendo a linguagem adequada entre emissor/receptor, biopsicossocialmente envolvidos na busca do dialogismo, pois inter-agir consiste em fazer e desfazer, construir e desconstruir num jogo simultâneo dinâmico e dialógico (FREIRE, 1987):

¹ Centro Integrado de Operações Policiais

² Centro Integrado de Ações Locais

O diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p.79)

Logo, buscar o inédito, a interação entre os agentes apenas utilizando os aplicativos de *smartphones* para fazer essa interação, deverá se levar em conta não apenas a tecnologia pura e simples, mas principalmente, na formação da rede, o diálogo para ser o diferencial no aprendizado, buscando transformar o receptor e emissor, aquele num sujeito (FREIRE, 1987), conforme esquema a seguir:

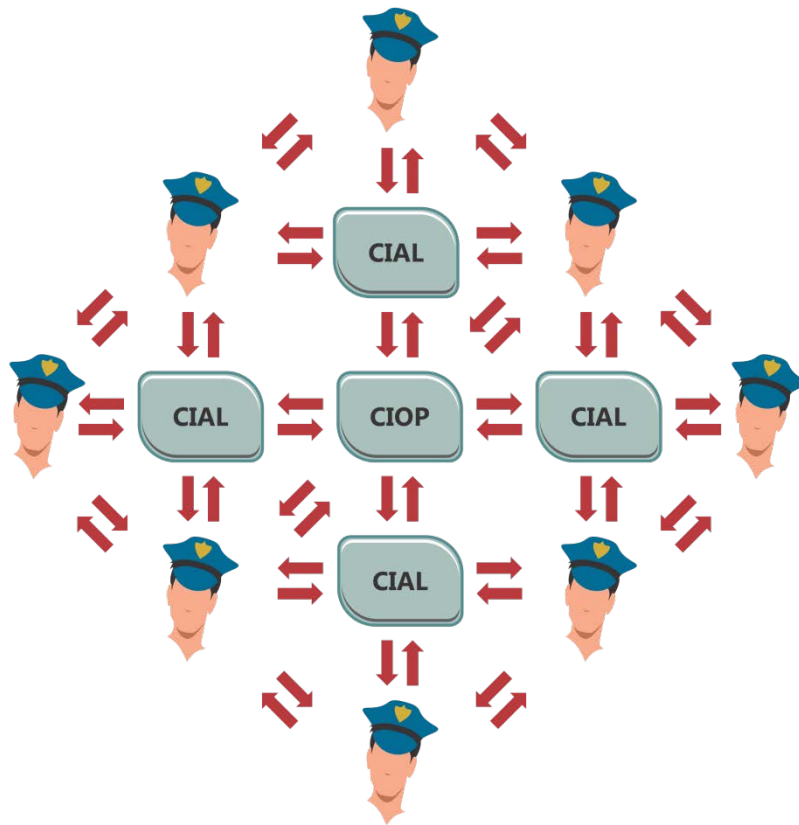


Figura 16 – A rede de interação – Fonte: O autor

Observemos que a importância do estudo de caso não é o emprego da tecnologia puramente; essa está disponibilizada e ao acesso de qualquer um, entretanto, à práxis do educador/mediador, no caso o CIOP, exercido pelo autor, que deverá proporcionar a “*ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido.*” (FREIRE, 1987, p.38)

O início desse processo se deu com a apresentação no dia 1º de junho de 2013, por ocasião da reunião presidida pelo Tenente Coronel PM CAMPOS, Comandante do 4º BPM,

situado na cidade de Caruaru, local de maior concentração das atividades juninas, nesse momento, todos os PMs e BMs tomaram conhecimento do experimento que iria ser feito; na ocasião, a Sd ÉRICKA DANIELLE, pertencente ao 21º BPM (Vitória de Santo Antão) foi escolhida e aceitou participar voluntariamente como elo de ligação entre o CIOP (Autor/emissor) e os demais componentes das patrulhas a pé.

Diferente das viaturas, agora possuíam os PMs, uma comunicação entre si, entre o CIAL (Sd ÉRICKA DANIELLE) e o CIOP (o autor desta dissertação).

Desde os primeiros experimentos, houve a necessidade de adaptação, pois devido a problemas administrativos, ou seja, o envolvimento de alguns comandantes de tropa em aceitar o experimento e até mesmo tecnológico, constituíram-se em óbices para transmissão de dados, observemos algumas imagens que poderão contribuir com a produção do conhecimento e a viabilidade de transformar essa dissertação num programa de governo;

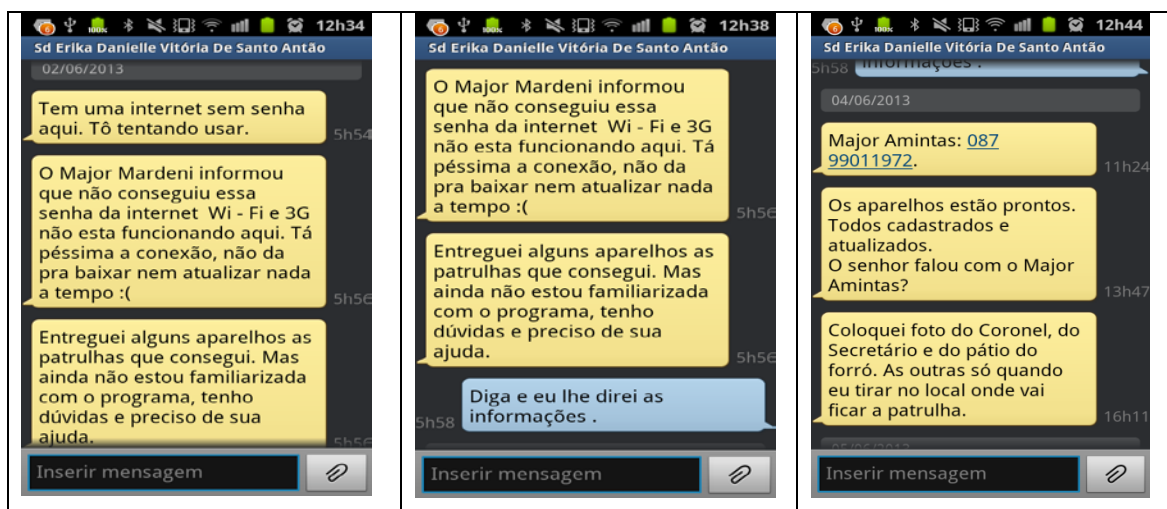


Figura 17 – Diálogo entre o CIAL e o CIOP – Fonte: O autor.

Note-se o envolvimento biopsicossocial do CIAL, o qual está preocupado com os resultados do **CIOP**; expressa o sentimento de tristeza num símbolo ☹, linguagem ã verbal.

Esses 03 (três) primeiros dias, compreendidos entre 02 a 04 de junho, os problemas administrativos e tecnológicos, praticamente inviabilizaramo andamento da pesquisa de campo, entretanto, o envolvimento do receptor, ciente de que utilizando os dispositivos do *smartphone* para que o emissor viesse a concretizar o *m-learning*, surtiram efeito, conforme veremos o seu envolvimento biopsicossocial e este autor nada poderia fazer se não houvesse a compreensão do receptor e se estabelecer o diálogo:

Dialogismo é a ciência das relações formuladas por Bakhtin através da observação da interação existente na dinâmica das enunciações, dos organismo, dos fenômenos e do homem como mundo. O dialogismo celebra a alteridade, a necessidade do outro, tornando-se, deste modo, a categoria primordial através da qual Bakhtin pensará as relações culturais. Todos os fenômenos analisados à luz do dialogismo são considerados em sua bidirecionalidade, a orientação de um Eu para com o outro. (MACHADO, I. 1995, p.310)

Esse envolvimento foi o diferencial para que a pesquisa viesse a se concretizar no futuro, conforme veremos em imagens, mensagens, fotos, e constatar-se-á tal importância nessa pesquisa, para tal, ilustramos com as novas mensagens:



Figura 18 – Diálogo entre o CIAL e o CIOP – Fonte: O autor.

Graças ao envolvimento do receptor, a interação deu prosseguimento, ou seja, concretizou-se, fruto do dialogismo, a forma bidirecional.

Diante do compromisso e esforço do interacionismo, buscando uma ponte para realizar o processo de ensino-aprendizagem, que os participantes desse processo, buscaram realizar a troca de informações, entenda-se na maior parte procedida pelo “receptor”, o qual motivado, passou a se transformar em “emissor” repassando o conhecimento por mensagens escritas e ativação, é essa a motivação para mudar o comportamento dos agentes públicos, ou seja, uma mudança de atitude, que segundo Bakhtin (1995, p. 123), constitui “*constitui a realidade fundamental da língua.*” O que importa não é o enunciador (eu) ou o enunciatário (tu), mas a interação construída a partir do diálogo que se estabelece entre o “eu-tu”, justamente a ponte dialógica.

Diante dessa assertiva, observemos então algumas imagens que foram fotografadas, demonstrando a viabilidade de se fazer a comunicação e através dela, realizar a instrução dos Agentes Ostensivos de Segurança Pública Ostensiva de Pernambuco, através da *modalidade a distância*, utilizando-se os aplicativos dos *smartphones* e mudar o cenário de desconfiança por parte da sociedade em relação a atuação dos Agentes Operativos de Segurança Pública desses órgãos.



Figura 19 – De cima para baixo, da esquerda para direita – 1) Sala de vídeo-monitoramento; 2) Vídeo chamada com o CIAL (SdÉricka); 3) Patrulhas lançadas no terreno; 4) a interação receptor-emissor, em decorrência da figura 5 (uma linguagem não verbal); 5) Disposição das patrulhas no Pátio do Forró; 6) CIAL. Fonte: O autor.

Para efeito de esclarecimento, o estudo de campo em análise tinha por objetivo verificar a possibilidade de funcionamento da tecnologia, que utilizado na forma instituída pelo envolvimento biopsicossocial, viesse a demonstrar a viabilidade de se utilizar os diversos

aplicativos dos *smartphones*, para no futuro, sob a proposta desta dissertação, de forma segura, realizar a gestão, controle e promoção do conhecimento, o *m-learning*.

3.2.2.2 Considerações importantes sobre o experimento

Os valores não são conhecidos, mas o investimento que o Estado de Pernambuco fez no monitoramento por câmeras de vigilância, a título de investimento, corresponde a cerca de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de Reais). (Fonte: SDS)

Para se ter uma ideia da expressividade dessa cifra, apenas a sala de vídeo monitoramento instalada no Comando Geral da PMPE, incluindo reforma para substituir o cabeamento de telemática, custou aos cofres públicos, inicialmente R\$ 1,5 (milhão) de Reais. (Fonte: DGO/PMPE).

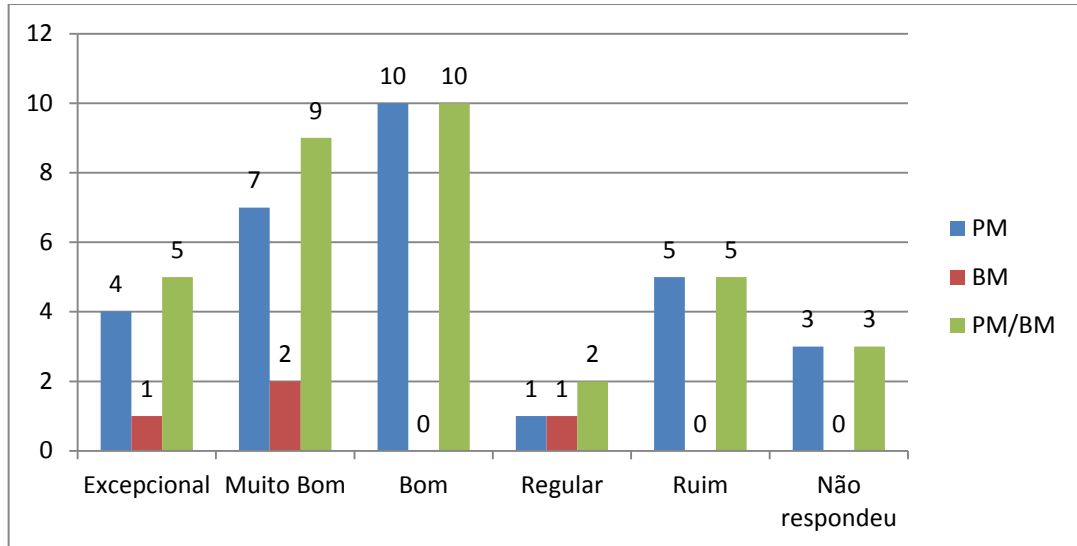
Os valores podem até ser expressivos, mas hoje toda a RMR está monitorada (pelo menos os pontos mais críticos), ajudando em muito na resolução de crimes; o Autor por exemplo, já pode constatar “*in loco*”, a atuação da PM, capturando que acabaram de cometer delitos, graças a essa vigilância, entretanto, para serem acionados, outro equipamento, o rádio transceptor das viaturas tiveram que ser acionados.

A sala de vídeo monitoramento em apreço, constante na figura 1 da página anterior é deveras importante, entretanto, ela não interage com o Agente Ostensivo de Segurança que se encontra de serviço no terreno, motivo pelo qual, na pesquisa descrita no item 3.2.1 desta dissertação, existe uma certa desconfiança por parte daqueles Agentes, que a priori, sentem desconfiança sobre o uso da tecnologia em prol da segurança pública, como sendo um meio de fiscalizar se ele está fazendo algo errado.

Ao concluirmos nossa pesquisa de campo, aplicamos um questionário, contendo uma enquete realizada em outubro de 2013, no período de 21 a 25 de outubro de 2013, com o efetivo da Região Metropolitana do Recife, que foi hipotecado (que saiu de Recife e ficou desenvolvendo suas atividades de Policiamento Ostensivo na Operação São João de Caruaru, por 30 (trinta) dias, tendo um público estimado na PMPE e CBMPE em 300 (trezentos) PMs e 40 (vinte) BMs, respectivamente, numa amostra de 10% (dez) por cento, 30 (trinta) e 4 (quatro) integrantes de cada órgão operativo ostensivo da SDS, feita pelo Autor buscando analisar duas questões:

a) O grau de confiança que eles possuem nas câmeras de vigilância da Secretaria de Defesa Social e os GPS instalados nas viaturas em prol do Agente Operativo de Segurança Pública da SDS (entenda-se PMs e BMs), obtendo a seguinte constatação:

Gráfico 05 – Análise da Amostra de confiança em relação às câmeras de Vigilância.



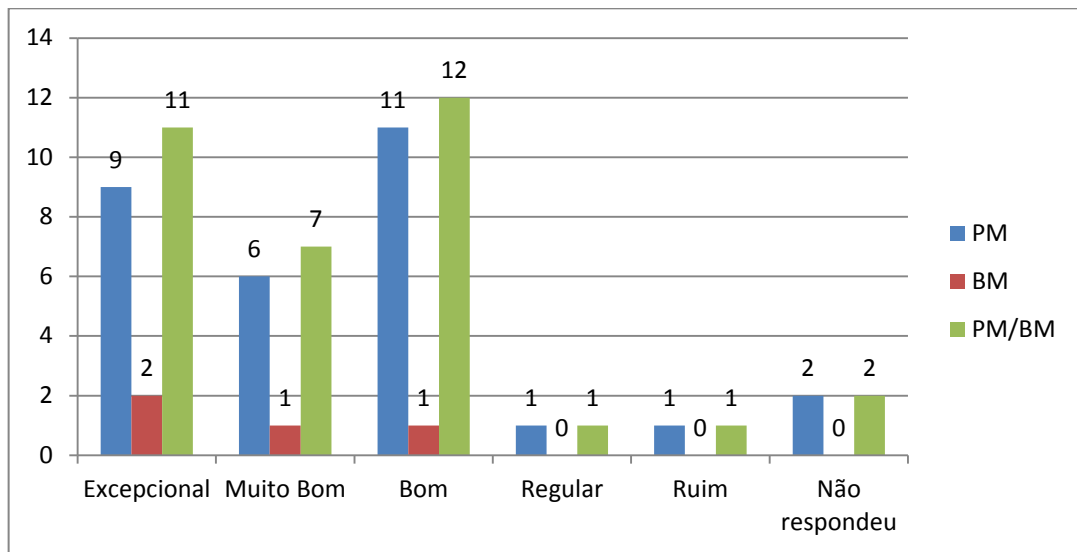
Fonte: O Autor.

A amostra do Gráfico anterior, dá pra se concluir que apesar da desconfiança de uma boa parcela da amostra da população, existe uma tendência satisfatória com o uso das câmeras de vigilância; pode-se dar crédito, aos inúmeros casos que o Centro Integrado de Operações de Defesa Social, CIODS¹, consegue desvendar, entretanto, a desconfiança está se dá em virtude de não haver uma explicação pelo Gestor de que a tecnologia está a disposição dos PMs e BMs, como tal fato não acontece, as conclusões tiradas, por esses servidores.

a) A Segunda questão do nosso questionário, foi saber qual a visão que ele teve da interação dos aplicativos dos smartphones, na instrução do Policiamento Ostensivo:

¹ Antes na PMPE, existia o Centro de Operações Policiais Militares, COPOM, o qual tinha a incumbência de gerenciar as ocorrências por toda a Região Metropolitana do Recife. A sua atribuição era restrita a PM; a criação da Secretaria de Defesa Social trouxe também esse benefício, pois o cidadão com apenas uma ligação pode comunicar um fato e a mobilização será de todos os órgãos em virtude da integração dessas (IML)

Gráfico 06 – Análise da Amostra de confiança em relação ao uso dos aparelhos de comunicação móvel.



Fonte: O Autor

Analisando um gráfico em relação ao outro, por ter havido uma explicação prévia, antes da utilização dos aparelhos de telefonia móvel, constata-se que houve aprovação do uso dos aplicativos em prol do serviço ostensivo, pela multiplicidade de escolhas para realizar a interação, em termos gráficos, podemos verificar a aprovação:

Gráfico 07 – Análise das amostras da pesquisa de confiança em relação ao emprego das câmeras e o uso dos *aparelhos de comunicação móvel* para interação e orientação síncrona do Policiamento.



Fonte: O Autor

Logo se vê que a aprovação do uso dos *aparelhos de comunicação móvel* pela multiplicidade de formas de interação para realizar o processo de orientação síncrona do

Policiamento Ostensivo, inclua-se PMs e BMs, obteve 88,24% (oitenta e oito vírgula vinte e quatro) por cento de aprovação.

Por outro lado, com aprovação de 70,58% (setenta vírgula cinquenta e oito) por cento estão as câmeras de monitoramento, vale salientar que as câmeras de monitoramento estão instaladas desde 2007, com o a implantação do Pacto Pela Vida, Programa Estadual de Segurança Pública, instituído em 13 de maio de 2007, e o projeto em comento, é novel, inovador e já conta com a aprovação, pois já faz parte do cotidiano das pessoas utilizar os aplicativos, as redes sociais para se comunicarem, o que se fez foi otimizar o emprego em prol da Segurança Pública, mas em se tratando de Segurança Pública, é necessário ter segurança nas comunicações, ai surge a necessidade de termos a ferramenta protetiva, denominada, *Security Pretorian System*.

3.2.3 A Ferramenta protetiva: Pretorian Security System

Nos dias atuais, 25 (vinte e cinco) anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e suas quase inúmeras Emendas, as quais, torna-a uma colcha de retalhos, adaptadas ao tempo e espaço, face aos seus artigos serem bastante analíticos (CARVALHO, 2004), a própria população clama, principalmente nos locais de Baixo Índice de Desenvolvimento Humano e alta mortalidade (IDH/M), para que haja sua intervenção.

O exemplo clássico, foi a intervenção feita no Morro do Alemão/RJ, que a logística empregada pelo Corpo de Fuzileiros Navais/MB, posteriormente com apoio do Exército Brasileiro, auxiliaram as Polícias Militares e civil do Estado do Rio de Janeiro, a instituir a paz social, num local em que os “*narcotraficantes*”, impunham a lei e a ordem (ZAVERUCHA).

Mas nesse último caso, o emprego das FFAA foi totalmente constitucional, agiu e entregou novamente o Poder a quem faz ordinariamente a função de preservação da Ordem Pública, ou seja, as Polícias (MORAES, 2011).

Notadamente, vê-se que a qualificação profissional dos Militares, sua disciplina e Ética, no tocante a manutenção do sigilo de suas operações, são cruciais; diferente das Polícias, seja ela Militar ou Civil, muito raramente estão seus integrantes envolvidos em escândalos de corrupção ou formação de quadrilha com criminosos, até porque, o contato institucional entre estes e os que estão às margens da lei, são pontuais, escassos, e seu Apronto Operacional, Zaverucha (2005), cita Pinheiro (2004), e difere em muito das Polícias:

Apronto Operacional é a condição física de preparo revelada por uma Organização Militar, relacionada com a disposição para o emprego, em missão de combate, de equipamentos transportados, de fardos de material, de viaturas, de munições e de suprimentos. (ZAVERRUCHA, 2005, p. 151)

Quando nos reportamos a Segurança Pública, mesmo em que venhamos a tratar das Polícias, Militar ou Civil, inclua-se o Corpo de Bombeiros, pela determinação legal do art. 144 da CF/88 (MORAES, 2011), suas ações devem ser revestidas de um certo sigilo, e mais ainda, quando estamos diante de cursos que envolvam Agentes Operativos de Segurança Pública, em sua formação, capacitação e ascensão, através do *m-learning*. (FORMIGA, 2009)

O *m-learning*, da proposta desta dissertação é em sua plenitude; é suprir as lacunas do conhecimento através da promoção/modalidade síncrona (CASTILHO, 2011) da aprendizagem, principalmente:

Modalidade educacional que conta com elementos que promovem a interação em tempo real, por meio de voz, imagens e dados (TV interativa, conferências por computador, por exemplo), entre pessoas que se concentram dentro de uma espécie de aula virtual, mesmo estando cada uma delas em lugares diferentes. (CASTILHO, 2011, p.131)

Observemos que a gama de informações que se faz na modalidade de Educação a distância de forma síncrona, é diversa e complexa, procedida em tempo real (FORMIGA, 2011), eis que o vazamento iminente de informações, ou identificação do ponto em que a pessoa se encontra, haja vista que os aparelhos de telefonia móvel se constituem em verdadeiros computadores de mão, esse é o instituto que se funda o *mobile learning* (*literalmente – aprendizagem móvel, ou aprendizagem em movimento*) (FORMIGA, 2009, p.81)

De outro modo, para não se caracterizar uma invasão da liberdade individual do cidadão (FORMIGA, 2009), e em espécie, nos Agentes Operativos de Segurança Pública, Ostensivos, pois todos os seus passos serão de certa forma compartilhados, daí a importância de instituir um programa de governo, ao qual demos o título desta dissertação, nos mesmos moldes do PROFESSOR CONECTADO (2007) e ALUNO CONECTADO (2012), com um diferencial, que os seus telefones celulares estarão todos conectados, “*neste sentido, o telefone celular torna-se para o m-learning, não apenas um instrumento de comunicação, mas principalmente um instrumento de aferição demográfica.*” (FORMIGA, 2009, p. 82)

Como dissemos outrora, faz-se necessário ter muito cuidado com o que se veicula pela grande rede de computadores, e esses aparelhos, ao qual sugerimos vir a ser adquiridos pelo

Estado de Pernambuco, estarão a ela interligados e a espionagem, nesse momento, a Segurança Pública passa a ser uma questão de Segurança Nacional.

Deverá estar a rede bem protegida, a priori, para evitar que todos tenha acesso às informações em caráter irrestrito, mas a segunda, é de que os provedores disponibilizem as informações a outros países, como por exemplo, as denúncias feitas por *Edward Snowden* (2013), ex-analista de inteligência americano que tornou públicos detalhes de vários programas altamente confidenciais de vigilância eletrônica dos governos de Estados Unidos, Reino Unido e Brasil, inclusive da própria Presidenta Dilma, fato esse conhecido e divulgado no mundo todo.

Para restringir o acesso à informação, sugerimos a criação de níveis, os quais não estão interligados a pessoa, mas sim ao cargo e suas atribuições funcionais, eis que assim definimos:

a) O acesso se dará através do e-mail funcional do servidor do órgão Operativo de Segurança ao qual está vinculado, através da Pretorian Security System, tendo por chave a sua senha do e-mail:



Figura 20 – Visualização da Ferramenta protetiva do aplicativo nos *Smarthphones*. Fonte: O Autor

O aplicativo retro, terá a linguagem *php*, a mesma utilizada no *Sistema de Gestão de Pessoas* (SGP), utilizados tanto na PMPE quanto no CBMPE e, Ao entrar de serviço, o Agente Ostensivo de Segurança Pública Estadual (AOS/PE) que já está previamente cadastrado no SGP e após clicar no ícone acima, aparecerá a seguinte, ocasião em que o AOS/PE, aporá o seu endereço de e-mail e sua senha, de modo que ele adentre nos ícones exclusivos para atuação durante a sua jornada de trabalho:



Figura 21 – Visualização da 2ª tela da Ferramenta protetiva do aplicativo no *Smartphones*.
Fonte: O Autor

Após esse episódio, uma série de aplicativos e acesso a web estará disponível para seu ingresso na grande rede de aprendizagem, síncrona ou *assíncrona*, sendo essa última definida como “*a modalidade educacional em que o indivíduo tem acesso aos conteúdos educacionais, mas tem pouca interação com os colegas, a não ser por e-mail, fóruns de discussão ou chats.*”(CASTILHO, 2011, p.131)

Para exemplificar, trouxemos alguns ícones que são importantes aos Agentes Operativos de Segurança Ostensivos de Pernambuco, para realizar o processo de ensino-aprendizagem durante o serviço.

	<p>Permitirá o acesso ao sitio da Secretaria de Defesa Social, inclusive a acessos restritos, como por exemplo, dados sobre foragidos da justiça, identificação dactiloscópica, DETRAN, etc.</p>
	<p>Permitirá o acesso ao sitio da Secretaria de Defesa Social, inclusive a acessos restritos, a Corporação, como por exemplo, dados sobre BMs abordados e situação junto a 2ª EMG.</p>
	<p>Permitirá o acesso ao sitio da Secretaria de Defesa Social, inclusive a acessos restritos, a Corporação, como por exemplo, dados sobre PMs abordados e situação junto a 2ª EMG.</p>
	<p>Permitirá o acesso ao sitio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e seus diversos cursos.</p>
	<p>Permitirá o acesso ao sitio da Universidade Aberta do Brasil/UFRPE, podendo realizar cursos específicos sobre uso dos aplicativos do smartphone e carên específicas da PMPE</p>
	<p>Permite saber onde se encontra o seu smartphone em caso de perda, acessado pelos computadores de controle da PMPE.</p>









	Permite localização em mapas da cidade, identificando com mais rapidez o ponto que está procurando.
	Permite realizar gravações de grande utilidade à justiça.
	Permite receber e enviar mensagens de forma sigilosa que serão armazenadas no sistema.
	Esse aplicativo possibilitar informações a serem trocadas de forma síncrona, imediatas, a exemplo de um sequestro.
	Whatsapp
	Possibilita o registro de fotografias e vídeos que serão cruciais na condenação e/ou absolvição de pessoas
	Permite a visualização síncrona dos PMs em seu nível de acesso, de modo que um auxilie o outro em caso de necessidade, além do registro dos percursos.
	Viabiliza os acessos mais rápidos ao local de ocorrência por rotas previamente traçadas, que se otimiza com informações sobre o trânsito do <i>Google Latitude</i> .

Figura 22 – Aplicativos disponíveis em qualquer nível no PSS. Sugestão. Fonte: O Autor

O constante de ícones dispostos e protegidos pela ferramenta PSS, não impede que outros itens, julgados de interesse pelas corporações ostensivas de segurança, no caso a PMPE e o CBMPE, indiquem outros, e que também seja protegido pelo nosso sistema;

Como se trata de forças ostensivas de Segurança Pública dos Estados, e pelas questões de segurança aqui exposta, não se pode estar aberto ao público em geral, faz-se necessário proteger as informações e ter a certeza de que ao serem acessadas, poderemos identificar quem, de onde e no grupo data-hora fez uso da informação.

Não se trata aqui de invasão de privacidade, mas da supremacia do interesse público sobre o interesse privado (MEIRELLES, 1999, p. 43), do interesse Público. (MELLO, 2004)

Semelhante ao expresso mail, correio eletrônico oficial do estado de Pernambuco, foi sugerida a proposta da ferramenta protetiva, de modo que o Servidor Público Ostensivo de Segurança do Estado, tenha a certeza de que suas informações não serão acessadas por qualquer um, mas quem possua o perfil para fazê-lo, por competência, um dos requisitos essenciais do ato administrativo (MEIRELLES, 1999, p.134).

A justificativa do emprego dessa ferramenta protetiva, disponibilizada em diferentes níveis, está no fato de que o Estado de Pernambuco, em 13 de maio de 2007, ante aos indicadores da violência, em especial aos Crimes Vitais Letais Intencionais (homicídios), criou o Pacto Pela Vida, Plano Estadual de Segurança Pública, o qual institui Metas e Objetivos a serem atingidos, através da integração dos esforços operacionais e de inteligência das Polícias e demais órgãos que compõem não apenas a Segurança Pública, mas também o Governo, como por exemplo, a Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria da Mulher, dentre outras, inclusive, os municípios.

Nesse prisma, a capacitação e o gerenciamento dos Agentes Operativos de Segurança passaram a ser acompanhada não apenas pela Secretaria de Defesa Social (SDS), órgão originário de lotação dos policiais e bombeiros, mas também pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), entretanto, esses dados estão compartimentados nas Áreas Integradas de Segurança (AIS), a qual reúne e integra Batalhões da PM e correlatos no CBM e Delegacias da Polícia Civil, as quais totalizam 32 (trinta e duas) AIS, subordinados a 04 (quatro) Diretorias com competências, até antes dos Anexos A e B desta dissertação, haja vista que poderá haver mudanças, pois ainda não foi sancionada pelo Governador.

O modo de administrar o estado, atuando preventivamente e oportunizando aos mais jovens a geração de emprego e renda, oportunizou ao governo estadual lançar programas que estimulasse ao Professor em sala de aula estar em contato com a grande rede, para tal criou o Programa *Professor Conectado*, e mais tarde, concomitante com o intercâmbio de discentes da rede pública com países da América do Norte, América do Sul e Oceania, o Programa *Aluno Conectado*, naquele, o professor recebeu *Notebooks* e aos alunos, o fornecimento de 175.000 (cento e setenta e cinco) mil *Tablets*. (Fonte: SEDUC consultado em 30 dez 2013)

O *PSS*, é um aplicativo de segurança, conforme já relatamos antes que precisa vir a ser desenvolvido e para implantação da proposta dessa dissertação, já deverá vir com os *smartphones* distribuídos pelo governo estadual, servindo esse de protetor dos incoes existentes e condensados no interior do *PSS*, dentro da estrutura da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar e que será visualizado em conformidade com os mais diversos níveis, oportunizando o acesso, gerenciamento do aprendizado na modalidades *síncrona* e *assíncrona* (CASTILHO, 2011), inclusive esforço operacional, o que viabilizará uma grande rede de reforço de conteúdos atitudinais, conforme Vigotsky (1999) relata como uma mudança de comportamento.

Os níveis sugeridos de acesso ao *PRETORIANSECURITY SYSTEM (PSS)*, proposto, em função do cargo e suas atribuições e responsabilidade da interação, estão assim definidos:

COR	NÍVEL	PERFIL	AGENTES
	01	POLÍTICO	Governador.
	02	POLÍTICO- ESTRATÉGICO	Secretário da SDS, SEPLAG e Exec.
	03	ESTRATÉGICO	CMT Geral, Subcomandante/Asses.
	04	ESTRATÉGICO - TÁTICO	Diretor DGO e DGA
	05	TÁTICO	Grandes Cmdos, Diretores e afins.
	06	TÁTICO- OPERACIONAL	CMT de BTLs, Cias Indep. EM, Oficial de Operações.
	07	OPERACIONAL	Comandante das Companhia dos BTLs e seus PMs.

Figura 23 – Escalonamento de Acesso ao *PSS* – Fonte: O Autor

No estudo de caso que foi executado em Caruaru, no período compreendido entre 1º a 23 de junho de 2013, todos os aparelhos de telefonia conseguiam se enxergar, entretanto, para efeito gráfico, foi montado em semelhança ao bem utilizado pelas forças armadas durante os IV JOGOS MUNDIAIS MILITARES¹, realizado no Rio de Janeiro/2011, tendo assim, que denominar as peças principais desse processo de pesquisa, como CIAL e CIOP e as patrulhas que se encontravam no distribuídas no Terreno, precisamente no Pátio do Forró, Caruaru, por ocasião dos festejos juninos, assim foi estruturado.

¹Esses jogos são também denominados como os jogos da paz, realizado entre nações amigas e que a semelhança dos Jogos Olímpicos, a cada 04(quatro) anos, competem entre si em diversas modalidades esportivas e especiais, essas, praticadas apenas pelos militares das Forças Armadas, como por exemplo, o Pentatlo Militar.

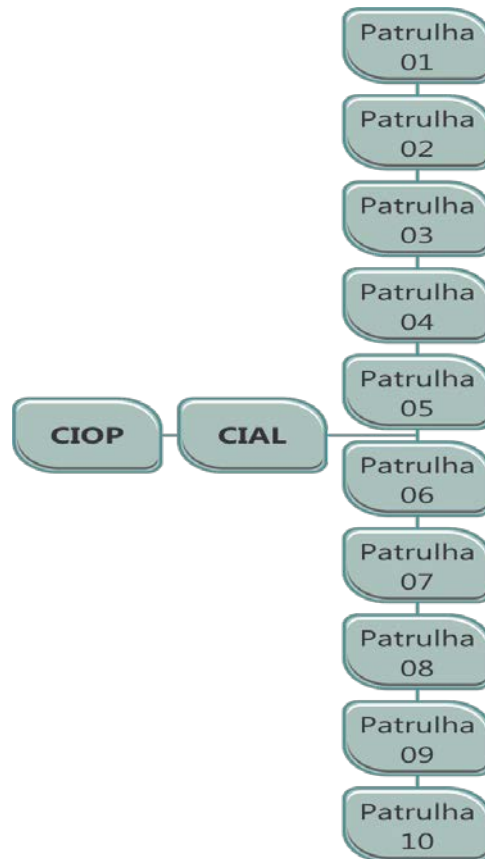


Figura 24 – Níveis de emprego da pesquisa, 5, 6 e 7 da figura 21 – Fonte: O autor.

Nesse experimento, apenas os níveis 5, 6 e 7 foram utilizados, mas os resultados foram por demais satisfatórios, de baixo custo e de boa transmissão de conhecimento e fiscalização, tornando-se assim viável a sua aplicação em larga escala.

3.2.4 O produto do trabalho dissertativo

Considerando que o presente curso é um Mestrado Profissional, seguindo as orientações do programa, montamos um curso, destinado aos Agentes Ostensivos de Segurança, o qual se encontra com o endereço eletrônico <http://www.par2.ead.ufrpe.br/course/view.php?id=1195>, e durante o período de 1º a 16 de fevereiro, buscamos por em teste na plataforma Moodle.

Os esforços foram muitos, utilizamos tudo que foi ferramenta disponível em *mobiles* (iPads, Smartphones, iPhones, Tablets, Notebooks, Netbooks), entretanto, esbarramos no acesso ao Moodle na Tecnologia: A banda larga não funcionou muito bem.

Em igual sintonia, por vezes, as redes de *wifi*, especialmente em Fernando de Noronha e Petrolina, funcionavam como uma internet discada.

Para se ter uma idéia do quão ruim é a transmissão de dados, em especial voz, mensagens, mídias de uma maneira geral, tínhamos que esperar anoitecer para nos comunicarmos.

Como o curso aconteceu também com o pessoal de Recife, tive oportunidade de conversar pessoalmente com os discentes, mas também o Moodle apresentava problemas, e se não tivéssemos a iniciativa de encaminhar o material por e-mail, criar um Facebook, talvez não tivéssemos a oportunidade de conhecer esses problemas, que carecem de ser solucionados imediatamente.

Pagamos por um serviço caro, mas a qualidade não condiz com a realidade, entretanto, o trabalho obteve aprovação, pois 100% dos entrevistados aprovaram o curso, a novidade e recomendariam fazê-lo em outra oportunidade.

Eis que de tudo, o dialogismo foi estabelecido, mesmo na precariedade da tecnologia, conseguimos de alguma forma levantar a preocupação para que os nossos homens da segurança pública ostensiva pernambucana, ante a um conteúdo de qualidade, sentissem na necessidade de se qualificar em rede, trocando idéias, assim afirmou a Major Cristiane Moura – Petrolina (5º Batalhão, discente desse experimento), pois ela mesmo já mudou o seu comportamento perante a administração pública, afirmou em entrevista semi-estruturada.

O Apêndice desta dissertação contém todo o material do curso, e apresentamos algumas análises que serão consideravelmente oportunas serem levadas em consideração pelas autoridades constituídas, com atenção especial a tecnologia de banda larga.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A projeção que se faz para o futuro, como bem friza, (BARROS), é de que a EAD é o futuro; Consiste numa modalidade de baixo custo, elevada qualidade e que bem atende aos discentes integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar em qualquer lugar e a qualquer hora.

Esse trabalho de dissertação objetivou otimizar aquelas palavras, pois, possuindo um aparelho de telefonia móvel de boa qualidade e uma conexão rápida dentro de um sistema seguro (PSS) conforme foi proposto, e para tal, por questões, a princípio de segurança interna, a formatação de um convênio entre UFRPE/SDS/GOOGLE.

A justificativa é a necessidade de proteção dos dados que irão ser tramitados e que não venham a cair em mãos alheias, pois o conjunto de informações, como por exemplo, no âmbito da Gestão, deslocamentos ficarão registrados, mensagens, fotos, vídeos, enfim, uma série de dados que poderão vir a comprometer a segurança das informações, caso venha a cair em mãos alheias.

No âmbito da formação, pode parecer até menos importante, quando na realidade não o é, haja vista que procedimentos, manuseios, e uma gama de conhecimento doutrinário atinente a atividade policial que viabilizará uma mudança de comportamento estará disponível para ser acessado em conformidade com o perfil.

Esses dois exemplos acima, refletem o quanto é importante o desenvolvimento da Ferramenta denomina PSS, pois ela se consistirá na chave de acesso e segurança do sistema, pois a partir do ingresso, o registro da navegação estará registrado sem que com isso venha a se caracterizar uma invasão de privacidade, haja vista que o aparelho de navegação é concedido em comodato e a chave protegerá o sistema.

Não quer dizer que com isso os usuários não poderão utilizar as redes sociais de forma privada; muito pelo contrário, o *mobile*, possui todas as ferramentas e aplicativos disponíveis, mas para ter acesso ao sistema da Segurança Pública, faz-se necessário estar habilitado ao sistema e ser ciente das suas responsabilidades.

A proposta é implantar o “*m-learning*” o mais rápido possível, deve-se ao fato de estarmos realizando vários eventos esportivos, dos quais cito a proximidade com a Copa do

Mundo de Futebol da FIFA (Federacion Internacionale Football Association) e no ano de 2016, estarmos vivenciando a primeira Olimpíada realizada no Continente Sul-americano, que será a Olimpíada de Verão, Rio/2016.

Nesses 02 (dois) grandes eventos, como um legado, elevar a qualidade do emprego das Forças Ostensivas de Segurança Pública de Pernambuco, independente dos cursos que a SENASP venha a realizar, não foi a toa a criação da SDS, no início de 1999 e em 2003, com a criação da ACIDES, surgiu a GICAP (LEGISPE), carecemos nos tornar independentes, campo temos para tal, conforme exposição nas páginas anteriores.

O que temos nessa dissertação, e que levou a comprovação, deu-se na considerável possibilidade de utilizarmos o *m-learning* em Pernambuco, na forma em que foram testados os 02(dois) estudos de caso, pois o índice de satisfação foi bastante satisfatório, conforme gráfico 07, ao qual atribuímos ao entrelaçamento da tecnologia e linguagem, que possibilitou o dialogismo (BACKTHIN, 1997); o dialogismo junto com a tecnologia forma a rede.

Essa forma de realizar a Educação a distância, tende a atender aos propósitos de mudança de comportamento dos servidores da PM e BM, pois haverá um esforço para fazer com que atributos da moral, os quais se constituem nos objetivos atitudinais (VIGOTSKY, 2007) venham a ser mais observados por aqueles que fazem a segurança Pública, dentro do Sistema de Defesa Social.

Para exemplificar a importância da linguagem, a realização do aprendizado na modalidade a distância, através do *m-learning*, demonstrando que para haver o dialogismo (BACKTHIN), faz-se necessário que emissor/receptor estejam interligados biopsicossocialmente, vejamos a figura a seguir, a qual reproduz a situação do trânsito, no bairro do Espinheiro, Recife-PE, por volta das 17:33 horas, do dia 07/07/2013, basicamente, num dos fervores das manifestações que ocorreram em todo o país, que resultaram em grande depredação do patrimônio público e privado, sem contar com os engarrafamentos quilométricos que afetaram as grandes cidades:

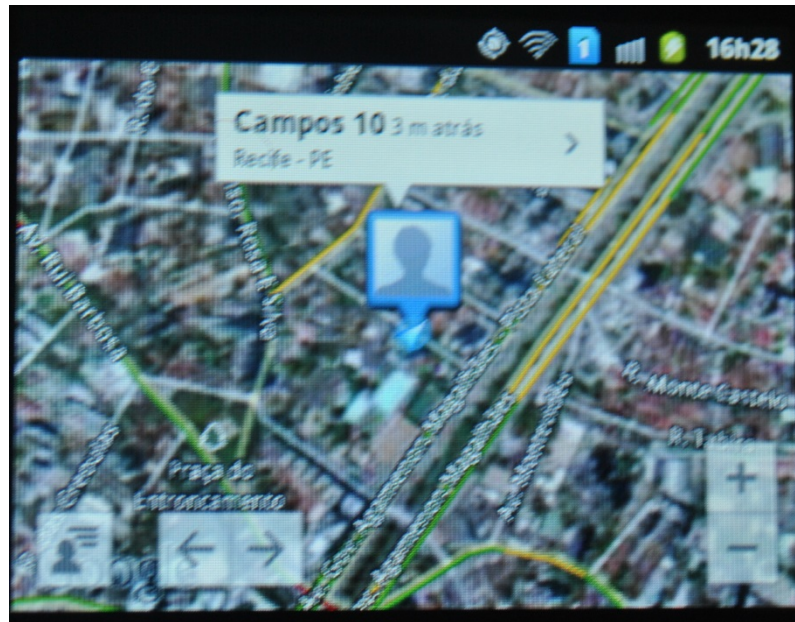


Figura 25 – Visualização do trânsito, por imagem de satélite. trechos – Fonte: O autor.

Para um leigo, as imagens acima, numa leitura rápida, mesmo habituado com o aplicativo, observará que os caminhos tracejados na cor verde, significa que o trânsito está livre, em amarelo, existe um razoável congestionamento, e um pequeno trecho em vermelho, o trânsito está congestionado.

A leitura feita por um cidadão comum está correta, que vai ser convergente com a leitura procedida pelo Agente de Segurança Pública Ostensiva que estará no terreno, despenhando suas funções, mas para esse último, sua maior preocupação se voltará para a área tracejada em vermelho, pois a sua interpretação dialógica com o gênero não verbal, indica que aquele ponto está havendo, por exemplo, a concentração de uma passeata ou até mesmo um acidente de trânsito, o que terá considerável impacto e requer sua intervenção.

Sua intervenção dependerá do problema que irá se defrontar, mas a priori, desviar o trânsito antes que ele alcance aquele ponto de concentração, será uma possível solução, lembrando que estará agindo em prol do interesse público, mesmo não tendo a competência originária, mas a utilizará de forma transitória, elevando a mobilidade urbana.

Essa é uma modalidade síncrona de se inter-relacionar com os aplicativos de aparelhos móveis, pois o dialogismo também acontece com a tecnologia, sendo considerado um hipertexto, pois religa ideias e dados e estão interconectados, de modo que podem ser editados no computador (NELSON, 1993), “*essas definições evidenciam a dupla vocação do*

hipertexto: ele pode tanto funcionar como um sistema de organização de dados tanto quanto pode constituir um modo de pensar por associação como é próprio da cognição humana.” (XAVIER, 2009, p.102)

O Custo desse projeto é extremamente baixo em cifras de Reais, quando comparado com os programas *Professor Conectado* (2007) e *Aluno Conectado* (2012), para tal analisemos o gráfico que produzimos, comparando os valores investidos e os resultados esperados:

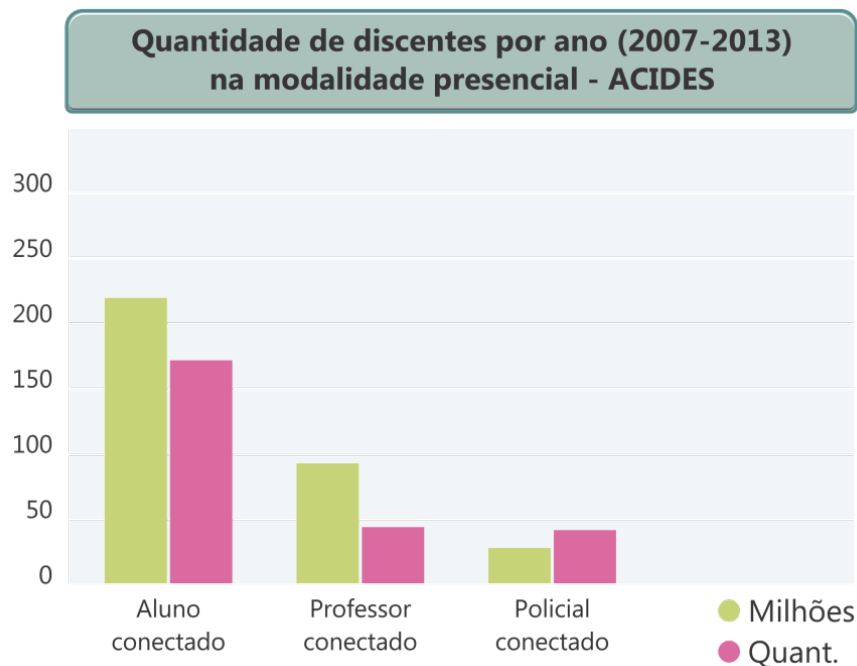


Gráfico 08 – Programa Professor Conectado, Aluno Conectado e “*Policial Conectado*” observemos que a quantidade de beneficiários nos 02(dois) primeiros programas foi menor que os recursos investidos, note-se o esforço do governo em incluir digitalmente os servidores; no “*Policial Conectado*” ocorre o inverso, mas beneficiários a um menor custo, isso se dá em decorrência do barateamento do tecnologia pelo seu crescimento vegetativo, ou seja, mais pessoas utilizando tecnologias, exigindo mais qualidade das concorrentes por um custo menor, haja vista que existe mercado para produção industrial – Fonte: Governo de Pernambuco / Autor.

O diferencial desse Programa, previsto nessa dissertação é a presença de aporte de recursos para desenvolvimento de tecnologia própria, de modo que se venha num futuro próximo não depender dos servidores *google*, desenvolvendo a nossa própria tecnologia, ou

seja, em cada contrato firmado, R\$ 5 milhões de Reais vão para UFRPE/EAD TEC, para investir em pesquisa, ficando assim discriminado o custo do programa em Pernambuco:

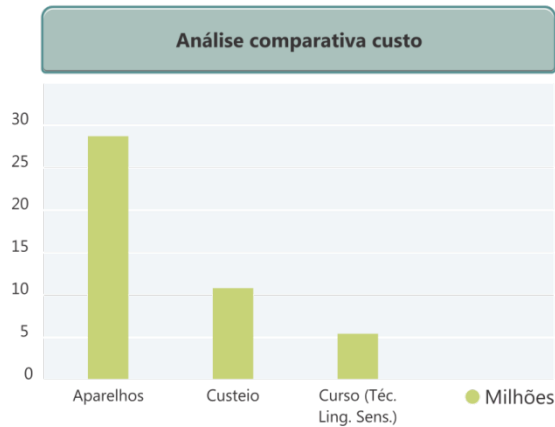


Gráfico 09 – Programa “*Policial Conectado*”, 40 (quarenta) milhões de Reais para beneficiar cerca de 30 mil AOS/SDS/PE.

Enfim, por tudo aqui narrado, podemos mensurar que utilizando a ferramenta *PSS*, adequando-se a linguagem associada a tecnologia, constitui-se na razoável afirmação da hipótese de como conectar os integrantes do Sistema de Segurança Pública Ostensivo de Pernambuco.

Hoje em dia, o que se vê, é a utilização de aparelhos móveis, utilizados de forma empírica, sem o conhecimento da academia para fazer as comunicações, as quais são deveras importantes, mas muitas vezes tratadas com a falta de deferência do que o produto pode ofertar, pois até mesmo num ambiente de transmissão de notícias atinentes a Segurança Pública, carecem de um ambiente de descontração, mas que não venha a ultrapassar os limites da lei, como por exemplo comentários jocosos que se faz a pessoas que cometeram crimes considerados até Hediondos.

Vejamos o gráfico a seguir, quando utilizamos o referencial por 1000 usuários, haja vista que essa informação é importante para uma futura análise de investimentos, até mesmo para uma possível prestação de contas aos Tribunais:

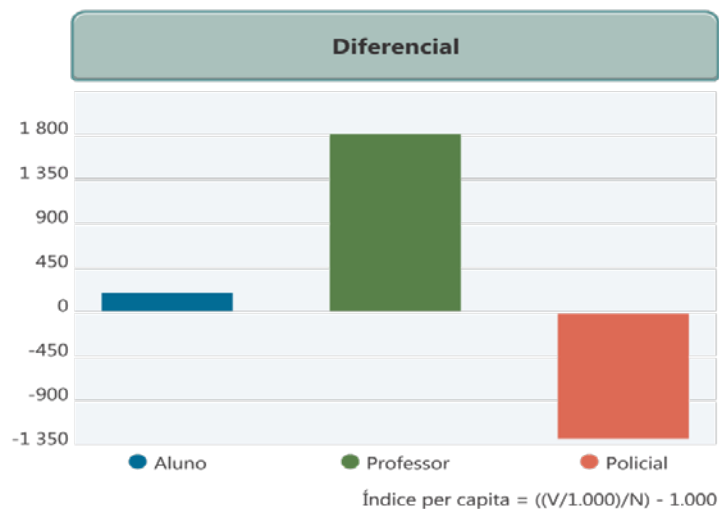


Gráfico 10 – Programa “*Policial Conectado*”, em relação aos demais programas, o custo/benefício é tão elevado que em relação ao “*Professor Conectado*” e “*Aluno Conectado*”, o gráfico fica invertido.

Não consiste, a proposta desta Dissertação, a entrega de um aparelho de última geração e simplesmente isso; é necessário familiarizar o usuário de modo que ele consiga utilizar a tecnologia em seu benefício e afaste a ideia de que a tecnologia está sendo utilizada para fiscalizá-lo, muito pelo contrário, é em seu benefício, de modo que em qualquer lugar e a qualquer tempo, dela faça uso para crescer profissionalmente e prestar um serviço de qualidade.

Nesse sentido, ficamos com a seguinte lição:

“**aprendizes móveis**” (do inglês *mobile learners; m-learning*), crescente mobilidade dos profissionais na sociedade atual (nomadismo – expressão original: nomadict); com o uso de equipamentos de comunicação móvel (telefones celulares) para facilitar a interação. Os “e-aprendizes” precisam suportar deslocamentos geográficos durante a aprendizagem, independem do tempo e do local, ser hábeis exploradores eletrônicos no uso portátil, individual, adaptável e intuitivo de instrumentos de comunicação móveis, interagir com os “e-moderadores” onde estiverem e que estes lhes proporcionem atendimento individualizado sem encontra-los constantemente em espaços de contiguidade física. **A pedagogia precisará atender diferenças de estilos cognitivos e de aprendizagem** e que os e-aprendizes utilizem as tecnologias como parceiras para fomentar sua atividade e metas transferíveis de um ambiente a outro. (FIORENTINI, L. 2009, p. 143)

O estudo nessa dissertação converge com o de (FIORENTINI, 2009), pois a tecnologia não serve para fiscalizar apenas, mas sim e principalmente, interagir e promover o conhecimento, mais ainda, considerando-se o modo de leitura dos aplicativos, sem perdermos o foco do trabalho em Segurança Pública, até o monitoramento de barragens poderá ser feito,

podendo-se adotar atitudes pró-ativas em outros órgãos do Estado, logo não estaremos diante apenas do Programa “*Policia! Conectado*”, mas sim do Programa “*Servidor Público Estadual Conectado*”, mas que não é o objeto dessa dissertação, entretanto, não se pode descartar.

Por tudo que foi demonstrado, a conclusão é que a hipótese está comprovada, pois existe a possibilidade de realizar a conectividade dos usuários, Agentes Ostensivos de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, devendo-se levar em consideração a necessidade de proteger a navegação no sistema, devendo todos estar aptos a utilizar a tecnologia para formar a rede, utilizando a linguagem dialógica para comunicação eficaz e assim, mudar comportamentos, adotando posturas esperadas pela sociedade, que hoje prima pela qualidade do serviço, proporcionada pela elevação da sensação positiva de tranquilidade pública, ganhando assim a sociedade, as instituições e o próprio Agente, responsável por toda essa mudança.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

ARAÚJO, Jorge Luiz de. **Como os jovens da comunidade da Ilha de João de Barros, em Santo Amaro, adentram na criminalidade.** Recife. 2008.

ARAÚJO, Edimir Netto de. **Direito Administrativo Brasileiro.** 3. ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

BASTOS, Geová Silva. **Entrevista concedida a Jorge Luiz de Araújo.** Recife, 27 dez. 2013.

BAKTHIN, Mikail. **Estética da criação verbal.** Tradução feita a partir do Francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

BLOG DA BRIOSA. Recife. Disponível em:
<<http://blogdabriosa.blogspot.com.br/p/institucional.html>> Acesso: 30 dezembro 2013.

BRAIT, B(org.) Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: _____, **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.** Campinas, Editora da Unicamp, 1997. (Impresso)

BRAGA, Pedro. **Ética, Direito e Administração Pública.** 2ª Edição revista e atualizada. Brasília. Senado Federal: Subsecretaria de edições técnicas, 2006.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e teoria das constituições.** 4. ed. Coimbra. Medina, 2002.

CARVALHO, Kildare Gonçalves Carvalho. **Direito Constitucional.** 10. ed. Belo Horizonte. Del Rey, 2004.

CASTILHO, Ricardo. Ensino a distância: **EAD: Interatividade e método.** 1ª ed. São Paulo. Atlas, 2011.

CUSTÓDIO, Antonio Joaquim Ferreira. **Constituição Federal interpretada pelo STF.** 5ª Ed. 2000.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **Entrevista concedida a Jorge Luiz de Araújo.** Recife, 27 dez. 2013.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **Os Pioneirismos de Pernambuco (A Capitania que deu certo)**. 3ª Ed. Camaragibe. CCS Gráfica, 2012.

DIGNOW. <http://www.dignow.org/area/imagens-mostram-policial-atirando-em-jovem-de-14-anos-no-am-1627586-92748>) Acesso em: 20 janeiro 2013

ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha Py. A formação do sentido e da identidade na visão Bakhtiniana. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade. Rio de Janeiro. N° 34, p. 181-206. 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo12.pdf> Acesso em: 30 dezembro 2013.

FARACO, C. Criação ideológica e dialogismo. In: **Linguagem e diálogo: as ideias do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009. (impresso)

FERNANDES, Júlio Flávio de Figueiredo; CARVALHO, Mauro Giffoni; CAMPOS, Edson Nascimento. Vigotski e Bakhtin: a ação educacional como projeto dialógico de produção de sentido. Revista Bakhtiniana, São Paulo, 7 (2): 95-108, Jul./Dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/10259/9329> acesso em: 30 dezembro 2013.

FILHO, José Antonio da Silva; MESQUITA, Geraldo Jorge Machado de; CÂMARA Claudemir Pantaleão. **Manual de Procedimentos em Ocorrências da PMPE**. 2ª Impressão. Recife. 2008

FIorentini, L. Aprender e ensinar com tecnologias, a distância e/ou em ambiente virtual de aprendizagem. In: SOUZA, A; FIORENTINI, L.; RODRIGUES, M (Orgs.). **Educação superior a distância: comunidade de trabalho e aprendizagem em rede (CTAR)**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009. CAP. 06

FREDERIC, Michael Litto e FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs). Educação a distância: o estado da arte. 3ª reimpressão-julho/2010. São Paulo. Pearson Education do Brasil Ltda.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

GLOBO NOTÍCIAS. Disponível em: <g1 <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/mae-de-jovem-morto-diz-que-ele-perguntou-por-que-pm-atirou.html>> Acesso: 30 dezembro 2013

INFOESCOLA. Vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/a-vinda-da-corte-portuguesa-para-o-brasil>>. Acesso em: 30 dezembro de 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24. ed. Malheiros, 1999.1

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 27ª. ed. São Paulo. Atlas, 2011.
 PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999. ALEPE. Recife. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=13&numero=15&complemento=0&ano=1999&tipo>> . Acesso em: 30 dezembro 2013.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Lei Complementar Estadual Nº 49. ALEPE. Recife. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=2&numero=49&complemento=0&ano=2003&tipo>>. Acesso em: 30 dezembro 2013.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Lei Complementar Estadual Nº 59. ALEPE. Recife. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=2&numero=59&complemento=0&ano=2004&tipo>>. Acesso em: 30 dezembro 2013.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Lei Complementar Estadual Nº 66. ALEPE. Recife. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=2&numero=66&complemento=0&ano=2005&tipo>>. Acesso em: 30 dezembro 2013.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Projeto de Lei Ordinária Nº 1758/2013 . ALEPE. Recife. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3598&paginapai=3597&numero=1763/2013&docid>> . Acesso em: 30 de dezembro de 2013.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Projeto de Lei Ordinária Nº 1763/2013 . ALEPE. Recife. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3598&paginapai=3597&numero=1758/2013&docid>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2013.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação.

<<http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/?pag=1&cat=37&art=1708>> Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

REIS, Friede. **Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro. Forense, 2006.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

TOTTI, Aline Rodrigues et al. **M-learning: Possibilidades para a Educação a distância**. Varginha. 2011. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/181.pdf>> Acesso em: 05 março 2013.

VIGOSTKY, I.S. **A formação Social da Mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WIKIPEDIA. Militar Guarda Real. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_Militar_da_Guarda_Real_de_Policia> . Acesso em 30 dezembro 2013.

YOUTUBE.<<http://www.youtube.com/watch?v=IKbC3YVdov0>>. Acesso em 20 janeiro 2014.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Record. 2005.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de Sabres: controle civil ou tutela militar**. São Paulo: Ática. 1994.

XAVIER, A. C. **Interação, texto e hipertexto**. In Xavier, A. C. A era do hipertexto: linguagem e tecnologia. Recife: Editora da UFPE, 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

HARASIM, Linda (et. al.). **Redes de Aprendizagem: Um guia para ensino e aprendizagem on-line**. Tradução de IbraímaDafonte Tavares. São Paulo: Editora. SENAC, 2005.

MOURA, A. Geração Móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a Geração Polegar. In P. Dias, A. J. Osório (Org.) Actas da VI Conferência Internacional de TIC na Educação Challenges 2009 / Desafios 2009. Braga: Universidade do Minho, 2009, p. 50-78. Disponível em: <<http://adelinamouravita.com.sapo.pt/gpolegar.pdf>> acesso em: 05 março 2013.